

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO
ESPAÇO

ANTONIO JOSÉ ARAUJO CRUZ



**MODERNIZAÇÕES, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS NA METRÓPOLE DE SÃO
LUÍS: OS TERRITÓRIOS RURAIS DO CAJUEIRO E DA CAMBOA DOS FRADES**

São Luís

2022

ANTONIO JOSÉ ARAUJO CRUZ

**MODERNIZAÇÕES, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS NA METRÓPOLE DE SÃO
LUÍS: OS TERRITÓRIOS RURAIS DO CAJUEIRO E DA CAMBOA DOS FRADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Socioterritoriais, Modernizações e Desigualdades.

São Luís

2022

Cruz, Antonio José Araújo.

Modernizações, desigualdades e resistências na metrópole de São Luís: os territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades / Antônio José Araújo Cruz. – São Luís, 2022.

150f

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Cristian Nunes Alves.

1. Uso do território. 2. Modernizações. 3. Desigualdades. 4. Resistências. 5. Territórios rurais. 6. São Luís. I. Título.

ANTONIO JOSÉ ARAUJO CRUZ

**MODERNIZAÇÕES, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS NA METRÓPOLE DE SÃO
LUÍS: OS TERRITÓRIOS RURAIS DO CAJUEIRO E DA CAMBOA DOS FRADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovado em: 18/03 /2022

BANCA EXAMINADORA



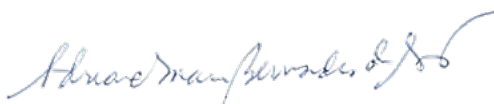
Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves (Orientador)

Doutor em Geografia – Unicamp
Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

Doutor em Políticas Públicas – UFMA
Universidade Estadual do Maranhão



Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Doutora em Geografia Humana – USP
Universidade Estadual de Campinas

Aos meus pais, Antonio Luis Cruz (in memoriam) e Maria Antonia Araujo Cruz (in memoriam), por lutarem incansavelmente no nosso quilombo para que meus irmãos e eu tivéssemos uma formação cidadã. Aos meus ancestrais, por terem aberto caminhos e conquistado espaços para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos moradores da Camboa dos Frades e do Cajueiro, porque, apesar das dificuldades, permanecem na resistência dos lugares.

AGRADECIMENTOS

Apesar da escrita solitária, este trabalho contou com a ajuda de muitas pessoas.

Aos meus irmãos e irmãs, por toda ajuda durante esta fase da minha vida, mas também por entenderem a minha ausência nos momentos familiares.

Ao professor Cristiano Nunes Alves pela orientação sempre rigorosa, mas também pela amizade e ajuda com as condições materiais. Sou grato pelo apoio constante e pelo respeito.

À professora Adriana Maria Bernardes pelo rigor e por ter aceitado o desafio de fazer parte da banca de avaliação deste trabalho. Sou grato também por ter me recebido no curso de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) durante a graduação, e em sua disciplina durante o mestrado, o que me ajudou muito a construir este trabalho.

Ao professor Frederico Lago Burnett por compor a banca de avaliação do trabalho e pelas valiosas contribuições. Sou grato por ter me ajudado no desafio de entender a urbanização de São Luís e o Maranhão através de sua vasta bibliografia. Sigo tentando amadurecer o meu entendimento a esse respeito.

Aos amigos do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle), pelos debates e pela ajuda cotidianamente na universidade. Em especial agradeço a Milena, Felipe, Clara, Alex, Poliana, André, Vanessa, Washinton e Vinicius.

Aos professores coordenadores do Marielle, José Arílson, Carlos Eduardo e Cristiano, pela amizade e por nos estimular com estudos. Sou extremamente grato a minha amiga e professora Livia Cangiano Antipon por toda ajuda, compartilhamento de saberes e pela amizade.

Aos meus amigos-irmãos, Alex e Henrique, por toda força, pelos momentos bons e ruins, pela amizade e por termos compartilhado um teto durante o mestrado em São Luís. Sou grato a minhas amigas Poliana e Elayne por toda ajuda. Agradeço também ao Wanderson por toda força.

À Zeliane pelos debates frutíferos, pela amizade e pelo companheirismo. Agradeço ao meu amigo Edelson pela ajuda na parte cartográfica e pelos debates.

Ao professor Ademir Terra pelo auxílio com as condições materiais, pela amizade e pelas orientações acadêmicas.

À minha turma de mestrado de 2020 pelo rico diálogo e pela amizade, apesar da pandemia de covid-19. Em especial a Marinalva, Elinalva, Jackson, Hamilton, Chrisliane e Janderson.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGSPA) da UEMA, sobretudo Tomás, Emmanuel, Patrícia, Cyntia e Alfredo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo). Em especial à Nana, por ser sempre tão cuidadosa com os alunos e pela amizade. Aos professores Cláudio Eduardo, Carlos Eduardo, Ana Rosa e Silas. Em especial ao prof. Carlos Eduardo (Cadu), pela amizade, mas também porque através da sua intelectualidade e compromisso com as aulas, com os alunos e com a Geografia, me estimula a ser um geógrafo melhor. Sou grato pela contribuição na minha formação através dos seminários de estudos no Núcleo Marielle e através da disciplina Economia Política da Cidade, do Território e da Urbanização.

Aos moradores da Camboa e do Cajueiro por terem me acolhido com imenso carinho em seus territórios. Em especial, Seu Alberclan, Titico, Dona Maria, Dona Albacélia, Seu Davi, Dona Lucilene, Seu Joca e Seu Clóvis.

À UEMA por todo o apoio institucional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento da pesquisa, o que deu condições para concluir o trabalho.

Cada vez que um geógrafo decide trabalhar sem se preocupar previamente com o seu objeto, é como se para ele tudo fossem dados e se entrega a um exercício cego sem uma explicação dos procedimentos adotados, sem regra de consistência, adequação e pertinência. (Milton Santos, 1997).

A gente resiste e luta porque quer continuar vivendo das riquezas do nosso lugar. (sr. Cam, morador da Camboa dos Frades).

RESUMO

A partir da concepção teórica de território usado, entendido como sinônimo de espaço geográfico, problematizamos – à luz das situações geográficas dos territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades – as relações entre modernizações e expulsões e resistência na metrópole de São Luís. Em ambas as situações o que se observa são pressões modernizantes sobre territórios rurais, movimento substanciado pela implantação de macrossistemas técnicos esgarçando a vida nos lugares em nome da fluidez territorial para *commodities* agrominerais. Nessa perspectiva, com base em revisão bibliográfica, no levantamento de dados secundários, em pesquisas de campo e em trabalhos técnicos: (i) elaboramos uma periodização para as “modernizações”, a “periferização” e as “expulsões” no contexto da formação urbana de São Luís; (ii) apresentamos as situações geográficas dos territórios rurais em tela, os quais, historicamente, vivem a experiência da brutalidade das expulsões; (iii) esmiuçamos os modos de cooperação e resistência que exprimem a articulação dos sujeitos abrigados no Cajueiro e na Camboa dos Frades com outros lugares e movimentos sociais; (iv) examinamos o cotidiano desses lugares enquanto espaços do enfrentamento através das lutas e das solidariedades. Trata-se de um esforço que visa interpretar a realidade e os dilemas dessa complexa metrópole, prenhe de desigualdades socioterritoriais, assim, apesar de assumir uma morfologia que acompanha uma tendência das demais metrópoles brasileiras, guarda particularidades próprias.

Palavras-chave: Modernizações. Expulsões. Resistências. Territórios rurais. São Luís.

ABSTRACT

From the theoretical concept of used territory, understood as a synonymous with geographic space, we problematize – according to the geographical situations of the rural areas of Cajueiro and Camboa dos Frades - about the relations between modernization, expulsion and resistance in the major city of São Luís. In both situations, modernizing pressures on rural territories are observed, which is substantiated by the implementation of technical macrosystems, reducing life in these places in order to giving place for agromineral commodities. In this perspective, based on a bibliographic review, on a secondary data survey, on fieldwork and on technical works, (i) we propose a periodization for the "modernization", the "marginalization" and the "expulsion" in the context of urban formation of São Luís; (ii) we present the geographic situations of the discussed rural areas, which historically live the experience of the barbarity of the expulsions; (iii) we analyzed the ways of cooperation and resistance that express the articulation of the people who live in Cajueiro and Camboa dos Frades with other places and social movements; (iv) we assess the daily life in these places, and its role as spaces of confrontation through struggles and solidarity. It is an effort to interpret the reality and dilemmas of this complex metropolis and its socio-territorial inequalities, thus, despite assuming a morphology that follows a trend of other Brazilian metropolises, it has its own particularities.

Keywords: Modernization. Expulsion. Resistance. Rural areas. São Luís.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização dos territórios rurais do Cajueiro e da Camboa na metrópole de São Luís	25
Figura 2 – Crescimento urbano de São Luís (1950-1970).....	36
Figura 3 – Barragem do rio Bacanga.....	38
Figura 4 – Ponto do São Francisco na década de 1970	39
Figura 5 – Ponte Bandeira Tribuzzi na década de 1980	51
Figura 6 – Crescimento urbano de São Luís (1971-1990).....	60
Figura 7 – Crescimento urbano de São Luís (1991-2000).....	68
Figura 8 – Espacialização do rendimento nominal médio mensal dos responsáveis por domicílios em São Luís	73
Figura 9 – Espacialização da proporção de pretos e pardos em São Luís	74
Figura 10 – Delimitação do perímetro urbano e rural de São Luís a partir do (i) Plano Diretor de 2006 e de sua proposta de revisão (ii)	80
Figura 11 – Território rural do Cajueiro na Metrópole de São Luís.....	85
Figura 12 – Seu Davi, morador do Cajueiro, realizando a pesca artesanal	87
Figura 13 – Destruição ambiental no território rural do Cajueiro	91
Figura 14 – Interdição da BR-135 pelos moradores do Cajueiro	91
Figura 15 – Moradores protestando em frente ao Palácio dos Leões	96
Figura 16 – Resistência contra o lançamento da Pedra Fundamental no Cajueiro.....	97
Figura 17 – Demolição de casas no Cajueiro denunciadas na imprensa.....	99
Figura 18 – Reportagem sobre violência policial contra moradores do Cajueiro	100
Figura 19 – Ato de resistência em defesa do território do Cajueiro	101
Figura 20 – Resistência e violência no Cajueiro pela ação de despejo	102
Figura 21 – Derrubada de moradias no Cajueiro.....	102
Figura 22 – Ocupação da SEDIHPOP pelos moradores do Cajueiro.....	105
Figura 23 – Produção no quintal do Seu Joca	107
Figura 24 – Moradores do Cajueiro em protesto na Praça Maria Aragão.....	109
Figura 25 – Ações de resistência do território rural do Cajueiro na metrópole de São Luís..	110
Figura 26 – Cemitério dos Frades	116
Figura 27 – Pesca de mariscagem no mangue.....	118
Figura 28 – Pesca de Tainheira	119
Figura 29 – Peixes da Camboa dos Frades	120
Figura 30 – Instrumentos construídos e usados na prática da pesca	121
Figura 31 – Situação da estrada de acesso para Camboa dos Frades	124
Figura 32 – Implantação do terminal de celulose e do Berço 99	128
Figura 33 – Devastação ambiental dos manguezais causada pelas atividades industriais	129
Figura 34 – Mapa situacional do território rural da Camboa dos Frades	133
Quadro 1 – Difusão de informações ascendentes da ação de resistência de 2019	10303
Quadro 2 – Atividade de pesca realizada na Camboa dos Frades	118
Quadro 3 – Expansões previstas para o Porto do Itaqui	12727

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Territórios rurais expropriados para implantação da Alumar.....	57
Tabela 2 – Demonstrativo das áreas urbanas e rurais no município de São Luís	65
Tabela 3 – Dinâmica da população urbana e rural de São Luís (1950-2010)	75
Tabela 4 – Empreendimentos instalados no entorno da Resex Tauá Mirim e dos territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades	78

LISTA DE SIGLAS

Alcoa	Aluminum Company of America
Alumar	Alumínio do Maranhão S/A
AMZA	Amazônia Mineração S/A
BNH	Banco do Nacional de Habitação
CCCC	China Communications Construction Company
CLA	Base de Lançamento de Alcântara
Cohab-MA	Cooperativa Habitacional do Estado do Maranhão
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
Disal	Distrito Industrial de São Luís
GEDMMA	Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
GEPQAM	Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPLAM	Instituto de Pesquisa e Planejamento Municipal
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão
Mabe	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PD	Plano Diretor
PDA	Plano de Desenvolvimento Agrícola
PGC	Programa Grande Carajás
PNCCPM	Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio
PNCSPA	Projeto Nova Cartografia Social e Política na Amazônia
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
Procad/Amazônia	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia
Promorar	Programa de Erradicação de Sub-habitação
RMGSL	Região Metropolitana da Grande São Luís
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudema	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	UMA PERIODIZAÇÃO PARA AS MODERNIZAÇÕES, AS EXPULSÕES E A PERIFERIZAÇÃO EM SÃO LUÍS: OS TERRITÓRIOS RURAIS RESISTEM (1950-2020)	26
2.1	Das expulsões do campo maranhense ao avanço do tecido urbano periférico de São Luís (1950-1970)	27
2.2	Projetos desenvolvimentistas, expulsões dos territórios rurais e resistências: a “cidade nova” e o alargamento da pobreza urbana (1971-1990).....	43
2.3	As modernizações na era do planejamento neoliberal: o esgarçamento de novos territórios rurais e a constituição da metrópole corporativa e fragmentada ludovicense (1991-2020)	62
3	IMPLANTAÇÃO DO PORTO PRIVADO, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS NO TERRITÓRIO RURAL DO CAJUEIRO	82
3.1	Apresentando a situação geográfica do Cajueiro: impulsos modernizantes e ordem local	84
3.2	Expulsões e ações de resistência à instalação de um porto privado no Cajueiro ..	93
4	MODERNIZAÇÃO DO PORTO DO ITAQUI E DEGRADAÇÃO DA VIDA DE RELAÇÕES NO TERRITÓRIO RURAL DA CAMBOA DOS FRADES	113
4.1	Apresentando a situação geográfica da Camboa dos Frades: saber local e os vetores de modernização	115
4.2	Tendências de novas expulsões pela expansão do porto e o cotidiano na Camboa dos Frades	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
	REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa de mestrado busquei analisar a urbanização ludovicense em compasso com modernizações seletivas e contraditórias expulsoras, sobretudo de pessoas negras de territórios rurais da capital maranhense. As reflexões constituintes dessa problemática decorrem, em especial:

- (i) do meu ingresso no curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão no ano de 2016, quando passei a desenvolver pesquisas de Iniciação Científica¹ no Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais (GEPQAM), tratando das relações cotidianas, dos conflitos e das resistências que envolvem comunidades rurais camponesas na luta pelo direito ao uso do território maranhense para reprodução dos seus modos de vida;
- (ii) da entrada, em 2018, no Projeto Nova Cartografia Social e Política na Amazônia (PNCSPA/UEMA), atuando em pesquisas² e no mapeamento social de conflitos entre os empreendimentos de extração mineral, de agronegócio e de infraestrutura e os povos e comunidades tradicionais no Maranhão;
- (iii) da realização de pesquisas de Iniciação Científica em 2019,³ por meio do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle), nos territórios rurais da metrópole de São Luís;
- (iv) da realização de pesquisas, desde 2019, no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad/Amazônia);⁴

¹ A pesquisa *Contradições e conflitos entre a preservação ambiental e a produção agropastoril no Parque Nacional dos Lençóis Maranhense*, realizada de 2016 a 2019, teve como orientador o professor Dr. Ademir Terra, do curso de Geografia da UEMA. Entre outras produções oriundas dessa pesquisa, destaca-se o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2019, intitulado “Mapeamento social e conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: territorialidade camponesa x preservação ambiental”.

² No projeto *Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdades: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado* (2018-2020), e nos *Megaprojetos em implementação na Amazônia e impactos na Sociedade e na Natureza* (2020-2022), coordenados pelos professores Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Alfredo Wagner Berno de Almeida e Patrícia Maria Portela Nunes, ambos do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política na Amazônia (PPGCSPA/UEMA).

³ No projeto *Federação dos lugares e economia local na região de São Luís- MA: circuitos culturais, mídias alternativas e novas formas de planejamento territorial plural*, sob orientação do professor Dr. Cristiano Nunes Alves, do curso de Geografia da UEMA, desenvolvi o plano de trabalho “Análise da topologia/tipologia das mídias alternativas na região de São Luís/MA”, a fim de refletir sobre a situação do território rural do Cajueiro.

⁴ No projeto *Uso do território, modernizações, desigualdades sociais e questão ambiental no Maranhão*, elaborado conjuntamente por docentes dos PPGs em Geografia da UEMA (campus São Luís), da Universidade Federal do Pará (campus Belém) e da Unicamp (campus Campinas). Inserido nesse projeto durante a graduação, participei de estágio de pesquisa e realizei estudos na Unicamp, no Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial (Geoplan), sob supervisão da Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva.

- (v) da minha vivência na periferia urbana com movimentos populares da metrópole maranhense;
- (vi) do processo de construção da minha identidade étnico-racial coletiva de quilombola, pertencente e morador do Quilombo do Maxixe, no município de Mirinzal do Maranhão, historicamente atingido pela violência das expulsões e das desigualdades produzidas no Maranhão.

Tal condição me faz refletir sobre os laços de solidariedade, bem como sobre as estratégias de organização dos movimentos de resistência e as insurgências no campo e nas cidades maranhenses. Quilombolas, indígenas, camponeses e moradores das periferias urbanas se opõem às modernizações seletivas que atingem seus/nossos territórios de vida, lugares de diversidade étnica, política, cultural, simbólica e ambiental. Eis a situação tanto da Camboa dos Frades quanto do Cajueiro, territórios inseridos no contexto de uma metrópole conhecedora de um processo de urbanização demasiado recente, veloz e violento para parte de seus moradores.

As reflexões que aqui trazemos decorrem de tentativas de aproximação. Estudar São Luís como uma metrópole na periferia da formação socioespacial brasileira constitui um enorme desafio ao pensamento, do ponto de vista histórico-social, teórico-conceitual-metodológico e empírico, dadas as particularidades constituintes dessa cidade.

Soma-se a essa questão o evento pandêmico da covid-19, que impacta o mundo de maneira desigual no período 2020 e 2021, e as correlatas crises políticas, que causam a instabilidade do território brasileiro e que se desdobram em maiores dificuldades na realização deste estudo, redefinido assim os atos sistemáticos de pesquisa pensados. Tais implicações no caminhar de nossos trabalhos científicos nos obrigaram, considerando as limitações e possibilidades – a repensar e redescobrir formas e aberturas metodológicas para fazer ciência, sendo esse um esforço de resistência ao evento pandêmico da covid-19, mas também ao negacionismo que recai sobre a ciência no Brasil em sua recente conjuntura política.

Complexa forma-conteúdo (SANTOS, 1997), São Luís, capital do Maranhão, situa-se na Ilha do Maranhão⁵ e nucleia a Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL),⁶ abrigo de 1.108.975 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

⁵ A Ilha do Maranhão situa-se na porção norte do estado, limitando-se ao norte pelo oceano Atlântico, ao sul pela baía de São José e pelo Estreito dos Mosquitos, a leste também pela baía de São José e a oeste pela baía de São Marcos. A ilha é composta pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

⁶ A RMGSL é regida pela Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015, e composta pelos municípios de São Luís, Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís.

ESTATÍSTICA – IBGE, 2020). São Luís se caracteriza enquanto uma metrópole corporativa e fragmentada (SANTOS, 1990), marcada por processos modernizantes seletivos criadores de desigualdades e cisões socioterritoriais, condição e produto de cooperações e resistências depositadas em seu espaço ao longo do tempo.

Nossa reflexão neste trabalho fundamenta-se na hipótese de que a urbanização de São Luís, a partir das ondas de inovação, se assenta no aprofundamento da pobreza e na expulsão permanente de pessoas, sobretudo negras, dos lugares onde construíram seus saberes, modos de vida, relações cotidianas, territorialidades, culturas e economias.

Problematizando os nexos entre a urbanização, as modernizações seletivas, as expulsões e a ordem dos lugares por meio das resistências na metrópole de São Luís, analisamos os processos de expulsão nos territórios rurais do Cajueiro e de Camboa dos Frades, comunidades tradicionais de ocupação ancestral.

Uma análise a partir da história territorial de São Luís desde sua gênese revela que a cidade veio sendo constituída por distintos impulsos modernizantes, em diferentes períodos históricos, invariavelmente desconsiderando a vida de uma parcela da população e a submetendo a constantes ondas de expulsões. Foi assim com os tupinambás, povo indígena pertencente ao grupo tupi, ocupantes originários do território onde hoje se assenta a metrópole. Posteriormente, também com os povos negros, trazidos do continente africano, tornados escravos e forçados a construir, sob imposição portuguesa, o núcleo central ludovicense – aquilo que, grosso modo, até meados do século XX era a cidade toda (SANTOS, 1959), hoje constituindo o Centro Histórico de São Luís. Tem sido assim com as várias populações tradicionais que se formaram no Maranhão e que, principalmente desde a segunda metade do século XX – em processo que não perde fôlego no período atual –, são submetidas a deslocamentos forçados em razão do avanço violento do grande capital.

Tal cenário revela os modos distintos como as modernizações aportam nos lugares, mantendo a violência como traço comum. No território do Cajueiro observa-se uma disputa ligada à instalação de um porto privado, por meio de um consórcio de empresas lideradas pela WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda (atual TUP Porto São Luís S/A), até meados de 2021, com capital financeiro chinês, da sócia China Communications Construction Company (CCCC). Já em Camboa dos Frades o conflito se dá em torno da expansão do Porto do Itaqui, tendo como agente principal a empresa Suzano Papel e Celulose S.A., responsável pela construção de um terminal para atender suas necessidades de fluidez da celulose.

Enquanto no Cajueiro se observa uma grande visibilização dos fatos, devido à atuação dos movimentos populares e às estratégias de comunicação instituídas por eles contra

a brutalidade dos conflitos e a violência das expulsões que se estabeleceram desde 2014, em Camboa dos Frades as expulsões assumem um caráter mais silencioso, porém igualmente perverso.⁷

Ressaltamos que o território rural do Cajueiro até 2017 abrigava cerca de 350 famílias, possuindo uma economia local vinculada à pesca artesanal, à coleta de mariscos, à agricultura camponesa e às pequenas criações de animais (PNCSA; GEDMMA, 2019). Por seu turno, o território rural de Camboa dos Frades, moradia de cerca de 40 famílias, caracteriza-se como uma comunidade de pescadores artesanais, destacando-se ainda por ser um lugar de pluriatividade (ALMEIDA, 2004; SCHNEIDER, 2009; PLOEG, 2016), abrigando marisqueiros, quebradeiras de coco e criadores de animais.

Esses territórios rurais, cernes de nossa problemática – sobretudo a partir da década de 1970, quando ganha força na região de São Luís a pressão modernizante atrelada a interesses hegemônicos para a instalação de projetos desenvolvimentistas –, são tidos, segundo o discurso competente (CHAUÍ, 1985a) dos poderes instituídos, como um obstáculo à formação de um polo siderúrgico e um complexo portuário na região do Itaqui-Bacanga.

Tais situações têm desde então tensionado uma série de conflitos e resistências na metrópole, implicando movimentos de lutas urbanas e rurais. Por meio desse movimento, questiona-se o modelo de desenvolvimento capitalista em curso, amparado unicamente na dimensão econômica, sem compromisso social com os lugares, submetendo o Estado de maneira alienante e alienada à dinâmica globalizadora (SANTOS, 2000).

Em ambos os territórios, cada qual com suas peculiaridades, o que se observa são pressões modernizantes, movimento substanciado pela difusão de macrossistemas técnicos,⁸ “o fundamento material das redes de poder” (SANTOS, 1997, p. 116), para a exportação de *commodities* agrominerais.

⁷ As expulsões, entendidas como variável significativa para explicar a urbanização fragmentada de São Luís, se atualizam quantitativa e qualitativamente, ganhando novos conteúdos em cada período. Conforme Santos (1985), as variáveis mudam de valor segundo o movimento da história e os lugares. No entanto, “o valor de uma variável não é função dela própria, mas do seu papel no interior de um conjunto. Quando este muda de significação, de conteúdo, de regras ou de leis, também muda o valor de cada variável” (Ibid., p. 11).

⁸ Analisando o papel dos macrossistemas técnicos na organização do território brasileiro, Cataia (2014, p. 2) explica que eles “integram o território e promovem maior coesão nacional, mas contraditoriamente também promovem maior centralização do poder político em detrimento do fundamento descentralizador do federalismo”. Além disso, o autor levanta a tese de que esses macrossistemas entronizam novas divisões territoriais do trabalho e redefinem as forças políticas. Assim, tem-se “um sistema técnico heterogêneo composto por estruturas físico-territoriais (i) materialmente integradas numa perspectiva de longa duração e pouco sensíveis às raízes socioculturais dos lugares e regiões, pois a vocação desses sistemas é planetária, ultrapassando fronteiras políticas, econômicas e organizacionais, e (ii) é o suporte do funcionamento de um grande número de outros sistemas técnicos, daí dizer que ele é um intermediário e ‘grande comunicador’” (Ibid., p. 4).

Com base nesses saberes empíricos, propomos como objetivos específicos:

- (i) elaborar uma periodização para a urbanização de São Luís, buscando relacionar o processo de fragmentação do seu tecido urbano, os impulsos modernizantes, as expulsões de comunidades tradicionais dos territórios rurais e as resistências dos seus sujeitos às sucessivas vagas de modernizações e expulsões;
- (ii) analisar a situação geográfica dos territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades, que historicamente vêm sofrendo pressões de expulsão;
- (iii) esmiuçar os modos de cooperação e resistência que exprimem a articulação dos sujeitos abrigados nesses territórios rurais com outros lugares e movimentos sociais;
- (iv) examinar de que maneira o cotidiano dos lugares figura como espaço de enfrentamento por meio das lutas urbanas, mas também a partir dos modos de vida e dos saberes locais.

A pesquisa se ancora no arcabouço teórico-metodológico da teoria crítica do espaço geográfico proposta por Santos (1977, 1994, 1997, 2000), geógrafo, negro, brasileiro, cuja vasta produção intelectual nos propõe pensar a formação socioespacial brasileira a partir do seu espaço herdado, das suas particularidades e das relações.

Portanto, investiga-se o espaço geográfico entendendo que, em países subdesenvolvidos, os espaços – sobretudo no período da globalização (SANTOS, 2000) – não raro “caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e se reorganizarem em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial”⁹ (SANTOS, 2004 [1979], p. 20).

Essa concepção de método nos convida, se desejamos compreender os processos e a formação da metrópole de São Luís em sua particularidade, a olhar a um só tempo para a formação socioespacial¹⁰ (SANTOS, 1977) brasileira e do mundo, entrecruzando-se numa

⁹ Partimos da compreensão de que o território brasileiro, o Maranhão e a cidade de São Luís desde suas gêneses, no período colonial, se organizam como espaços derivados, pois, como encontramos em Santos (1988, p. 104-105), “a cada necessidade imposta pelo sistema em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou transformação da região [...] pelo fato de serem derivados, estes espaços se organizam e se reorganizam em função de interesses distantes: sua organização é em função de necessidades exógenas e dependem de parâmetros impostos, tomados de empréstimos aos sistemas representativos desses interesses distantes. No entanto, a economia nacional e as disputas políticas, em cada período, implicam em uma nova reorganização do território brasileiro e novos conteúdos”.

¹⁰ A centralidade da categoria *formação socioespacial* na pesquisa reside no fato de ela nos guiar como mediadora dos eventos que vão ou não alcançar e redefinir a totalidade ou os subespaços do território brasileiro criando situações dispare, permitindo-nos, assim, construir um sistema analítico que é tanto constitucional quanto relacional, ou seja, pensar as manifestações do espaço geográfico em um movimento escalar dentro da totalidade.

totalidade em movimento atravessada por ordens locais e impulsos globais,¹¹ “compostos por informação, técnica, ação corporativa e alianças políticas” (RIBEIRO, 2013).

A metrópole ludovicense, de acordo com esse raciocínio, resulta dessas dinâmicas na formação socioespacial brasileira, as quais compreendem “hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos [...] reforçados em todas as escalas espaciais” (BRANDÃO, 2009, p. 151), obrigando-nos a voltar olhares para as circunstâncias históricas “inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista em cada situação real, apropriando-se da sua concreticidade, em determinado espaço-tempo” (BRANDÃO, 2009, p. 155).

O espaço geográfico, espaço humano, sinônimo de território usado e espaço banal (SANTOS, 1994), constitui uma estrutura de análise da sociedade, assim como a economia, a cultura, a política e a própria sociedade, não excludentes umas das outras, mas complementares. Trata-se, portanto, de uma instância social (SANTOS, 1997; SOUZA, 2019).

Entendemos o espaço geográfico conforme definido por Milton Santos (1997, p. 51): “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Ou seja, sociedade e espaço são vistos indissociavelmente, reconhecendo-se o papel condicionador e mobilizador do espaço nas nossas ações (SANTOS *et al.*, 2000).

O espaço geográfico, assim entendido, se materializa por meio do território usado. Ao estudar a urbe ludovicense, interessam-nos os usos do território dinamizados pelos múltiplos agentes nos diferentes momentos de sua formação e no presente. Embasando-nos nessa categoria de método operacional, investigamos quem usa o território, como o usa, por quê e para quê (SANTOS; SILVEIRA, 2001).¹²

No território usado da cidade de São Luís tem-se “uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações” (SILVEIRA, 2011, p. 5). Assume-se, assim, o papel ativo do território: vivo, vivenciado, agente e usado, enfim, dinâmico e complexo. Tal fato revela “a necessidade de um

¹¹ Analisando o modo como as forças seletivas cindem-se em frações do território brasileiro, Ribeiro e Silva (2005, p. 137) definem os impulsos globais como “os vetores que condensam informação e inovação, em seus elos com a nova gestão. Significam a emergência de uma forma de agir de natureza sistêmica e corporativa, que se apropria de condições herdadas e de níveis de controle da mudança permitidos pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994). Ao associarmos os impulsos globais à ideia de vetor, trazemos os processos atuais para o âmbito da difusão técnica expressiva da modernização das sociedades (e das metrópoles) periféricas”.

¹² Vinculamo-nos à proposição teórica de território usado (SANTOS, 1994; SANTOS; SILVEIRA, 2001) como método de trabalho e categoria de análise para compreensão do real-concreto, do espaço geográfico, manifesto segundo suas especificidades, posto que é “o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1994, p. 255).

esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20), bem como seus conflitos e contradições.

De um lado estão forças horizontais, correspondentes às “atividades e ações e que possibilitam a estruturação da vida social” (RIBEIRO, 2013, p. 146), as quais são “alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos” (SANTOS, 2008, p. 50 [1994]). De outro, as forças verticais, criadoras da “modernização alienada, distante da vida dos homens comuns” (RIBEIRO, 2013, p. 147), caracterizadas por “vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada a distância” (SANTOS, 2008, p. 51 [1994]), por isto, causadoras de desordem onde se instalam.

A admissão desse método nos obriga a buscar o entendimento da trama de relações que se estabelecem entre os elementos constituintes do espaço – “os homens, as firmas, as instituições, as infraestruturas” (SANTOS, 1985, p.16) – e de suas intencionalidades constituidoras dos territórios rurais do Cajueiro e Camboa dos Frades no contexto maranhense (ALVES; SILVA, 2020).

Para analisar esses territórios rurais nos valem, ainda, da noção de situação geográfica, que nos ajuda a entender suas dinâmicas como resultantes dos processos contraditórios formadores da metrópole de São Luís, segundo “uma localização material e relacional (sítio e situação)” (SILVEIRA, 1999, p. 22). Ou seja, observa-se que os territórios rurais possuem uma posição, materialidades, mas, a um só tempo, são construídos de relações. A situação geográfica, portanto, “nos conduz a perguntar pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico” (SILVEIRA, 1999, p. 22).¹³ Trata-se de uma importante ferramenta teórico-metodológica, visto que possibilita “articular variáveis, agentes e processos em diversas escalas a partir de um foco particular. Enquanto nó de verticalidades e horizontalidades, manifestação provisória do movimento de totalização [...]” (CATAIA; RIBEIRO, 2015, p. 11).

Ainda nesse sistema teórico-metodológico, consideramos a periodização como um importante recurso (SANTOS, 2004 [1979]; 1988; 1997), porque nos permite, por meio dos eventos, uma empirização do espaço-tempo, buscando mostrar em cada pedaço de tempo no espaço por nós elencado – a partir de nossa visão de mundo e do conhecimento sobre a situação estudada – aquilo que explica nossa questão: os usos do território pretéritos, as modernizações

¹³ Conforme assinala Maria Laura Silveira (1999, p. 23), “uma situação que é sempre real e singular- pode ser percebida, a um só tempo, como uma construção histórica, concreta, e como uma construção metodológica, lógica e coerente. Nesse processo de apreender a realidade, não é suficiente [...], que descrevamos ou produzamos os fatos; é preciso enfrentar a tarefa de elaborar o sentido”. Revela-se, nesse sentido, a trama no uso do território analisando o sítio e as ações nele depositadas e, ao mesmo tempo, partindo dele.

seletivas (SOUZA, 2000) e as expulsões, criadoras de desigualdades, resistências, conflitos e da metrópole de São Luís, que se urbaniza de forma fragmentada.

Procura-se, nessa via, reconhecer a dinâmica espacial por meio dos eventos que se geografizaram, mudando as coisas e os “objetos, dando-lhes novas características” (SANTOS, 1997, p. 95), de maneira particular pelo eixo das sucessões e coexistências. Para entendermos o funcionamento – no presente, sincrônico – dos objetos e ações, é necessário investigar as gêneses do espaço, olhando-o diacronicamente ao longo do tempo (ISNARD, 1982; SANTOS, 1997).

A partir da análise da situação dos territórios rurais na metrópole maranhense, aborda-se também a categoria *lugar* – espaço do acontecer solidário e abrigo dos sujeitos (SANTOS, 1997). Nessa concepção, os lugares funcionam a partir das relações cotidianas e, ao mesmo tempo, são condição e suporte dos impulsos globais.

A categoria lugar nos ajuda a refletir sobre a existência (SANTOS, 1997), buscando revelar o cotidiano dos sujeitos dos territórios rurais analisados, suas práticas espaciais, modos de vida e suas forças. Isso porque o lugar se “define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional” (SANTOS, 1999, p. 34). Essa categoria nos permite pensar como os moradores do Cajueiro e da Camboa dos Frades se organizam diante das ondas expulsoras de modernizações, já que “o lugar é a oportunidade do evento. E este, ao tornar-se espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar” (SANTOS, 1999, p. 39).

À medida que forças externas se impõem hegemonicamente, as forças dos lugares, na arte da viração, buscam alternativas para a sobrevivência e resistem às ordens mundiais. Dessa maneira o lugar se constitui como o espaço da resistência, do enfrentamento e da solidariedade (RIBEIRO, 2004, 2013). Trata-se, portanto, de uma categoria operacional, porque ela nos permite dar visibilidade a um conjunto de processos que acontecem na escala do cotidiano dos territórios rurais investigados.

Outra preocupação ao estudar a cidade de São Luís, quanto ao método, consiste em compreender como as modernizações dolorosas, típicas da lógica capitalista (GRAZIANO DA SILVA, 1982), em suas formas e efeitos (SANTOS, 2004 [1979]), dão-se com o adensamento da pobreza (seja ela rural ou urbana) por meio das permanentes expulsões.

Como propõe Santos (2004 [1979], p. 31), falamos em modernizações, no plural. E para entendê-las, é necessário considerar “os elementos de ordem econômica, social, política e

moral”, pois “cada período representa uma modernização”.¹⁴ Dessa maneira, as modernizações são fundamentadas e entendidas nesta pesquisa como os vetores de inovação técnica e tecnológica nos territórios rurais abordados.

Daí a importância de estudarmos as modernizações, considerando que elas são “produtos e condição da divisão social do trabalho, que se identifica nas cidades, no território nacional e no mundo” (SILVEIRA, 2002, p. 12). As divisões territoriais do trabalho superpostas são produtoras das dinâmicas espaciais e dos conflitos entre os agentes constitutivos do espaço, haja vista que elas criam “uma hierarquia entre os lugares, e segundo a sua distribuição espacial, redefinem a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições”. No Maranhão, essas modernizações desestruturam as divisões do trabalho que constituem os territórios rurais, impulsionando expulsões.¹⁵ Estas, por sua vez, podem assumir a “função de janelas para as maiores dinâmicas da nossa época”, constituindo chaves explicativas da urbanização corporativa, uma vez que, como assevera Sassen (2016, p. 9-10), “essas expulsões são causadas. Os instrumentos para sua realização vão desde políticas elementares até instituições, sistemas e técnicas complexos”.

No atual período histórico, “nossas economias políticas avançadas criaram um mundo em que a complexidade tende a produzir brutalidades elementares com demasiada frequência” (SASSEN, 2016, p. 10). Não raro, o aumento das desigualdades é entendido “como uma forma de expulsão”, haja vista que populações inteiras – geralmente mais pobres – são alijadas dos seus “espaços de vida” (SASSEN, 2016, p. 24), “vulneráveis de terras, empregos e casas” (SASSEN, 2016, p. 13).

Contribuindo para o debate, Harvey (2011) aborda as expulsões a partir da categoria *acumulação por despossessão*, destacando que elas assumem formas diferentes de acordo com os lugares e períodos históricos. É preciso compreender que, quando a terra se torna mercadoria, “a lista dos destituídos e despossuídos é tão imponente como longa. Inclui todas as populações camponesas e indígenas expulsas da terra, privadas de acesso a seus recursos naturais e modos de vida por meios ilegais e legais” (HARVEY, 2011, p. 197).

¹⁴ Conforme Santos (2004 [1979], p. 29), o uso do termo “modernizações” no plural seria “o único modo de levar em conta as (múltiplas) implicações temporais” sobre “a organização ou a reorganização do espaço, da sociedade e da economia” resultantes do movimento do capitalismo nos países da periferia.

¹⁵ O nosso interesse pelas expulsões e a escolha delas como uma possível chave explicativa da urbanização e metropolização de São Luís nasceram principalmente da percepção de que, na maioria dos estudos urbanos aos quais tivemos acesso, a periferização dessa cidade aparece apenas como um “reflexo” das “migrações”, do “deslocamento em massa”, do crescimento populacional, da “busca por melhores condições de vida na cidade”, da “pobreza do campo” ou do “êxodo rural”. Assim, não são debatidas as reais motivações que desencadearam um certo nomadismo forçado de grande parte da população.

Eis que “a realização de novas geografias urbanas implica inevitavelmente o deslocamento e a despossessão” (HARVEY, 2011, p. 146). Assim, as pessoas são despossuídas, expulsas dos territórios que ocupam tradicionalmente, em razão da marcha violenta do capital no interior das formações socioespaciais capitalistas, e as “expropriações públicas sob a égide de leis que ditam os usos da terra podem ser orquestradas pelo Estado em nome do capital privado” (HARVEY, 2011, p. 197).

É assim que as vagas modernizações capitalistas que alcançam o Maranhão, principalmente a partir de 1970, têm comprometido o cotidiano das populações tradicionais. A fluidez territorial e a ideologia do desenvolvimento, mesmo se tratando de um dos estados mais pobres da federação, têm sido colocadas como prioridade entre os agentes hegemônicos globais, nacionais e locais. Tais discursos são acionados para justificar os sentidos que orientam as ações de alisamento do espaço e a brutalidade das expulsões (RIBEIRO, 2013; SASSEN, 2016).

Populações camponesas, quilombolas, indígenas e moradores das periferias urbanas têm sido expulsos e ameaçados, entrando em conflito e resistindo na metrópole de São Luís e em outros pontos do Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR, 2016; ALMEIDA; MOURÃO, 2017; BURNETT, 2021). Como assinala Santos (2008 [1994], p. 41), as incompatibilidades entre as diferentes velocidades são criadas, “e os portadores das velocidades extremas buscam induzir os demais atores a acompanhá-los, procurando disseminar as infraestruturas necessárias à desejada fluidez nos lugares que consideram necessários para a sua atividade”.

Considerando que “a fluidez é a condição, mas a ação hegemônica se baseia na competitividade” (SANTOS, 2008 [1994], p. 31), as modernizações seletivas se orientam com frequência para a circulação de mercadorias e capitais. Assim, a “exigência da fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro [...] e suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico” (SANTOS, 2008 [1994], p. 31). Essas racionalidades instituídas de fora, impondo a divisão territorial hegemônica do trabalho, ocasionam conflitos e resistências, já que atropelam as lógicas endógenas dos lugares.

Os territórios rurais fazem frente à essa dinâmica no âmbito político (ZIBECHI, 2015), visto que criam as mais diversas estratégias a partir das relações sociais instituídas entre os seus sujeitos para continuar habitando, vivendo, produzindo e reproduzindo seus modos de vida, sociabilidades e culturas. Esses territórios, marcados pela força de suas especificidades socioculturais, não “são dados de realidade, mas construções cotidianas. Longe de serem essências, trata-se de criações e recriações permanentes” (ZIBECHI, 2015, p. 99). São compartilhados por resistências, o que significa reagir a uma ação anterior (PORTO-

GONÇALVES, 2006), mas também são caracterizados pela força de criar movimentos de insurgência, ou seja, movimentos novos de lutas políticas para falar e valorizar suas formas de planejar e existir.

Portanto, os territórios rurais¹⁶ – apesar da metropolização vigorosa experimentadas por São Luís nas últimas décadas – são “quadros de vida que têm peso na produção do homem” (ZIBECHI, 2015, p. 99) e servem de abrigo, espaço da existência de comunidades tradicionais.¹⁷ Estas têm no território uma condição de sua reprodução, por isso possuem algumas proteções especiais em diversas legislações, considerando que têm maneiras próprias de viver, fazer e se relacionar que precisam ser respeitadas.

As pessoas que animam e fazem uso dos territórios são aqui entendidas como sujeitos lugarizados, homens e mulheres de um tempo lento (SANTOS, 2008, [1994]), produtores de informações ascendentes (SILVA, 2010). Esses indivíduos se fundam nas relações comunicacionais cotidianas instituídas nos lugares que ajudaram a criar, e conhecem a história, os saberes, as ancestralidades e a memória. Assim, são sua força ascendente (SANTOS, 1997).

Considerando a importância de valorizar o sentido que orienta as ações desses sujeitos arraigados aos lugares e de suas práticas e trajetórias, em uma perspectiva da pesquisa-ação (RIBEIRO, 2013), pensamos que a concepção teórico-metodológica da cartografia da ação social proposta por Ribeiro (2001, 2004, 2005a, 2005b, 2013) se coloca como crucial ferramenta operacional. Isso porque “produzir as cartografias dos homens e mulheres simples [...] significa dar visibilidade e possibilidade de pensar sua própria condição e ter na cartografia um instrumento de representação de seu território e de luta social” (SILVA, 2011a, p. 1).

A cartografia da ação, nesse sentido, torna-se importante em nossa pesquisa porque nos permite ouvir e dar relevo às vozes dos sujeitos lugarizados e utilizadores da cidade como abrigo para viver – os quais, não raro, são desconsiderados pelas ações racionais globalizantes, mas organizam suas “lutas diárias pela permanência nos interstícios do denominado espaço formal” (RIBEIRO, 2013, p. 96).

¹⁶ O Decreto Federal n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, considera os territórios tradicionais como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”.

¹⁷ O Decreto Federal 6.040/2007 define ainda os povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Buscamos, portanto, compreender as situações geográficas na metrópole de São Luís através da cartografia da ação,¹⁸ intentando explicar (e não apenas representar) os lugares vividos e disputados, pois é neles que a vida ganha força reflexiva e transformadora. São visibilizados os anseios, as vozes, os projetos e as resistências das classes populares, e, assim, “os usos do território mapeados nesta cartografia decorrem de regras – não ditas – do cotidiano e da sociabilidade. Quando articulados à revolta e à insurgência, estes usos são frequentemente fugazes” (RIBEIRO, 2013, p. 200).

A pesquisa em tela resulta de um esforço teórico e empírico. Para tanto, fizemos um levantamento da arte em torno dos usos dos territórios urbanos e rurais maranhenses, das modernizações e das expulsões. Em seguida, realizamos trabalhos de campo, importante ferramenta do geógrafo (ALVES, 1997), pois nos permite desvelar o conteúdo geográfico do cotidiano das situações analisadas, e adentrar na geografia das existências (SILVA; CAMPOS; MODESTO, 2014).

A metodologia do trabalho de campo consistiu em imersões nos territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades, mesmo diante do desafio da pandemia de covid-19, que compreendeu todo o período do trabalho. Residimos por quatro semanas nas referidas comunidades, em distintos períodos do ano de 2021. Isso nos permitiu pensar essas outras epistemologias historicamente negadas e seus protagonistas, conhecendo mais da história dos territórios rurais, bem como participar, observar, vivenciar e entender o cotidiano e o quanto de relação esses sujeitos possuem com seus territórios, suas organizações, mobilizações e lutas. Tais imersões em campo nos possibilitaram construir uma “relação dialógica (troca de saberes) e dialética (a busca de totalidade analítica) capaz de aprofundar a compreensão entre as relações moleculares entre a dominação e resistência, entre racionalidade hegemônica e insurgências” (SILVA, 2014, p. 32).

Trata-se de uma única via de ação, considerando que, enquanto pesquisador, “não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também desse

¹⁸ A cartografia da ação social, como preconiza Silva (2011a, p. 16), “é aquela possível de compreensão e de representação do movimento da sociedade, das lutas e de novos desejos, das ações e desejos das bases populares. É a cartografia que representa também o cotidiano da vida coletiva”. Refere-se, portanto, a “uma cartografia praticada, que não seja apenas dos usos do espaço, mas também utilizável, de forma que ocorra a sincronia espaço-temporal, o que apoiaria, inclusive, o trabalho interdisciplinar” (RIBEIRO, 2001, p. 4).

conhecimento” (FREIRE, 1983, p. 35), “ouvindo e registrando seus problemas, suas práticas, seus valores e suas visões de mundo” (SILVA, 2014, p. 33).

Acompanhamos também, no Ministério Público Estadual do Maranhão, três audiências públicas que tratavam dos conflitos envolvendo o Cajueiro, e duas audiências sobre a situação da Camboa dos Frades. Além disso, participamos de ações de resistência, reuniões, audiências populares e protestos em diferentes espaços da metrópole de São Luís, abordando a luta das comunidades tradicionais.¹⁹

Assumimos, portanto, a tarefa de analisar a problemática em tela. Para isso, no primeiro capítulo propomos uma periodização das modernizações, expulsões e resistências a partir dos territórios rurais, pensando a formação do espaço urbano de São Luís ligada aos processos permanentes de expulsão de uma população negra, periférica e empobrecida. Dessa maneira queremos destacar como os nexos entre tais variáveis se relacionam com a dinâmica das duas situações geográficas contemporâneas estudadas (Figura 1).

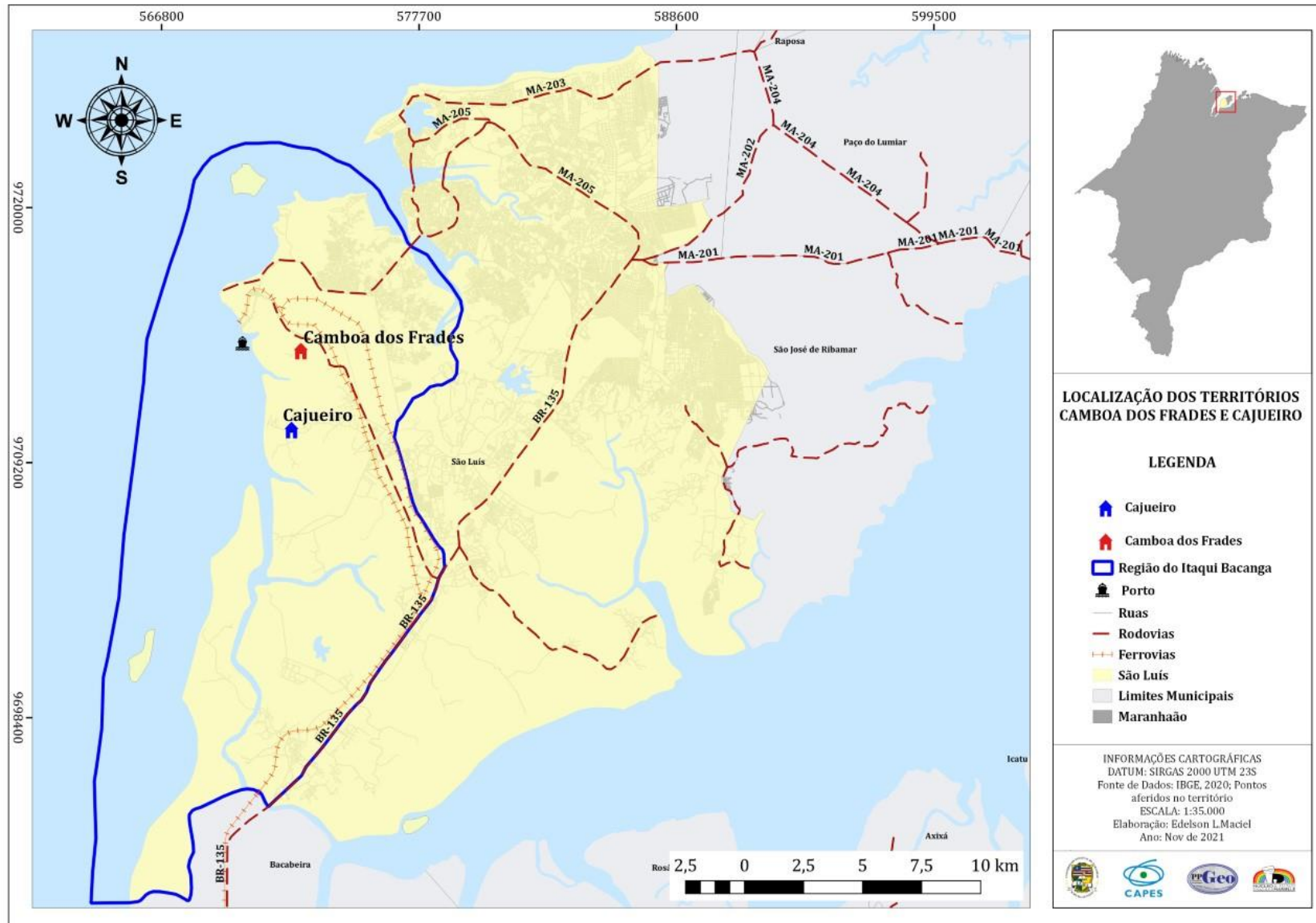
Já no segundo capítulo, apresentamos a situação geográfica do território rural do Cajueiro, voltando nosso olhar para sua história territorial e para a brutalidade das sucessivas expulsões. Discutimos, desse modo, como os lugares e seus sujeitos constroem resistências para existir no contexto de uma metrópole corporativa e fragmentada.

No terceiro capítulo propomos pensar as modernizações e as expulsões na metrópole de São Luís a partir da situação geográfica do território rural da Camboa dos Frades. Buscamos destacar a força desse território ancestral e de seus saberes locais, em oposição ao modo como a modernização do Porto de Itaqui degrada a vida de relações no lugar, inviabilizando a reprodução social, cultural e econômica de sua gente.

Por último, nas considerações finais, discorreremos sobre o fato de a formação da metrópole de São Luís ser ancorada na expulsão permanente de pessoas, em sua maioria negra e de menor força econômica, dos distintos espaços dentro da urbe onde construíram suas territorialidades e tradições.

¹⁹ Uma estratégia encontrada para realizar a pesquisa, em razão da pandemia de covid-19, foi acompanhar e participar de eventos virtuais que envolviam as comunidades estudadas. Nesse sentido, acompanhamos: (i) três debates políticos com os candidatos que estavam concorrendo à Prefeitura Municipal de São Luís no ano de 2020. Buscamos compreender suas propostas para o espaço rural da metrópole de São Luís, bem como a forma com que aparecia em seus discursos a temática dos conflitos envolvendo essas populações; (ii) uma entrevista concedida pelo Seu Clóvis à Radio Tambor, grupo ludovicense de comunicação alternativa, intitulada “Cajueiro Resiste”; (iii) a *live* “Plano Diretor de São Luís: o que você tem a ver com isso?”, que contou com representantes das comunidades do espaço rural da cidade São Luís; e (iv) o debate promovido no âmbito do evento científico “Discussão de estudos de caso: a zona rural de São Luís entre a conservação socioambiental e a expansão portuária”.

Figura 1 – Localização dos territórios rurais do Cajueiro e da Camboa na metrópole de São Luís



2 UMA PERIODIZAÇÃO PARA AS MODERNIZAÇÕES, AS EXPULSÕES E A PERIFERIZAÇÃO EM SÃO LUÍS: OS TERRITÓRIOS RURAIS RESISTEM (1950-2020)

O fio condutor da periodização que se segue consiste na abordagem dos projetos de modernização ocorridos em São Luís ao longo do tempo. Nossa escolha por propor uma periodização a partir de 1950 relaciona-se ao fato de, nesse período, a urbanização ludovicense ganhar força – malgrado São Luís, como assinala Geiger (1963), perder importância na rede urbana brasileira em razão do aprofundamento da decadência de sua indústria têxtil. Tal fato resulta das “transformações que então se iniciaram no Brasil e que serão, contudo, adversas ao destino de São Luís, pelo deslocamento dos interesses para outras regiões, com o conseqüente e progressivo abandono não só da cidade, como da região maranhense” (GEIGER, 1963, p. 382).

A capital maranhense adentra a década de 1950 representando a “síntese de três cidades em uma: a do acampamento militar, a mercantil e industrial” (BURNETT, 2012, p. 88), no entanto, ainda contando com uma presença urbana relativamente incipiente no conjunto da formação socioespacial brasileira, apesar dos planos de expansão da cidade e intervenções nas décadas precedentes (FERREIRA, 2014; LOPES, 2016).

Nesse contexto São Luís, que se apresentava como “cidade marginal” refletindo “uma estrutura colonial e ausência do progresso industrial” (GEIGER, 1963, p. 383), tem seu fato urbano acrescido de “bairros pobres, subúrbios, inclusive favelas de casas de pau-a-pique, chão de terra e cobertura de palha, os ‘apicuns’” (GEIGER, 1963, p. 383). Alargam-se, assim, as áreas pobres e favelas nas partes da cidade sujeitas a marés, às margens dos rios que cortam São Luís: o Anil e o Bacanga.

Ressalta-se que a expansão urbana de São Luís na segunda metade do século XX está relacionada à dinâmica da estrutura fundiária do território maranhense, modernizado seletivamente desde sua gênese. Isto porque as modernizações conservadoras que alcançam o Maranhão historicamente se deram pelo uso do território como recurso, atendendo aos interesses de agentes hegemônicos distintos – elites políticas e econômicas oligárquicas locais ou elites rentistas do capitalismo brasileiro e global –, produzindo imensas desigualdades socioespaciais.

A expansão violenta do capital sobre o campo maranhense intensifica as periferias, em suas várias formas-conteúdo, e a pobreza urbana ludovicense. Dessa maneira, a cidade

torna-se o centro de realização de um urbano “moderno”, com forte influência na rede urbana maranhense (BOTELHO, 2012, FERREIRA, 2017).

Nesse sentido, a modernização urbana da capital maranhense ocorre com base na expulsão da massa trabalhadora do campo, sobretudo camponeses e quilombolas, em decorrência do avanço do capital no campo, resultado da dinâmica globalizadora (RIBEIRO JÚNIOR, 1999; BARBOSA, 2015; FERREIRA, 2014).

Trata-se de grupos tradicionais atravessados pela modernização seletiva – fortemente ligados à construção política, econômica e cultural do Maranhão e de suas cidades. Estes sujeitos historicamente construíram suas territorialidades nas chamadas “terras de pretos ou comunidades negras rurais maranhenses” (ALMEIDA, 2004), constituídas a partir de “fazendas falidas, doações de terras para ex-escravos, compra de terra pelos escravos livres, formação de quilombos, mocambos e terras de ordens religiosas” (COSTA, 1995, p. 2).

A nossa escolha pela década de 1950 como ponto de partida objetiva ressaltar que essa grande onda da população negra e empobrecida expulsa, ao chegar em São Luís e buscando reconstruir suas vidas nos lugares da urbe, seria submetida a novos processos de expulsão posteriormente, principalmente a partir da década de 1970 com a introdução dos projetos desenvolvimentistas.

Os investimentos nesse período em novas materialidades vão viabilizar a formação da região do Itaqui-Bacanga, caracterizada por grandes ocupações urbanas, pelo Distrito Industrial da cidade e por ser um espaço pretérito dos territórios rurais, de comunidades tradicionais. É esse espaço que vai abrigar a população expropriada do campo, haja vista que as condições rurais permitem a reprodução de seus modos de vida.

O que aqui apresentamos é um esforço de compreender como, em cada período histórico, se colocam as modernizações, as expulsões dos territórios rurais, as resistências e seus nexos com a formação da periferia urbana de São Luís. Tal movimento é importante porque serve de base para investigarmos as formas-conteúdo recentes atreladas às situações geográficas do Cajueiro e da Camboa dos Frades.

2.1 Das expulsões do campo maranhense ao avanço do tecido urbano periférico de São Luís (1950-1970)

Segundo Santos (2009 [1993], p. 27), “a urbanização brasileira conhece, nitidamente, dois grandes regimes. Após os anos 1940-1950, os nexos econômicos ganham enorme relevo, e impõe-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território”. Nessa via, São

Paulo e Rio de Janeiro adentrariam a segunda metade do século XX como metrópoles nacionais (GEIGER, 1963, p. 136), as quais “comandam de certo modo todo o conjunto urbano brasileiro”.

Nesse contexto, o Rio de Janeiro perderia centralidade política em função da transferência da capital do país para Brasília, na região Centro-Oeste, a qual serviria de base para políticas de unificação territorial por meio da facilitação de seus fluxos (VESENTINI, 1986; SINGER, 1998). São Paulo, por sua vez, ganharia força como centro de comando financeiro, sobretudo por conta da concentração industrial e financeira, tornando-se “metrópole onipresente em todo o território nacional” (SANTOS, 2009 [1994], p. 17).

A urbanização e a vida de relações impulsionadas pelo processo social complexo da industrialização das regiões Sul e Sudeste do país incluem tanto “[...] a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo de formas diversas” (SANTOS, 2009 [1993], p. 30). É a partir daí que “uma urbanização evolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados” (2009 [1993], p. 30).

Com estes processos em curso, são perceptíveis as transformações socioterritoriais no Maranhão. No limiar da década de 1950 a população total do estado era de 1.583.248 habitantes, dos quais 275.491 eram habitantes urbanos, e 1.307.757 rurais (IBGE, 2010).

Evidencia-se, porém, a força do Maranhão no setor agrário ainda à época. Nesse período, a apropriação de terras pelas investidas do grande capital tornaria o campo maranhense o *locus* de um “emaranhado de conflitos” (SODRÉ; MATTOS JUNIOR, 2016) pelo uso do território, aprofundando a sua desigual estrutura agrária. Tais conflitos resultam em expulsões das terras tradicionalmente ocupadas, no agravamento da pobreza rural e na morte de uma parcela da população, camponesa, quilombola e indígena, bem como de pessoas ligadas aos movimentos de defesa dos territórios rurais tradicionais (ALMEIDA; MOURÃO, 2017).

Seguindo uma tendência predominante no conjunto da formação socioespacial brasileira, consolida-se desse modo um campo violento, marcado por grilagens de terras e pela concentração fundiária (ASSELIN, 1982; MARTINS, 2010; SODRÉ; MATTOS JÚNIOR, 2016). Tais são os fatos impulsionadores da expansão urbana fragmentada e periférica de São Luís.

Essa população negra e empobrecida, possuidora de uma economia de subsistência ligada principalmente à pesca, à criação de animais, à coleta de mariscos, à agricultura camponesa, à produção de carvão vegetal e à quebra do coco babaçu, passou a ocupar os

espaços menos valorizados de São Luís. Como escreve Trovão (1994, p. 88), ao chegar em São Luís, os camponeses despossuídos de suas terras

[...] procuram inicialmente um espaço rural disponível onde possam continuar a cultivar a terra. Encontrando-o fixam-se, roçam, cultivam e enfrentam impreterivelmente os grileiros. Com essa experiência tentam novamente, porém de maneira mais organizada. Juntam-se e num grupo bastante grande procuram outro espaço desocupado. Surge novo conflito que dessa vez toma proporções enormes e recebe a denominação de “invasão”, das quais alguns exemplos é a dinâmica desse tipo de ocupação.

Criaram-se, assim, territórios nos quais parte das práticas sociais, culturais e econômicas de base rural se reproduziam, constituindo os novos bairros periféricos – ocupações urbanas, cortiços, favelas e palafitas –, não raro, áreas frágeis do ponto de vista ambiental, a exemplo dos ecossistemas de mangue (TROVÃO, 1994; BOTELHO, 2012, FERREIRA, 2014).

Em 1950 São Luís contava com 119.785 habitantes, sendo a população rural composta de 40.054 habitantes, e a urbana, de 79.731 (IBGE, 2010). O crescimento da mancha urbana, por sua vez, aliada aos “incrementos demográficos em São Luís, decorre de um processo histórico que reflete um comportamento econômico e político ocorrido no contexto espacial do Estado, do País e do mundo” (PACHECO, 2002, p. 30).

São Luís, que na passagem do século XIX para o XX “conheceu um surto industrial considerável das indústrias têxteis e as de derivados de babaçu” (DINIZ, 2017, p. 173), principalmente entre as décadas de 1930 e 1950, testemunha sua crise econômica.

A década de 1950 caracteriza-se, no contexto da formação socioespacial brasileira, pela intensa estruturação produtiva segundo modelos fordistas e do capitalismo tardio, pela implantação da industrialização pesada²⁰ (RANGEL, 2005; BARBOSA, 2006). O Maranhão, por seu turno, registrava a decadência de suas indústrias em cidades como Codó e Caxias, mas principalmente São Luís (RIBEIRO JÚNIOR, 1999; BOTELHO, 2012; FERREIRA, 2014).

Nesse viés, assevera Botelho (2012, p. 184),

[...] além de outros aspectos, a derrocada do parque têxtil maranhense pode ser explicada pela incipiência econômica e tecnológica, da indústria local; pelas incoerências cambiais e financeiras do país [...] e ainda a elevação do preço do algodão.

²⁰ Um exemplo é a indústria automobilística, subordinada à lógica do capital e à divisão territorial e internacional do trabalho, levada a cabo pelas políticas de Juscelino Kubitschek (OLIVEIRA, 1989, RANGEL, 2005).

São Luís, portanto, firma-se enquanto sede administrativa, pois nesse momento de sua história territorial é patente a fragilidade de sua indústria têxtil, de modo que “suas funções comerciais estavam sendo solapadas por uma nova conjuntura política e econômica” (LOPES, 2013, p. 203), alavancada pelos distintos processos que atingem a formação socioespacial brasileira. Com base nessa dinâmica, na década de 1950 observa-se, em certa medida, uma continuidade das políticas de intervenções urbanas parciais das duas décadas anteriores. Nesse contexto, quando

São Luís começa a perder a hegemonia econômica na região, se processaria uma nova tentativa de modernização de sua estrutura urbana, possibilitada pelo contexto, ainda favorável, da Segunda Grande Guerra Mundial, com a valorização de produtos regionais como o babaçu. Este novo período modernizador, inaugurado com as ideias de Saboya Ribeiro,²¹ seria continuado por Pedro Neiva de Santana,²² que implementara, à sua maneira, o plano proposto por seu antecessor (LOPES, 2013, p. 204).

Com essas intervenções modernizantes, como a abertura da Avenida Getúlio Vargas, ocorreu a expansão de bairros como Monte e Castelo e Alemanha, ocasionando a transferência, para essa região, da “população de alta renda, antes instalada na Praia Grande” (LOPES, 2013, p. 225).

Intensifica-se o vertiginoso processo de desvalorização da área central da cidade e, ao mesmo tempo, aumenta o “número de cortiços, ocupados pela população pobre, trabalhadores assalariados, servidores públicos ou desempregados” (LOPES, 2013, p. 225). À vista disso, o núcleo central torna-se também abrigo da população expulsa do campo, processo este que se aprofundaria nas décadas seguintes. Nesse espaço-tempo da capital maranhense,

[...] com o declínio das fábricas e as constantes crises da economia maranhense, a cidade tem sofrido pressões econômicas muito fortes, refletindo-se no enfraquecimento do comércio formal, dando ênfase ao aparecimento de um tipo de atividade comercial, caracterizada por baixos investimentos e menos especialização nos produtos. (DINIZ, 2017, p. 173).

Sintetizando a questão, Burnett (2012, p. 88, grifo nosso) destaca que ainda na metade da década de 1950 São Luís representava a síntese de uma cidade do acampamento militar, mercantil e industrial. Quanto ao primeiro aspecto, o autor afirma que a cidade,

²¹ O engenheiro e urbanista José Octacílio Saboya Ribeiro comandou a cidade de São Luís como prefeito no período de 1936 a 1937. Como assinala Lopes (2013, p. 199), “o que parece caracterizar a intervenção de Saboya Ribeiro em São Luís, assim como outras experiências de intervenções urbanas brasileiras das primeiras décadas do século XX, é o traço cosmopolita, miscigenado, dos modelos urbanísticos adotados”.

²² Prefeito da cidade de São Luís no período de 1937 a 1944, Pedro Neiva de Santana “viria a promover mudanças significativas no espaço urbano de São Luís. No curso de sua longa gestão a cidade ganhou nova fisionomia e as finanças foram controladas com mão de ferro” (LOPES, 2013, p. 204).

[...] sem pujança econômica e originada pelo traço do arquiteto e engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita, tinha, nos primórdios do século XVII, a tarefa primordial de assegurar o domínio português na região e contava com uma malha urbana que servia de padrão para o seu processo de expansão. Nesse período, em que interessava ao Senado da Câmara incentivar, com cartas de sesmarias, a ocupação do então ocioso espaço urbano, os terrenos eram entregues aleatoriamente, sem maiores preocupações com o nível social dos ocupantes, numa democratização do acesso ao solo que a seguinte valorização modificará.

Por sua vez, o autor entende que a cidade mercantil se constitui

[...] alternando com Belém a sede do governo da província do Maranhão e Grão-Pará, [e] será através da companhia, criada no último quartel do século XVIII e graças à produção agrícola que comercializava com a Europa dos primórdios da Revolução Industrial, que São Luís consolida e sofisticada o bairro portuário da Praia Grande, ambiência urbana tomada como referência para toda a cidade, que respirava então ares cosmopolitas. *É neste processo que se origina a elite comercial do Maranhão, verdadeira força hegemônica na economia e na política* que, por longo tempo, terá papel decisivo nos destinos do espaço urbano.

Em relação à São Luís industrial, conforme Burnett (2012, p. 88-89), destaca-se a tentativa de transformação da urbe “devido à resistência de cortar os laços com o mundo” e perante o fim da Companhia do Comércio,

[...] aproveitando favoráveis condições internacionais e, tal qual outros estados que convertem o Nordeste em um “vasto algodão” [...], transforma o “ouro branco” em seu novo produto de exportação e, através dele, erige um parque industrial têxtil, base da conquista nacional e internacional. Mas, ainda que a nova vocação se estenda ao interior, nas bordas da então aspirante *cidade industrial* a maioria das fábricas elevará chaminés de tijolos e cerâmicos e construirá vilas e bairros proletários [...] Mas São Luís, que no discurso de mais de trezentos anos teve a capacidade de ser uma em três, conservando o padrão de homogeneidade e continuidade espacial, vai passar, no breve período de 35 anos, por experiências urbanas comuns às principais cidades brasileiras, as quais, a entrada do país no processo industrial moderno sofrera uma urbanização sem industrialização.

É importante ressaltar também que, nesse período, São Luís começa a depender dos repasses financeiros federais vertidos para as ações urbanas, as quais resultam em políticas de saúde e habitação, porém “restritas às categorias profissionais privilegiadas pela legislação trabalhista” (BURNETT, 2012, p. 96). Tais ações desdobram-se na intensificação da expansão da cidade, fragmentando o seu espaço, pois as políticas habitacionais conduzidas seletivamente ampliam as desigualdades espaciais. Por isso, como problematizam Burnett (2012) e Ferreira (2014), apesar do financiamento pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC) do Hospital Presidente Dutra e da construção do Conjunto Filipinho, com 360 unidades de habitação popular, essas obras apenas atendiam seus assegurados, não a maioria da população.

Tem-se, dessa forma, uma urbe cada vez mais empobrecida e marcada por lutas urbanas, contexto no qual “o crescimento e a degradação dos bairros populares, originados pela ocupação de terrenos alagadiços dos rios Anil e Bacanga”, materializam “um cinturão de pobreza em torno do Centro e de sua institucionalização, pela prefeitura, como *Zona Proletária*” (BURNETT, 2012, p. 98, grifo do autor).

Ainda nesta perspectiva, as modernizações seletivas que vinham estruturando a formação e a expansão urbana de São Luís começaram a ser alvo de insatisfação de uma parcela da população. Processos de resistência passaram ser desencadeados principalmente pelas pessoas abrigadas nos lugares mais vulneráveis, desassistidos de equipamentos urbanos e de políticas sociais, uma vez que esses espaços não eram considerados no planejamento setorial da cidade realizado pelo Estado.

Nesse contexto de lutas políticas por conta das “condições de vida nas mais diversas áreas” (BURNETT, 2012, p. 99), em 1958 o crescimento da cidade seria orientado pelo Plano de Expansão da Cidade de São Luís, do Engenheiro Ruy Mesquita, fincado na ideologia do planejamento enquanto instrumento do capital (SANTOS, 2004 [1979]). Esse plano de expansão, que representava a “cidade modernista”, “conserva o caráter dos vetores rodoviários do plano anterior e propõe a separação de funções e segregação residencial” (BURNETT, 2008a, p. 131-132). Tal projeto de modernização da cidade seria o

[...] primeiro estudo técnico para ocupação das áreas para além dos rios Anil e Bacanga. Justificada pela impossibilidade de adensar verticalmente o núcleo urbano original, a ocupação dessas terras ainda era um projeto financeiramente irrealizável naquele momento (BURNETT, 2012, p. 100).

Nesse sentido, conforme assinala Ferreira (2014, p. 49), até 1959 o uso do território na cidade de São Luís:

[...] era restrito às vias de acesso que o Estado implantava, do núcleo central em direção setor Leste da Ilha do Maranhão. Destacavam-se de um lado, a continuação do Caminho Grande ou mais precisamente a hodierna Avenida Getúlio Vargas, que se tornou o novo local de reprodução do capital comercial viabilizado pela emergência dos bairros do Matadouro (atual Liberdade), Areal (hoje, Monte Castelo) e Cavaco (Fátima, hodiernamente); de outro lado, sobressaía-se a Avenida João Pessoa (continuação da Avenida Getúlio Vargas), acompanhado pelo traçado da EFSLT, que possibilitou o surgimento de bairros como João Paulo, Caratatiua, Jordoa, Filipinho e Sacavém, além do acesso ao distrito do Anil, que demandava ao município de São José de Ribamar, criado em 1952.

Apesar de o governo estadual do Maranhão criar, nesse período, a Sociedade de Melhoramentos e Urbanismos de São Luís com o objetivo de planejar melhor a cidade, isso

“[...] não se materializou e se resumiu ao desmembramento de serviços de Água, Luz, Tração e Prensa de Algodão – SAELTPA” (FERREIRA, 2014, p. 49). Portanto, a urbe ludovicense continuou a se expandir arraigada às desigualdades socioterritoriais e sem um planejamento territorial plural, que pudesse servir a todos os seus sujeitos.

Assim, ao adentrar no debate acerca do Plano de Expansão de São Luís, Lopes (2016, p. 19) também pontua que ele consistiu “na primeira proposta técnica sistematizada de cruzar os Rios Anil e Bacanga, a partir da construção de pontes e avenidas, ocupando novas áreas de expansão com a implantação de um traçado urbano moderno”. Conforme explica o autor, “neste período, um polo de adensamento que sinalizava o sentido da futura expansão da cidade, era a Cidade Balneária do Olho D’Água, onde estavam as terras valorizadas pelo mercado imobiliário na época” (LOPES, 2016, p. 33).

Parte da complexa questão fundiária, econômica e política ludovicense, a população expulsa do campo maranhense que chegava à cidade procurava ocupar as terras baratas para a construção de moradias, as quais seriam levantadas por suas próprias mãos. Porém, essas pessoas acabavam cruzando com as investidas e pressões do capital imobiliário, fato que intensifica a disputa pelo uso e regulação do território de acordo com interesses de agentes determinados.

Nesse contexto, à margem das vagas de modernizações, as periferias ludovicenses começavam a se organizar para lutar pelo direito ao território, buscando criar mecanismos representativos dos interesses dessa população abrigada nos interstícios da cidade e desconsiderada pelo planejamento pensado para a urbe.

Justificam-se, assim, as tentativas de organização da população ali residente, visando reivindicar a presença do Estado, em especial no que se refere aos “meios de consumo coletivo” como: água, luz elétrica e posto médico, culminando, em 1959, com a fundação da União dos moradores do Lira, que foi a “primeira do gênero em São Luís”; este fato incentivou, a partir de 1960, o surgimento de outras uniões e associações, a exemplo das concernentes à Madre Deus, Floresta, Coréia, Nossa Senhora da Vitória, São Vicente e São Francisco (FERREIRA, 2014, p. 49, grifo nosso).

Por sua vez, as décadas de 1960 e 1970 – marcadas por mudanças não apenas quantitativas, mas também qualitativas e com novas formas e conteúdo (SANTOS, 2009 [1993]) – nos são importantes porque “todas as áreas do país experimentam um revigoramento do seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades da modernização sobre o território” (SANTOS, 2009 [1993], p. 66).

Nessa via, o uso do território de São Luís passaria por metamorfoses e ganharia novas dinâmicas, não raro associadas à pobreza urbana. A capital maranhense, ainda se apresentando como “cidade marginal” na rede urbana brasileira, adentra a década de 1960 somando 158.292 habitantes, quando a sua população urbana representava-se por 124.606 habitantes, ao passo que seu espaço rural abrigava 33.686 habitantes (IBGE, 2010).

Esse período é marcado pela entrada de grandes projetos econômicos e obras de infraestrutura em São Luís (BURNETT, 2012), importantes no processo de espraiamento da mancha urbana. Tal fato resulta, pois, da modernização do território baseada no planejamento desenvolvimentista, cunhado no discurso do “Maranhão Novo” promovido pela oligarquia sarneyzista.²³

Esse discurso competente (CHAUI, 1985a), modernizador, do “Maranhão de progresso” foi impulsionado principalmente pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (Sudema), organismo responsável por planejar, liberar e controlar os recursos das obras “necessárias ao progresso do estado” (BOTELHO, 2012).

Se por um lado, como assinala Araújo (2010, p. 164), nos anos 1950 o processo de ocupação do território Maranhense pelas comunidades tradicionais ocorreria sem intervenção estatal,

[...] a partir dos anos 1960, outra forma de ocupação, dirigida, começa a ser sugerida pelo planejamento público, inspirado em uma visão desenvolvimentista – disseminada no País a partir dos anos 1950 – *que interpretou o Norte como um imenso território vazio, com forte potencial para a solução das distorções sociais que ora se apresentavam com a concentração de renda no Sul e Nordeste*. Um dos instrumentos técnico-científicos que serviu de base para fundamentar essa interpretação foi o relatório “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, elaborado, em 1959, pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, coordenado pelo economista Celso Furtado. *O documento, que inspirou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, recomendava projetos de colonização no Maranhão, como meio de organizar o fluxo migratório nordestino e corrigir as distorções advindas da seca no Nordeste* (ARAÚJO, 2010, p. 164, grifo nosso).

No entanto, a instituição dessa política sem o olhar voltado para o espaço herdado do Maranhão acabou ocasionando maiores problemas, como o aumento dos fluxos migratórios nordestinos, a grilagem e a venda de 90% das “terras livres” para grandes grupos empresariais. Nesse contexto, “a experiência acabou fechando as fronteiras agrícolas no Maranhão, abrindo

²³ Na década de 1960 instalou-se no Maranhão a oligarquia do grupo político dos Sarney, possuidora de grandes extensões de terras e dos meios de comunicação do estado, a qual comandaria o território maranhense por quase 50 anos. Como ressalta Fortes (2019, p. 1), “a oligarquia Sarney cresceu na esteira dos chamados Grandes Projetos Industriais, nos anos 1970; com a ditadura militar, a entrada de José Sarney na ARENA e o seu mandato como presidente da República, a oligarquia chegou ao seu apogeu”.

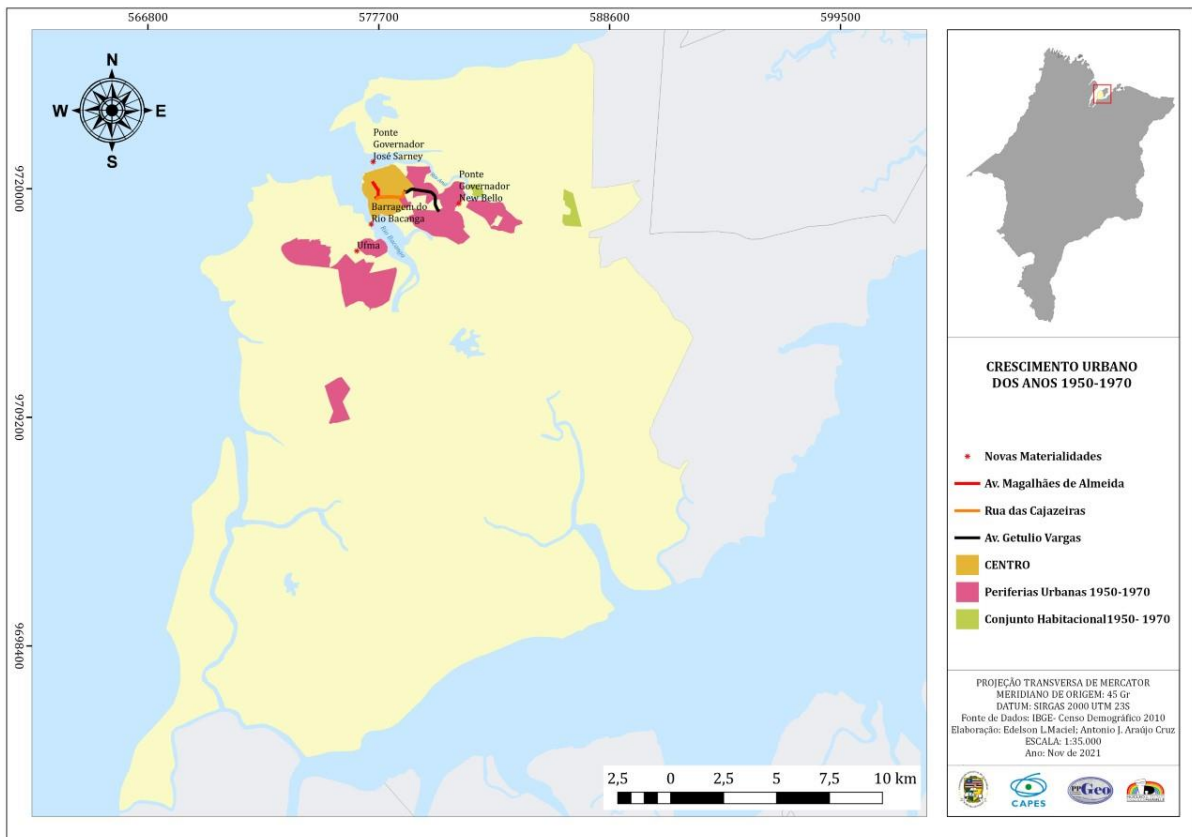
as possibilidades para o grande capital” (ARAÚJO, 2010, p. 164). Ainda conforme Araújo, o apoio governamental promoveu a inserção do Maranhão no mercado nacional, com a conversão de terras públicas em privadas, levando a novas ondas de expropriação. Tal processo culminou em deslocamentos compulsórios da população do campo para a cidade de São Luís, adensando sua urbanização. Esses fatores contribuíram para que o Estado se firmasse como forte agente de produção no uso do espaço urbano junto com o mercado imobiliário, considerando o contingente populacional que chegava à cidade (FERREIRA, 2014).

O espraiamento ludovicense por meio da produção de habitação seria capitaneado, sobretudo, pelos recursos da política do Banco Nacional da Habitação (BNH), conforme Burnett (2012). Assim, entre os anos de 1962 e 1965 foram instaladas na capital maranhense 624 unidades residenciais, alocadas na região central da cidade (Conjunto dos Bancários, com 48 apartamentos) e no bairro do Ipase, recebendo 536 casas (FERREIRA, 2014).

Cabe lembrar que, em 1966, foi criada a Companhia de Habitação Popular do Maranhão (Cohab-MA), a qual se propunha a construir habitação para a população que recebia entre um e três salários mínimos e erradicar, na cidade de São Luís, as habitações de palafitas – heranças das desigualdades históricas, que para o Estado era sinônimo de atraso, posto que construídas pela população empobrecida.

No entanto, embora a Cohab-MA no período de 1967 e 1970 tivesse construído três conjuntos habitacionais (Figura 2), totalizando 2.438 habitações e representando novas modernizações no sentido leste (corredor Centro-Anil), essa oferta não acompanhava a real necessidade da população que lutava por moradia na cidade, contra os despejos forçados, por regularização fundiária e por projetos habitacionais para pessoas de baixa renda.

Figura 2 – Crescimento urbano de São Luís (1950-1970)



Elaboração: Cruz e Maciel, 2021 (com base em Burnett, 2008, 2012; Ferreira, 2014).

Tal fenômeno relaciona-se ao fato de que, entre 1960 e 1969, os domicílios de alvenaria totalizavam apenas 40%, sendo 55% de taipa, 1/3 com piso de soque e 1/4 com cobertura de palha. Além disso, “o número de domicílios tipo palafita [chegava] a 20.060 para um universo de 120 mil domicílios” (FERREIRA, 2014, p. 51). Retrato dessa configuração territorial, em 1969, dentre uma população estimada em 251.389 habitantes em São Luís, cerca de 40 mil residiam em palafitas (RIBEIRO JÚNIOR, 1999).

O processo de formação da cidade nesse período pode ser analisado também por outro importante evento geográfico: a construção da barragem do rio Bacanga, em 1970 (FERREIRA, 2014), possibilitando a expansão da urbe no sentido sudoeste e a constituição da região do Itaqui-Bacanga. Formaram-se e consolidaram-se, desse modo, as extensas regiões periféricas, representadas principalmente pelos bairros Sá Viana, Vila Embratel, Anjo da Guarda, Vila Nova, Fumacê e Vila Maranhão, expandidos posteriormente em decorrência dos projetos industriais e do complexo portuário, que se instalariam nessa porção usada do território.

Tal materialidade permitiu também a ligação aos já existentes territórios rurais daquela região, principalmente comunidades pesqueiras e agricultoras, as quais, naquele momento, já possuíam a prática de retirar o sustento de suas famílias do rio Bacanga e da produção nas terras que habitavam. Até a construção da barragem, essas pessoas usavam canoas na travessia do rio para chegar ao centro da cidade. Conforme descreve Trovão (1994, p. 29), o rio Bacanga tinha

[...] importante papel na alimentação da população carente, e mesmo como meio de comunicação quando aquela área restringia-se a pequenas casas esparsas de pescadores e o rio Bacanga, sem a barragem, era verdadeiramente tímido, porque dada sua proximidade com o então matadouro industrial, recebia o sangue dos bois abatidos, atraindo em contrapartida os tubarões. Assim qualquer pescador menos precavido, caso tivesse sua canoa virada, não tinha chance de escapar.

A barragem do rio Bacanga, construída entre as décadas de 1960 e 1970, proporcionou uma expressiva expansão urbana e a integração da cidade à essa região oeste. Além disso, tal projeto objetivava gerar energia elétrica com a construção de uma usina maremotriz, bem como formar o lago artificial para auxiliar no processo de urbanização e saneamento da cidade (MOREIRA *et al.*, 2009). Esse projeto de modernização se justificaria porque:

O Rio Bacanga representava um obstáculo natural à ligação rodoviária entre São Luís e o Porto do Itaqui e considerando que o rio representava o depositário de dejetos de descarga in natura da cidade, optou-se pela construção da barragem de terra transversal ao estuário. O mecanismo hidrodinâmico por ocasião das preamares controlaria a entrada e saída de água. O volume represado funcionaria como uma bacia sanitária de decantação (PITOMBEIRA; MORAIS, 1979 *apud* MOREIRA *et al.*, 2009).

O início da construção dessa obra, em 1967, representaria posteriormente a primeira fase do aterro do Bacanga. A barragem do rio Bacanga, dessa forma, foi a principal intervenção urbana e ambiental nessa região da cidade, sendo concluída sua primeira etapa em 1969, incluindo a ponte de concreto com 58 metros (Figura 3) e os dissipadores de energia que permitiriam a passagem da água, formando o já citado lago artificial (FONSECA NETO, 2002).

Figura 3 – Barragem do rio Bacanga



Fonte: acervo Kamaleão (2016).

Tal intervenção se configura como um importante evento na gênese da desarticulação dos territórios rurais da cidade (TROVÃO, 1994). Ela trouxe vários impactos ambientais, refletidos no cotidiano e nas práticas sociais, econômicas e culturais das comunidades de pescadores que dependiam do rio Bacanga para sua reprodução.

Nesse sentido, assevera Fonseca Neto (2002), tanto o jornal *O Estado* quanto a população denunciaram a mortandade de camarões, caranguejos, bagres e outras espécies de peixe na área da barragem. Segundo estudos realizados à época, tal mortandade estava relacionada, entre outros fatores, ao baixo teor de oxigênio devido à demora na renovação da água da barragem, bem como ao acúmulo de esgoto e poluentes sem tratamento (FONSECA NETO, 2002).

Os territórios rurais existentes nessa região, já nesse período, também se colocavam como importantes abastecedores da área urbana ludovicense, enquanto espaços produtivos de farinha, hortaliças, pescados, os quais poderiam ser comercializados no centro da cidade (TROVÃO, 1994).

No entanto, a instituição de rotas viárias para fluidez ao Porto do Itaqui acelerou significativamente o processo de ocupação da região do Itaqui-Bacanga, desmantelando tais cultivares, já que “não houve, portanto, tempo, iniciativa e nem interesse de preservar a área para a produção” (TROVÃO, 1994, p. 89). Tal ocupação só não foi mais violenta porque as comunidades tradicionais organizaram movimentos de resistência – o que, no entanto, não impediu que elas fossem alvo de sucessivas expulsões.

Por sua vez, o processo de expansão urbana ludovicense no sentido nordeste da cidade deu-se com a construção da Ponte do Caratatiua, em 1968, a primeira sobre o rio Anil, em uma área de manguezal.

Como resultado, “anos mais tarde ela possibilitaria a construção dos primeiros grandes conjuntos residenciais da cidade – Ipase, Maranhão Novo e Cohama –, implantados em rígidos loteamentos” (BURNETT, 2008a, p. 133). Além disso, permitiu encurtar a distância do litoral, sendo possível chegar mais rapidamente às praias do Olho D’Água e do Araçagi (FERREIRA, 2014). É importante ressaltar que, conforme salienta Burnett (2008a, p. 133):

[...] este processo de expansão urbana coincide com a consolidação dos transportes automotores, de uso particular e privado nas cidades brasileiras e vem substituir, em São Luís, os tradicionais bondes elétricos que cobriam todo o centro da cidade, chegando até o bairro do Anil, 9 quilômetros distante.

Ainda segundo Burnett, o uso dos bondes foi extinto à medida que a frota de outros veículos aumentava, em prol da fluidez do trânsito.

Por sua vez, o evento geográfico responsável pelo espraiamento da cidade no sentido norte foi a construção da Ponte do São Francisco, do governador José Sarney (Figura 4), em 1970, igualmente cruzando o rio Anil (RIBEIRO JÚNIOR, 1999; BURNETT, 2008a, 2012; BOTELHO, 2012; FERREIRA, 2014). A partir desse período, o Estado passou a direcionar os investimentos para essa região da cidade, que passava a receber uma população mais abastada, outrora residente no Centro Histórico.

Figura 4 – Ponto do São Francisco na década de 1970



Fonte: acervo IBGE.

A Ponte do São Francisco sintetizava, assim, o desejo das elites locais, pois representava a expansão “moderna” da cidade. Com uma extensão de 800 metros, “a ponte se transforma em elemento de conexão do antigo com o novo e representou, efetivamente, a única expansão do período como adição ao tecido urbano preexistente” (BURNETT, 2008a, p. 133).

A referida materialidade permitiu a ocupação dessa porção do território apenas pelos detentores de capital, contribuindo para o adensamento da desigualdade socioespacial. Além disso, tal ocupação se deu também com a expulsão das vilas de pescadores que usavam as praias da cidade para sobreviver (TROVÃO, 1994).

Considerando essas problemáticas, o projeto modernizante pensado no Plano de Expansão da Cidade de São Luís de 1958, pelo Engenheiro Ruy Mesquita, revestiu-se como prioridade dos agentes produtores do espaço (CORRÊA, 1989), pois desencadearia, conforme propagava o jornal *Correio do Nordeste* em 1963, o progresso socioeconômico de uma parcela da população, representando desse modo a “Nova São Luís”, com feições modernas, com ruas e avenidas bem traçadas, pistas de asfalto e arborização.

Com a construção da Ponte do São Francisco, o discurso competente posto para a população era de que “à margem direita do Rio Anil, o povo maranhense, orgulho, veria outra cidade, com vida, beleza e proporções de uma capital” (CORREIO DO NORDESTE, 1963). O *marketing* urbano destacava que nessa nova “cidade ideal” haveria, naturalmente, um Centro Social Administrativo, hotéis, cinema, teatros, estabelecimentos bancários, zona comercial, residencial e as residências de luxo, de primeira, segunda e terceira classes. Nesse sentido, ainda conforme o *Correio do Nordeste*, a Ponte do São Francisco significaria grandes mudanças na configuração territorial da cidade, pois na “cidade nova” haveria jardins, parque público, área destinada a feiras, circos, três edifícios, pavimentos acima da via pública para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ou ainda para as secretarias e repartições do Estado. Existiriam também, segundo a matéria de 1963, linhas de ônibus que se estenderiam à Nova São Luís, além de muito mais possibilidades de emprego, de modo que o padrão de vida do povo, conseqüentemente, melhoraria bastante.

No entanto, a realidade era constrangedora, não condizendo com aquilo que era realçado nos discursos. Essa “Nova São Luís” apenas serviu para aprofundar a desigualdade socioespacial na capital maranhense. Um simples exame da paisagem urbana revela o exposto: mesmo em 2020, após mais de 50 anos da construção da ponte, o que se percebe é a concentração das benesses do período nas mãos de uma pequena parte da população.

A expansão urbana de São Luís entre as décadas de 1960 e 1970, contexto no qual a formação socioespacial brasileira é atravessada pelo “milagre econômico” e pelas políticas

desenvolvimentistas do capitalismo, também está relacionada fortemente à modernização dolorosa (GRAZIANO DA SILVA, 1982) do campo maranhense, resultado das políticas agrárias instituídas no período, criadoras de inúmeros conflitos e expulsões.

Desse fato decorre a inserção de búfalos na baixada maranhense nos idos de 1960, fenômeno que levou manadas gigantes desses animais a arrastarem suas toneladas de peso à procura de alimento nos territórios rurais de comunidades camponesas e quilombolas, resultando na destruição dos espaços de pesca, plantação de arroz e agricultura de subsistência. Esse processo culmina no cercamento dos campos com arame farpado pelos proprietários de terra, o que inviabilizaria a reprodução das práticas camponesas ali (MUNIZ, 2007; SOUZA, 2015; BARBOSA, 2015; ALMEIDA; MOURÃO, 2017).

Esta trama se relaciona ao discurso sobre a urgência de prover o estado de maiores fontes de reservas alimentares e de proteína animal, bem como sobre a suposta importância econômica dos bubalinos, conforme apontavam as experiências em outros lugares do Brasil, como Amazonas e Minas Gerais (MUNIZ, 2007; SOUZA, 2015).

Tal substituição da agricultura pela pecuária, símbolo da modernização conservadora, para a massa trabalhadora rural representou fome, pobreza e expulsão, visto que os pequenos produtores de unidades camponesas, enclausurados pelo arame farpado, “foram deslocados para outros lugares configurando novos espaços urbanos de busca da sobrevivência” (BARBOSA, 2015, p. 16), sendo São Luís o principal centro receptor desses trabalhadores rurais excluídos. Foi dessa forma que a economia maranhense se inseriu

[...] no sistema nacional de trocas ou na divisão nacional do trabalho no auge do “milagre”, caracterizando-se pelo acirramento da luta entre os grandes proprietários e os posseiros para definir o caráter de propriedade privada da terra. (BARBOSA, 2015, p. 16).

Ainda nessa lógica, outro importante evento geográfico a levar em conta – este relacionado à densidade normativa, às modernizações, expulsões e desigualdades – foi a promulgação, em 1969, da Lei de Terras do Estado do Maranhão, nº 2.979 (Lei Sarney de Terras). Tal norma, na medida em que visava entregar as terras devolutas do estado para empresas e fazendeiros através das chamadas sociedades anônimas, transformava o solo maranhense em espaço de grande interesse dos grupos econômicos, acirrando, por conseguinte, os conflitos fundiários e a resistência camponesa.

Esses agentes recebiam incentivos fiscais de órgãos como a Sudema, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Tais fatos, sobretudo a Lei Sarney de Terras, fizeram com que esse período fosse marcado pela grilagem de terras (BOTELHO, 2012; BARBOSA, 2015). Como destacam Almeida e Mourão (2017), tal norma permitiu que empresas nacionais e estrangeiras, ao grilarem a terra, promovessem o surgimento do latifúndio, já que cada uma podia adquirir até 100 mil hectares, intensificando assim os conflitos socioterritoriais no estado. Portanto, a lei trouxe novas regulações ao território e ocasionou uma reestruturação formal do mercado de Terras. Almeida e Mourão (2017, p. 47) explicam que a elite maranhense e os grupos empresariais do Nordeste e do Centro-Sul foram os principais agentes beneficiados por essa política fundiária, cujos resultados

[...] implicavam em expropriar violentamente os camponeses, privatizavam as terras públicas e impunha[m] uma ação colonizadora, propalada como “moderna” e “racional” [...] viabilizando tão somente o mercado de terras. Visando a privatização de terras públicas em um uso supostamente racional. O agravamento dos conflitos e tensões sociais no campo, numa das regiões de maior expressão do número de unidades familiares classificadas como posseiros ou ocupantes.

Dessa maneira se dava a luta pela terra, “ceifando a vida de centenas de posseiros, pequenos proprietários, cuja sobrevivência dependia do cultivo da terra” (BOTELHO, 2012, p. 190), resultando em expulsões e no conseqüente crescimento urbano ludovicense, por meio de um processo que envolveu periferização, favelização e aumento de trabalhadores integrando o circuito inferior da economia da cidade (SANTOS, 2004 [1979]).²⁴

Destarte, surgiram vários bairros periféricos em São Luís, “totalmente desestruturados, carentes de políticas públicas, formados por uma população advinda do setor rural, ávida por emprego” (BOTELHO, 2012, p. 190). Devido à desqualificação profissional para os tipos de trabalho existentes no espaço urbano, essas pessoas acabaram indo, em partes, para a construção civil. Tal quadro de surgimento das periferias urbanas se alargou ainda mais “quando os governos estaduais de Pedro Neiva de Santana e João Castelo, aliados de primeira

²⁴ Conforme assinala Santos (2004, p. 22 [1979]), o circuito inferior da economia urbana forma-se de “atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres”. Os trabalhadores que compõem esse circuito são geralmente excluídos das modernizações seletivas, por isso possuem formas próprias de organização, e suas atividades por vezes são realizadas com baixo grau de tecnologia e capital. Dessa maneira, Santos (2004, p. 23 [1979]) nos lembra que é “necessário doravante levar em conta o circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e encontrar as medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado, ao mesmo tempo conservando o seu papel fornecedor e privilegiado de empregos.”

hora de Sarney, concederam imensas terras na ilha para a instalação dos grandes projetos” (BOTELHO, 2012, p. 190).

Diante do exposto, podemos concluir que ao longo das décadas de 1950 e 1960 aprofunda-se a segregação socioespacial na cidade de São Luís, impulsionada pelos grandes movimentos de expulsão do campo maranhense. Assim, a década de 1960 se encerra com pujante crescimento de periferias em São Luís, e seus sujeitos lugarizados começam a organizar resistências para existir na urbe, tecida pelas desigualdades.

A seguir buscaremos aprofundar o modo como a constituição do espaço urbano ludovicense continuará se consolidando através das expulsões. A desestruturação dos territórios rurais e “consequente expulsão dos seus produtores da área foi, antes de tudo, institucionalizada pelo próprio poder público, inclusive federal, daí a inoperância ou incapacidade de alguns órgãos públicos em detê-las” (TROVÃO, 1994, p. 8).

Em suma, o apagamento dos territórios rurais é resultado do surgimento dos conjuntos habitacionais, das ocupações urbanas, da instalação do Distrito Industrial, mas principalmente das modernizações autoritárias concretizadas e que atravessavam a formação socioespacial brasileira desde a década de 1960, causadoras de “uma crise econômica no espaço rural do estado do Maranhão” (TROVÃO, 1994, p. 87), instituída pela implantação dos projetos desenvolvimentistas.

2.2 Projetos desenvolvimentistas, expulsões dos territórios rurais e resistências: a “cidade nova” e o alargamento da pobreza urbana (1971-1990)

A formação socioespacial brasileira continua sendo atravessada na década de 1970 pela ideologia nacional-desenvolvimentista (ARAÚJO, 1997; VAINER, 2007; ALMEIDA, 2012), impulsionando de forma autoritária o planejamento territorial e as políticas de integração do país. Esse desenvolvimentismo que vinha delineando o planejamento nacional e parte das economias periféricas desde a década de 1930, ganhando força em 1950, afiançava que “a industrialização e urbanização conduziriam, enfim, à modernização da sociedade e do Estado brasileiro” (VAINER, 2007, p. 14).

As políticas, nesse contexto econômico, social e político autoritário, basearam-se em boa medida na busca por altos índices de crescimento, “em transferências inter-regionais de recursos e em concentração social de renda” (FURTADO, 2000, p. 9). No entanto, os desdobramentos dessas ações acabaram por “ampliar as desigualdades sociais, uma vez que

houve o amordaçamento das formas de organização dos trabalhadores, o aviltamento da política salarial e a precarização das condições de vida das massas populares” (HIRT, 2018, p. 39).

A modernização do território brasileiro será conduzida tanto pelo Estado quanto pelos capitais privados, os quais, conforme Araújo (1997, p. 10), “buscam novas frentes de investimento em espaços localizados para além do centro mais industrializado do país”. Há, portanto, uma desconcentração das atividades produtivas e industriais, com utilização dos recursos naturais disponíveis nas regiões Nordeste e Norte.

Nesse sentido, o Nordeste é alvo da implantação de polos de desenvolvimento agroindustrial e industrial comandados por investimentos públicos, sustentando “a dinâmica da economia nacional num contexto internacional de crise” (ARAÚJO, 1997, p. 11). Assim foram instalados o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, pela Petrobrás; o complexo minero-metalúrgico, no Maranhão, pela então Companhia Vale do Rio Doce; o polo de fertilizantes de Sergipe, o complexo da Salgema, em Alagoas, e a produção de alumínio no Maranhão (ARAÚJO, 1997). Estes eventos redefinem a organização do espaço, a urbanização das cidades e culminam em movimentos de expulsão. Daí autores como Araújo (2010, p. 165) asseverarem que:

Na década de 1970, a ideia da integração nacional, por meio da ocupação da Amazônia, inspirou os planejadores, que consideraram as terras devolutas da região como “vazios demográficos”, “espaços vazios”. Tal interpretação induziu o Estado a uma política de colonização oficial e a apropriação privada das terras, através da posse do título, entrando em confronto com os costumes tradicionais da região e intensificando os conflitos, principalmente nas faixas pioneiras e em regiões de ocupação antiga, sobretudo em áreas indígenas, atingidas pelos projetos de colonização e de empreendimentos agrários. Em 1974, a colonização oficial foi substituída pela particular, passando o Estado a incentivar a nova colonização, patrocinada, agora, pelas empresas ou cooperativas de trabalhadores provenientes do sul do País (BASTOS, 1994), abrindo as portas para a implantação da grande empresa capitalista no campo.

Na situação maranhense, diante das possibilidades apresentadas, o planejamento público era permeado pelo acirrado debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser assumido, o qual definiria o dinamismo e o papel do Maranhão na divisão técnica, territorial, intrarregional, nacional e internacional do trabalho. Assim, por um lado, “os planos governamentais e os estudos, de caráter oficial, relativos à economia maranhense, apontavam o ‘setor primário’ como a alternativa econômica”, enquanto, por outro, os industrialistas “associavam a ideia de desenvolvimento à indústria e atribuíam o atraso às atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas” (ARAÚJO, 2010, p. 166).

No entanto, logo o governo estadual mostraria suas preferências e subordinações políticas, pois

[...] investiu na chamada ocupação racional e ordenada de terras, visando a disciplinar o espontaneísmo da fronteira agrícola em avanço na Pré-Amazônia maranhense. A ideia era promover a modernização do setor primário, mediante investimentos empresariais e da abertura das terras disponíveis a projetos de colonização (ARAÚJO, 2010, p. 167).

Em 1971 foi criada a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), responsável por “orientar a implantação dos projetos agropecuários, mas também [por] assentar 10 mil famílias camponesas, na região Centro-Oeste do estado”, em terras disponíveis (ALMEIDA; MOURÃO, 2017, p. 81). Porém, grandes quantidades de famílias camponesas acabaram cercadas pelos imensos latifúndios improdutivos (GISTELINCK, 1988) que se formavam nesse período. Isso se deu porque a Comarco disponibilizou uma vasta quantidade de terras aos empresários e ao grande capital, expandindo-se, assim, as invasões capitaneadas pelos grileiros. Desta maneira, grileiros e donos de grandes projetos “começaram, a partir de 1970, [a] expulsar sistematicamente os posseiros encontrados nas terras do Maranhão com muita violência praticada por grupo de pistoleiros e pela polícia” (GISTELINCK, 1988, p. 16).

Como resultado desse processo, as inúmeras famílias expulsas – compostas de pequenos produtores, responsáveis por 85% da produção agrícola e com significativo valor na economia do estado (GISTELINK, 1988) – vão viver na periferia da cidade.

São Luís historicamente acompanha, em certa medida, o movimento de expansão da urbanização na formação socioespacial brasileira. Em 1970, como resultado de dessas transformações na dinâmica espacial do estado, soma uma população total de 265.486 habitantes, conforme os dados do IBGE (2010). Desse contingente, 205.413 eram residentes urbanos, porém em situações díspares de urbanidade. Por outro lado, 60.073 pessoas ainda integravam as áreas rurais da cidade.

Observa-se, portanto, o novo traçado urbano de São Luís com o adensamento da malha viária que viria a articular o seu núcleo central a outras partes da cidade, como a Avenida dos Africanos, circundando e consolidando novos espaços periféricos, a saber: Bairro de Fátima, Coroadinho, Sacavém, Coroado e João Paulo (RIBEIRO JÚNIOR, 1999).

Nesse período a dinâmica de ocupação das terras em São Luís ocorreu de várias maneiras, constituindo uma cidade cada vez mais fragmentada. A fim de implementar o Plano de Desenvolvimento Urbanístico da área Metropolitana de São Luís, a União entregou ao Estado as glebas do rio Anil (3.690 hectares), bem como as glebas do Itaqui-Bacanga, o equivalente a 7.210 hectares de terras, onde deveriam se instalar a Universidade Federal do

Maranhão e o embrionário residencial Anjo da Guarda (FERREIRA, 2002; 2014). Esse espaço também serviu para a instalação do Distrito Industrial e para receber cerca de 2 mil famílias deslocadas das palafitas do Goiabal, as quais “enfeavam” o Centro Histórico (TROVÃO, 1994). Porém, por volta de 1974 as mesmas famílias seriam ameaçadas de expulsão pela Empresa Amazônia Mineração, que se dizia dona da área (TROVÃO, 1994).

A União cedeu também ao Estado a gleba Tibiri-Pedrinhas, que somava 25.644,1432 hectares, para a implantação de obras de infraestrutura e projeto de urbanização (FERREIRA, 2002; 2014).

O primeiro Plano Diretor de São Luís, de 1975, foi “uma tentativa do poder municipal de manter sob controle o processo de ocupação das novas terras e assegurar a conservação do centro antigo” (BURNETT, 2012, p. 103). Por essa razão, sua aprovação no “apagar das luzes” do governo de Haroldo Tavares (prefeito de São Luís entre 1971 e 1975, pelo partido Aliança Renovadora Nacional – Arena) acabou representando poucas intervenções nessa fase de estruturação da dinâmica urbana da cidade, dada a descontinuidade de políticas públicas em decorrência do desmanche do aparelho de planejamento municipal (BURNETT, 2012). Isto porque o Plano, elaborado no contexto da ditadura militar brasileira, desconsiderava as questões sociais e buscava apenas atender as necessidades dos agentes corporativos, em nome da ordem e do desenvolvimento econômico (BURNETT, 2012; LOPES, 2016).

É importante observar ainda que, no tocante à questão habitacional, nesse período “as propostas dos lotes urbanizados, nas cercanias do núcleo central, destinados [à] população fora do imobiliário, [vão] se configurar como uma rara e restrita exceção aos grandes conjuntos habitacionais, financiados pelo BNH e pela COHAB” (BURNETT, 2012, p. 102), nos distantes espaços periféricos, abrigo da população de baixa renda. Tal questão também podia ser vista nos programas de habitação para a classe média local, os quais permitiram a expansão da construção civil, atraindo empresas desse ramo que atuavam em outros lugares e que teriam importante papel na economia política da cidade, absorvendo parte da massa trabalhadora.

Estreita-se, portanto, a articulação entre Estado e capital imobiliário na produção da urbe, de forma que se estabelecem “as bases da cidade desigual e fracionada, na qual a habitação é distante do trabalho e do lazer, as áreas verdes são vendidas e ocupadas, e onde reinará absoluto o automóvel, a cidade moderna” (LOPES, 2016, p. 97). Desse modo,

[...] com exceção da ocupação da Ponta d’Areia, que demonstra o fascínio que a orla marítima já exercia sobre alguns setores da população, as duas outras situações apontam para a crise habitacional que afetava São Luís e para qual inúmeras intenções públicas de construção popular pouca relevância tiveram. Apesar do quadro de déficit habitacional calculado na época em 8.000 [...], nem o BNH nem a recém-criada

COHAB oferecem linhas de crédito para a faixa de renda mais baixa (BURNETT, 2012, p. 101).

Para acolher os interesses do planejamento desenvolvimentista na capital maranhense, novas redes de infraestrutura técnica foram implantadas, como a já citada barragem do rio Bacanga. Essa materialidade permitiu reconfigurar o território ludovicense, com o crescimento da mancha urbana às custas da periferização no sentido sudoeste da cidade. Possibilitou também a instalação dos projetos minero-metalúrgicos, macrossistemas técnicos “portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões” (VAINER, 2007, p. 11).

O Estado, assim, responsabilizava-se por criar as infraestruturas necessárias para que esses projetos de modernizações se instalassem no território,²⁵ fato que também levou, em 1974, à instituição do Distrito Industrial de São Luís (Disal) em uma área de 19.946,23,16 ha, voltado para acolher as perspectivas do Programa Grande Carajás (PGC) e para a instalação de uma usina siderúrgica focada em exportação (TROVÃO, 1994).

O Disal foi instalado na parte da cidade onde se concentravam mais de trinta territórios rurais, com uma população bastante significativa e que já ocupava a área, “inclusive desde o período colonial, como provam algumas construções antigas [...], por exemplo, a igreja do povoado rural da Vila Maranhão” (TROVÃO, 1994, p. 248).

Para tanto, o governo do Maranhão criou a Companhia de Desenvolvimento Industrial, que objetivava articular o Estado e o capital industrial, atraindo megaempreendimentos econômicos e industriais para o Maranhão, sobretudo para São Luís (FERREIRA, 2002, 2014). Tal companhia, sozinha, foi responsável pela retirada de 10 mil moradores e eliminação de 17 territórios rurais para a instalação do Disal (TROVÃO, 1994). Os antigos moradores do Disal difundiram-se pelas palafitas na periferia de São Luís, pelas ocupações urbanas, e “alguns conseguiram se transferir para outros povoados rurais que ainda subsistem” (TROVÃO, 1994, p. 251). Esse processo culminou na expulsão violenta de muitos agricultores, responsáveis por produzir tubérculos, grãos, leguminosas, cerâmica, e por realizar a pesca estuarina. Segundo Trovão, “grande parte desse contingente foi removido para a única área que fica entre Itaquí e Barragem do Bacanga, o atual Anjo da Guarda” (1994, p. 94).

²⁵ Conforme Santos (1984 *apud* BARBOSA, 2006, p. 57), “no município de São Luís, estes projetos foram implantados sem nenhum conhecimento prévio da estrutura fundiária existente, sem nenhuma preocupação com a desarticulação que seria provocada na economia local, com sérias consequências para os trabalhadores daquelas terras: posseiros, camponeses, quebradeiras de coco etc.”.

Sobre a importância desses territórios rurais na produção de alimentos, Trovão (1994, p. 111) explica que

[...] a parte mais central dedicava-se principalmente à produção de mandioca para a transformação em farinha d'água, cujo pirão com peixe era a alimentação diária dos mais pobres. Produziram também macaxeira, batata, feijão, milho e frutos domésticos. Na orla litorânea desenvolviam a pesca associada à agricultura. Algumas comunidades resistem e continuam radicadas ali, embora vivam sempre em conflito com as instituições atuais proprietárias dali [...] é muito frequente se encontrar nas mediações, ruínas de casas-de-forno (casas de farinha) que atestam a veracidade dessas informações.

É evidente que os projetos desenvolvimentistas se materializam na região do Itaqui-Bacanga por meio de um processo permanente de expulsão da população abrigada nos territórios rurais da cidade, em prol do uso seletivo do território, fatos relacionados à história territorial das comunidades rurais estudadas. Nessa via, como revela Gistelinck (1988, p. 32), ainda no ano de 1974 “o governo estadual entregou mais de 3 mil hectares de terras à Companhia Vale do Rio Doce, inclusive a praia do Boqueirão, a praia dos pescadores e do povo do Anjo da Guarda, sem resolver, no entanto, os problemas dos pescadores da área”.

Consolidava-se desse modo a expansão de bairros no entorno do Distrito Industrial. E, assim, no “extremo sul da ilha, nas proximidades do porto de Itaqui, inúmeras famílias de baixa renda, a maioria trabalhando em São Luís, tinham construído casas e iniciado a povoação da área que, pela destinação industrial, lhes estava realmente reservada” (BURNETT, 2012, p. 101). Forma-se por essa via o que conhecemos hoje como área Itaqui-Bacanga, constituída, como assinala Durans (2006, p. 164), por “um conjunto de bairros populares dos mais pobres de São Luís, situado próximo ao Distrito Industrial, muitos dos bairros construídos a partir do remanejamento das populações quando da implantação da ALUMAR e CVRD” e, anteriormente, pelo Porto do Itaqui.

Por seu turno, a construção do Porto do Itaqui já vinha sendo realizada desde a década de 1960, no âmbito do Programa de Corredores de Exportação, mas sua operacionalização data apenas de 1973, ano em que se conclui a obra, acessada sobretudo pela Estrada de Ferro Carajás. O Porto do Itaqui foi administrado, a princípio, pela Companhia Docas do Maranhão, e a partir de 1998, pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) – até hoje a empresa responsável. A construção desse terminal portuário de uso público marca o início da criação, na cidade de São Luís, dos

[...] *objetos técnicos*, resultantes e, ao mesmo passo, produtores de novos nexos históricos e espaciais entre a atividade portuária e a cidade e são convergentes à

conformação de um padrão de relações marcado pelo isolamento do porto e pela disjuntiva, sempre renovada, entre a administração do território portuário e a gestão da urbana (SANTANA, 2018, p. 12, grifo do autor).

A instalação desse projeto de modernização na área do Itaqui-Bacanga ocorreu porque o então Porto de São Luís (Cais da Sagração) já não atendia às demandas de exportação, principalmente com o crescimento da economia ligada ao extrativismo do babaçu. Outra justificativa para a construção desse novo macrossistema técnico era a de que o Porto de São Luís sofria com agravo do assoreamento, conforme estudos feitos pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação (BOTELHO, 2012; FERREIRA, 2014).

Segundo Burnett (2008a, p. 138), com a instalação desses projetos a partir de decisões nacionais, “a expansão de São Luís voltaria a contar com recursos oriundos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)”.

São Luís passou, então, a integrar o Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM), como cidade que desempenhava “função de dinamização”. O referido programa foi implantado no período de 1976 a 1983, com os recursos financeiros que envolviam a contrapartida das esferas federal, estadual e municipal (FERREIRA, 2002; 2014).

A implantação do Porto do Itaqui, que produziria “a conquista dos novos territórios” (BURNETT, 2008a, p. 91), culminou na alteração do modo de vida dos territórios rurais, resultando em deslocamento compulsório da população e, sobretudo, na destruição ambiental da área, inviabilizando a economia local cujas bases se assentavam no extrativismo, na agricultura camponesa e na pesca.

Portanto, São Luís, desde sua gênese, cresce de forma desigual e fragmentada. Conforme revelam os dados do IBGE (2010), em 1980 constituía-se de 449.432 habitantes, dos quais 247.288 encontravam-se no espaço urbano, e 202.144 no rural. As mudanças na configuração territorial do município “estiveram diretamente vinculadas ao processo de expansão urbana horizontal e ao aumento populacional, que ultrapassaram antigos limites urbanos, ocasionando o surgimento de novos bairros” (PEREIRA, 2015, p. 129).

O olhar para esses dados revela que o contingente populacional da cidade no período de 1970 a 1980 praticamente dobrou, em razão, entre outros fatores já citados, da expulsão da população do campo maranhense e da instalação de grandes projetos industriais modernizantes, atraindo uma massa trabalhadora em busca de melhores condições de vida.

Esse movimento se aprofundaria durante a década de 1980, quando São Luís concentra 84,92% de migrantes urbanos, posicionando-se, dessa forma, como o maior centro atrativo dos fluxos de migratório interurbanos. Nesse período sua “taxa de urbanização

apresenta uma porcentagem da população de mais de 50% sobre o total do Estado, atingindo densidade demográfica de 500 hab./Km²” (DINIZ, 1993 *apud* DINIZ, 2017, p. 174).

Esse processo se desenrola num momento em que a cidade é reconhecida por sua intensa instabilidade política, já que, como assevera Burnett (2012, p. 104), entre março de 1975 e janeiro de 1986 São Luís foi comandada por onze prefeitos, “tempo e mandatários suficientes para comprometer qualquer estrutura administrativa”.

Reflexo dessa problemática, São Luís representa, no final da década de 1970 e durante a década de 1980, a síntese de uma cidade com severos problemas ambientais, fato atrelado aos investimentos do capital internacional na instalação dos projetos modernizantes levados a cabo pelo Estado e por outros agentes hegemônicos. Ao mesmo tempo, a cidade reúne uma imensa população periférica que necessita de habitações e que, por isso, organiza-se politicamente em seus lugares, resistindo às desigualdades impostas por essas ordens externas ao território. Trata-se de “uma cidade cuja situação de carestia impossibilitava o alimento de chegar à mesa do trabalhador; e também aquela em que o direito de meia passagem estudantil era desrespeitado pela prefeitura local” (PEREIRA, 2015, p. 126).

Nessa lógica, a capital maranhense, que já vinha recebendo investimentos desde a década de 1970 através da Sudene, da Cohab-MA e do PNCCPM (FERREIRA, 2014), na década de 1980 continua expandindo-se, pois ela “não aguarda estaticamente a solução de empasses administrativos, e a tão sonhada conquista de novos territórios acabou materializada sob precário ou nenhum direcionamento e controle do poder municipal” (BURNETT, 2012, p. 105). Resulta dessa expansão uma conjuntura de instabilidade, uma vez que

[...] a situação era extremamente grave, pois num período em que a cidade recebe os investimentos e as múltiplas consequências da implantação da Alumar, da Companhia Vale do Rio Doce e do Centro Aeroespacial de Alcântara, a Prefeitura – em injunções políticas as mais diversas – está acéfala para disciplinar o volume e a dinâmica que assume a construção do espaço urbano, principalmente nas áreas periféricas e no interior da ilha, com a ocupação das áreas mais nobres ainda por acontecer. *Se de 1968 a 1975 são construídas 3.833 unidades residenciais, de 1975 a 1980 o total sobe para 8.831 moradias em 17 conjuntos [...], a maioria localizada em regiões isoladas e sem controle administrativo do tecido urbano* (BURNETT, 2012, p. 105, grifo nosso).

No que se refere à articulação da cidade, no começo da década de 1980 conclui-se a terceira ponte sobre o rio Anil, a Ponte Bandeira Tribuzzi, também conhecida como Ponte Nova (Figura 5), a qual “sem dúvida, foi um dos fatores que mais contribuiu para o crescimento e expansão da malha urbana da cidade, contribuindo para a ocupação das áreas de praia da ilha” (FONSECA NETO, 2002, p. 54).

Figura 5 – Ponte Bandeira Tribuzzi na década de 1980



Fonte: acervo jornal *O imparcial*, 2019.

Tal materialidade, portadora de uma nova configuração urbana de São Luís, também serviu para interligar o extremo leste do núcleo central da cidade com bairros como a Camboa ou o Jaracaty, posteriormente conhecidos pela instalação de fixos como o Shopping Center São Luís e um Centro Hospitalar privado (BURNETT, 2008a, 2012). Retratando a desigualdade em curso, a construção dessa ponte representa a expansão da periferização da cidade, caso da comunidade palafitária Santa Eulália (comunidade do Jaracaty), instalada sobre uma área de ecossistema de mangue e um antigo lixão.

Para pensar na dinâmica de expulsões implicando em afluxo de população periférica para São Luís, entrevistamos membros da referida comunidade em 2018,²⁶ onde pudemos observar essa realidade. Constatamos que boa parte dos atuais moradores – a maioria negra –, expulsos de seus territórios quilombolas em Alcântara devido à construção da Base de

²⁶ No mesmo ano realizamos trabalhos de campo na comunidade Santa Eulália, atividade integrante da disciplina Geografia Urbana do curso de Geografia da UEMA.

Lançamento de Foguetes de Alcântara (CLA) em 1983,²⁷ e em razão de suas condições econômicas vulneráveis, ocuparam tal área mais periférica da cidade.

A demanda modernizante em Alcântara acaba por desconsiderar os sujeitos e a própria dinâmica de organização da vida nos lugares, implicando na instituição de uma série de violações dos direitos humanos. Conforme assinala Martins (2009), em uma área de 52 mil hectares de terra – ampliada para 62 mil hectares em 1991 –, 21 comunidades, as quais representam cerca de 408 famílias, foram atingidas diretamente pelas ações de implantação da CLA. Dessa maneira, áreas foram “intrusadas; famílias impedidas de praticar seus sistemas tradicionais de uso dos recursos naturais, incluindo as práticas de uso comum” (MARTINS, 2009).

Esses trabalhadores rurais, ainda que tenham se organizado para a luta e resistência com a criação do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe), ao serem expulsos passaram a integrar os distintos espaços periféricos de São Luís, como a já citada comunidade Santa Eulália, a Ilhinha, nas proximidades da Ponte do São Francisco, bem como os territórios rurais da urbe, a exemplo do Cajueiro e da Camboa dos Frades.

Ainda na década de 1980 novos impulsos globais atingem São Luís, com a instalação de grandes projetos industriais, como o já citado PGC, marcando transformações na economia política da cidade. Essa compreensão vem do fato de o PGC, sustentado pelo Estado, caracterizar-se pela forte expropriação de terras, expulsão do campo para a cidade de São Luís e desorganização do espaço maranhense. Trata-se, pois, de uma estratégia “que se insere no próprio movimento de expansão do capitalismo na sua fase atual de transnacionalização” (BARBOSA, 2006, p. 88). Tal projeto previa em São Luís a instalação de serviços de infraestrutura, instalação do sistema portuário, de hidrovias para transporte de massas, além de outros projetos necessários para viabilizar a movimentação de cargas do PGC.

Por sua vez, o projeto de estrada de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, “espinha dorsal” do PGC, se caracteriza por um sistema integrado de: mineração em Carajás; transporte em uma extensão de 890 km da estrada de ferro; e o complexo portuário em São Luís (GISTELINCK, 1988). Assim, “o transporte sairia da serra dos Carajás, recortando o estado do Maranhão até a Ilha de São Luís, onde seria construído o porto Ponta da Madeira” (BARBOSA, 2006, p. 93).

²⁷ No que tange às modernizações seletivas que alcançam o campo maranhense, Alcântara, na região metropolitana de São Luís, caracteriza-se por ser um município predominantemente quilombola. Entretanto, a instalação da CLA resultou em sucessivos processos de expulsão dessas comunidades de seus territórios rurais, promovendo, assim, conflitos e resistências que persistem latentes até o presente.

No entanto, baseado na política mineral brasileira – que facilitava a entrada de grande capital estrangeiro nos setores mineral e siderúrgico –, a criação do PGC era marca de que o Estado desenvolvimentista “já estava envolvido na implantação de projetos minero-metalúrgicos de ferro e de alumínio na região, além de estar implantando a hidrelétrica de Tucuruí e infraestrutura de transporte (rodovias, ferrovias e portos)” (GISTELINCK, 1988, p. 60).

Como assevera Barbosa (2006), para acelerar a realização de tamanho programa, foi criada a Amazônia Mineração S/A (AMZA), que se instalou em São Luís desde 1974, contando com o apoio governamental nas esferas municipal, estadual e federal. A autora ressalta que as medidas para a implantação do PGC em São Luís “se caracterizam, fundamentalmente, pelo processo de desapropriação da área Itaqui-Bacanga, destinadas às instalações do porto-ferrovia, com vista ao escoamento e exportação de minério, para o mercado externo” (BARBOSA, 2006, p. 93).

Efetivamente, o governo federal concedeu à AMZA 2.221 hectares de terras para atender as necessidades do PGC. Dessa forma o Estado, através do Decreto nº 82.242, de 11 de maio de 1978, determinou que a AMZA promovesse a desapropriação de pessoas que ocupavam os territórios rurais onde seriam feitas as instalações do PGC (BARBOSA, 2006). Tal fenômeno permite observar que esse projeto desenvolvimentista trouxe várias implicações sociais, econômicas, políticas e ambientais para o modo de vida das populações ao longo do Corredor de Exportação, redundando na intensificação dos conflitos sociais. Conforme Trovão (1994), o projeto representou no espaço rural de São Luís a supervalorização das terras, a expulsão do pequeno produtor e a diminuição da hortifruticultura, ou seja, desestruturou suas relações culturais, humanas e com a natureza.

Diante desses fatos, adensa-se a questão fundiária no espaço rural da cidade de São Luís, que passa a ser marcada por processos de grilagem e conflitos socioterritoriais. Esses conflitos envolvem, por um lado, a população empobrecida e periférica abrigada na área do Itaqui-Bacanga, bem como os camponeses, quilombolas e indígenas situados ao longo da estrada de Ferro, e, por outro lado, os grupos industriais “que se apropriaram de enormes extensões de terras nessas regiões para os seus projetos privados” (BARBOSA, 2006, p. 95).

O exame da implantação do PGC revela-nos que ele impulsiona, dessa maneira, a urbanização corporativa e o espaço dividido de São Luís. Isso porque, ao longo de sua extensão de 650 quilômetros em território maranhense, as populações tradicionais expropriadas não foram absorvidas “como força de trabalho assalariada, uma vez que [...] desqualificad[a]s para

exercer as tarefas exigidas pela nova dinâmica industrial”, e passam “a fazer parte da reserva de um amplo exército industrial” (BARBOSA, 2006, p. 98).

Ainda no tocante à implantação do PGC, comandado pela lógica do capital internacional – que exigia a viabilidade do território como recurso –, cumpre destacar que foi necessário expandir constantemente a densidade técnica para atender o crescimento da fluidez territorial de mercadorias ao longo da década de 1980. Assim, a princípio a exportação do minério era realizada apenas pelo Porto do Itaqui, em operação desde 1974. No entanto, a partir de 1985 se inicia a construção do terminal portuário marítimo Ponta da Madeira, na área do Itaqui-Bacanga, porto da Companhia Vale do Rio Doce, para dar conta da crescente demanda do mercado internacional de minério de ferro. Portanto, a ampliação do sistema técnico ganha importância para o circuito espacial das produções do estado.

O terminal Ponta da Madeira, contendo um cais com acostamento em áreas profundas de no mínimo 23 m (GISTELINCK, 1988), situado ao norte do Porto do Itaqui, é “a nível da ferrovia Carajás, a área que mais afeta diretamente São Luís” (TROVÃO, 1994, p. 244). Suas instalações nesse período, voltadas para a exportação minério de ferro, coque metalúrgico, ferro gusa, sinter, manganês, ferroligas, madeira e outras cargas, estavam

[...] dimensionadas em consonância com a capacidade crescente da ferrovia, [constando] de cais, pátios de estocagem, estações de descarregamento com virador de vagões, pesagem e mostragem, além de estações de rebrita e repeiramento para, quando necessário, compatibilizar os produtos com as especificidades do comprador (GISTELINCK, 1988, p. 78).

Tais processos revelam a escolha do planejamento dos militares pelo apoio “à indústria em detrimento da garantia das condições de trabalho e de alimentos para a população (como as comunidades expropriadas pela CVRD)”. Portanto, “pareceu representar bem esse ideal de crescimento (autoritário) que priorizou o aspecto econômico em detrimento do social” (PEREIRA, 2015, p. 128).

Como visto, apesar da importância econômica desses projetos de modernização, eles expandem a periferização da cidade, o desemprego, a pobreza urbana e o deslocamento compulsório, agravando a questão agrária maranhense. Os moradores dos territórios rurais atingidos,

[...] desarticulados e expulsos através de todos os métodos de persuasão até a violência, procuram outras áreas, colaborando para o surgimento de bairros na periferia. Um exemplo são as Vilas Mauro Fecury I e II, que não só absorveram grande parte dessa população rural como também receberam um grande contingente de outras populações rurais do Maranhão [...]. (TROVÃO, 1994, p. 255).

O discurso competente (CHAUI, 1985) defendia a ideia de transformar o estado do Maranhão em um polo siderúrgico-exportador, para que essa região do país pudesse se desenvolver. No entanto, isso só seria possível com a aliança entre Estado, capital privado nacional e internacional (BARBOSA, 2006; FERREIRA, 2002; 2014).

Nesse ínterim das modernizações em São Luís, outro projeto no âmbito do PGC que teve grande impacto no fato urbano da cidade foi a instalação da Alumar – fusão em forma de consórcio da Alcoa do Brasil S/A com a Billiton Metais S/A – para industrialização da bauxita a fim de produzir alumina e alumínio no Distrito Industrial da capital maranhense.

Essa companhia transnacional, sediada nos Estados Unidos e implantada em São Luís entre 1980 e 1984,

[...] impulsionou um agressivo programa de expansão integração/verticalização industrial – o que significa ter o monopólio de todos os passos da indústria, desde a extração da bauxita das minas até à comercialização do alumínio e de seus diversos produtos. (ENGLISH, 1984 *apud* BARBOSA, 2006, p. 99).

A chegada e a instalação desse consórcio – embora sob protesto de vários setores da sociedade maranhense e de entidades populares, como a Associação de Comunidades do Interior da Ilha – criou a expectativa de um mercado de trabalho para a população maranhense (TROVÃO, 1994; BARBOSA, 2006). No entanto, o uso de tecnologias avançadas na indústria e a falta de compromisso com os lugares impediram que a população do campo expulsa e atraída por esse empreendimento tivesse a oportunidade de ser empregada.

Além disso, tal projeto requereu a organização do espaço, conduzindo à desapropriação dos territórios rurais na área do Itaqui-Bacanga. Nesse sentido, aumentou a pobreza urbana, com a expansão de moradias precárias, o desemprego, bem como o aumento de trabalhadores integrando o *circuito inferior da economia urbana* (SANTOS, 2004 [1979]).

Conforme ressalta Gistelink (1988), a partir dos dados do Serviço Social do Comércio, do Serviço Social da Indústria e dos Sindicatos, São Luís, em 1987 com uma população economicamente ativa de 324 mil habitantes, possuía 71 mil desempregados. Ao mesmo tempo, das pessoas empregadas, apenas 14 mil atuavam na indústria e 15 mil no comércio, enquanto 130 mil trabalhavam em serviços domésticos.

A Alcoa, segundo Barbosa (2006, p. 105), para se instalar em São Luís, cobrou a isenção de 90% no ICM, bem como a isenção total de impostos de renda por 15 anos. Ainda solicitava:

[...] a redução do preço do alumínio, a concessão inicial de 3.500 hectares de terra e a remoção de todos os residentes da área. Tal solicitação, posteriormente ampliada para 10.000 hectares, fora acatada pelo governador João Castelo. O governo do Estado entregou cerca de 90.000 hectares à ALCOA – que também se apropriou de 57% de toda a área (tipicamente rural) do distrito industrial do município.

Em virtude disso, o espaço da cidade foi ainda mais fragmentado, impactando diretamente a dinâmica cotidiana de São Luís. Como destaca Barbosa (2006), esse processo representa uma tragédia decorrente dos danos econômicos, sociais, culturais e ambientais produzidos pela instalação da Alumar. De imediato, nessa área onde foram cedidos 10 mil hectares para o consórcio, “em torno de 4 mil famílias perderam, de um dia para o outro, o seu sustento da roça e da pesca” (GISTELINCK, 1988, p. 32). Tais ações resultaram na destruição e no desapossamento de dezessete territórios rurais, além de terem sido

[...] efetuadas quase 20.000 ações de despejos, com irrisórias indenizações e farta truculência da polícia militar e jagunços fortemente armados. As famílias compostas em sua totalidade por pescadores e pequenos agricultores, perderam suas moradias e atividades tradicionais. A remoção para outra localidade sem qualquer infraestrutura contou com a ativa participação de técnicos da CDI (assistências locais e advogados). A pressão psicológica foi eficiente coadjuvante desse aparelho, formal e informalmente, mais repressivo. Nesse período, enquanto a CDI retirava da área mais de 20.000 moradores, a ALCOA subcontratava mais de 22 firmas para as etapas de construção. As empreitadas seguiriam a prática de empregar “peões” por menos de três meses, para não terem obrigações permanentes. Daí, (a) grande rotatividade dos trabalhadores, além das mudanças nas equipes de trabalho. Por outro lado, as empresas exigiam longas jornadas, sob péssimas condições de trabalho (BARBOSA, 2006, p. 106, grifo nosso).

O aporte desse projeto – de ideologia desenvolvimentista com violência, ilegalidades e desrespeito à vida nos lugares – intensificou a luta urbana em São Luís. Dessa maneira, não restava aos habitantes senão resistir a essas vagas modernizações produtoras de desigualdades. A introdução da Alcoa nos territórios rurais de São Luís (Tabela 1) “teve consequências irreversíveis para o pequeno produtor”, expulsando-os e deixando-os “sem área para cultivar ou sem acesso ao mar para pescar” (TROVÃO, 1994, p. 258).

Tabela 1 – Territórios rurais expropriados para implantação da Alumar

Quantidade	Nome
1	Boa Vista
2	Itaperuçu
3	Santa Efigênia
4	Samambaia
5	Tambaú
6	Lava-Pés
7	Andiroba
8	Tainha
9	Pindotua
10	Paquatua
11	Areia Branca
12	Remela
13	Inhaúma
14	Santa Fé
15	Carnaúba
16	Anajatua
17	Aracaua

Elaboração: Cruz, 2021 (com base em Ribeiro, 2021).

Chama a atenção o papel da Alumar na desarticulação do espaço rural de São Luís, uma vez que,

[...] só para a preparação do canteiro de obras foram desalojados e expulsos, e por isso, mesmo desempregados, sete mil chefes de famílias, que com seus excedentes de produção agrícola e pesqueira para a subsistência que desenvolviam na área rural que ocupavam, abasteciam o mercado de São Luís, isso sem contar com os danos no cultivo de frutos (TROVÃO, 1994, p. 263).

Diante das diversas violências e brutalidades cometidas pelo Estado e pela Alumar, “a comunidade ludovicense se organizou, criando associações de defesas como a ASSACRE e começou a agir distribuindo panfletos nos povoados atingidos, promovendo debates e discussões públicas” (TROVÃO, 1994, p. 258). Outra forma de organização para a resistência

foi o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, responsável por fazer forte campanha e coordenar as lutas contra a corporação estadunidense, também por meio de panfletos, debates e protestos (GISTELINCK, 1988; PEREIRA, 2015).

Ao mesmo tempo, todavia, a Alumar investia fortemente no marketing urbano, através dos jornais e rádios, para legitimar as vantagens de seu aporte na urbe, que representaria o desenvolvimento econômico do Maranhão.

Como resposta dos lugares a essas modernizações conservadoras, o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, atrelado a outros movimentos sociais, aprofunda a espessura das resistências, logrando

[...] fortes denúncias nas ruas, jornais, rádio e televisão. O comitê se manteve firme no propósito de informar a população de São Luís, contribuindo para criar um senso crítico a respeito da ALCOA e do tipo do progresso trazido por esta transnacional (BARBOSA, 2006, p. 107).

Nesse movimento se constituíram “passeatas, cartazes faixas, enfim, inúmeras manifestações se processaram de um lado e de outro, à repressão institucionalizada, amparada pela polícia e pela justiça” (TROVÃO, 1994, p. 259).

Pode-se perceber, como explica Pereira (2015, p. 127, grifo nosso) a respeito das forças modernizantes na urbe ludovicense de então,

[...] que a questão dos impactos dos projetos econômicos e a violência eram um consenso em termos de insatisfação geral. Se as mudanças na política nacional tiveram influência no controle e na repressão dos movimentos sociais na cidade de São Luís, durante as décadas de 1970 e 1980, *pode-se dizer que as mudanças econômicas também tiveram um impacto fundamental sobre as dinâmicas social e urbana da capital maranhense, sendo demarcadas por uma série de denúncias sobre injustiças de determinados grupos sociais* que eram explicadas por um conjunto de porta-vozes das principais mobilizações do período e oferecendo sentido às ações coletivas como caminhadas, concentrações, comícios etc. *Em outros termos, pode-se considerar que as mudanças econômicas do estado estiveram diretamente vinculadas com a origem de algumas mobilizações.*

Os resultados da instalação desses empreendimentos industriais em São Luís, e todo o quadro de problemas urbanos que eles potencializaram na Ilha do Maranhão, transparecem quando observada a questão habitacional. Foi por pressões do Movimento de Defesa da Ilha de São Luís e dos movimentos sociais em relação ao déficit de habitação que se construiu, nas periferias distantes do núcleo central, por meio da Cohab-MA, o conjunto Maiobão, com 4.470 unidades residenciais (BOTELHO, 2012). Das mesmas pressões decorreu a construção do conjunto Cidade Operária, com 7.500 unidades habitacionais, fato que possibilitou o surgimento de ocupações urbanas como João de Deus, São Bernardo, Vila Brasil, Vila Janaina,

nas quais a massa empobrecida vivia em precárias condições de infraestrutura (BOTELHO, 2012). Além disso, ocupações urbanas como Vila Nova, Vila Embratel e Fumacê na região do Itaqui-Bacanga se formavam a partir dos moradores expulsos dos territórios rurais (TROVÃO, 1994).

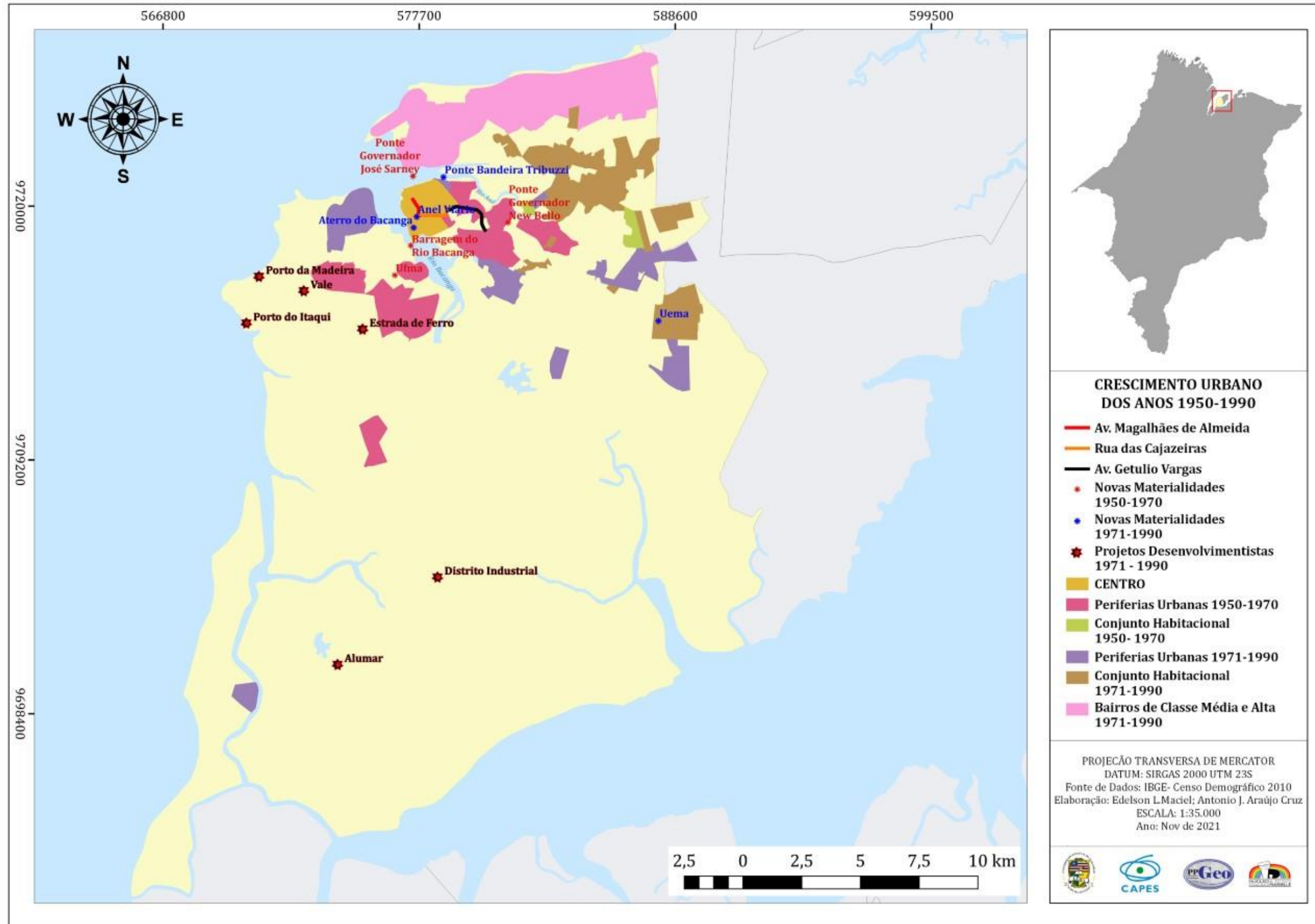
Mais uma vez a expansão da cidade se dará acompanhada de desigualdade socioterritorial, agora com outra obra de infraestrutura importante em sua configuração urbana: o aterro do Bacanga, construído de 1986 a 1989 entre a barragem desse rio e o terminal hidroviário da Praia Grande, objetivando integrar a área do complexo urbano de São Luís. Essa obra permitiria o aproveitamento de maiores fluxos para inúmeras atividades urbanas, facilitando o acesso direto ao Porto do Itaqui e interligando os fluxos de transportes, interurbano e marítimo-fluvial. Ao mesmo tempo, ofereceria condições para saneamento do lago do Bacanga, constituído na construção da barragem no final da década de 1960. Além disso, melhoraria as condições para a recepção e comercialização de pescado, já que haveria a construção do novo terminal para integrar o projeto (FONSECA NETO, 2002).

No entanto, a construção do aterro do Bacanga, obra importante na articulação da cidade, teria duas fases bem distintas:

[...] o Aterro propriamente dito e uma urbanização que iria sobrepor a esta nova superfície, novo solo criado. A obra ficou inacabada, pois o sistema de contenção não foi completado (sistema de bolsacret) onde o cimento misturado com a areia e disposto em sacos, em contato com a água endurece. Só foi feita a contenção até a área em frente ao Convento das Mercês. A faixa não concluída levou de volta o material que a draga trouxe da Baía de São Marcos, devolvendo-o para o canal do Bacanga, o que contribuiu para assorear ainda mais a área do Canal do Portinho (FONSECA NETO, 2002, p. 69).

O aterro do Bacanga surge da necessidade criada pelas obras do Anel do Contorno, anel viário que se iniciou na década de 1970 com o eixo Madre Deus-Portinho, interligando o Centro Histórico da cidade. Essa obra impulsionou a abertura de viadutos, pontes e vias expressas, como a avenida Vitorino Freire, que por consequência ocasionariam a expansão da mancha urbana (Figura 6).

Figura 6 – Crescimento urbano de São Luís (1971-1990)



Elaboração: Cruz e Maciel, 2021 (com base em Gistelink, 1988; Trovão, 1994; Bunett, 2008a, 2012; Ferreira, 2014).

A construção do anel viário “A”, na chamada região Baixinhas, onde passaria um viaduto pela Avenida Getúlio Vargas, resultou na remoção das famílias que se abrigavam nesses espaços, muitas delas passando a compor os bairros periféricos na área do Itaqui-Bacanga (FONSECA NETO, 2002).

Como se pode observar, a cidade de São Luís no decênio de 1980 é atravessada pela instalação de grandes projetos industriais, os quais representam melhoramentos físicos na economia política da cidade e do território maranhense. Destacava-se nesse período a expansão de sua malha urbana pelas expulsões, tanto de trabalhadores do campo que chegavam à cidade como dos moradores da própria pólis, de seus espaços de existência para as periferias distantes, em razão da implantação dos vetores modernizantes seletivos. Não por acaso, São Luís “foi palco de inúmeras situações de conflito entre moradores de bairros da capital, industriais e donos de imobiliárias” (PEREIRA, 2015, p. 129).

Portanto, apesar do crescimento urbano ludovicense atrelado à territorialização de projetos de modernização, ocorre o adensamento de problemas de ordem econômica e social. Conforme assevera Diniz (2017), era bastante visível na capital maranhense o *déficit* de serviços como transporte, saúde, moradia, educação, lazer, segurança, saneamento e emprego, além do aumento crítico de ocupações urbanas, favelas e palafitas.

Observa-se que, enquanto a população mais empobrecida ocupa e expande a cidade ao sul, sudeste e leste, a classe média e a elite se direcionam ao norte da cidade, apropriando-se da região litorânea. Consolidam-se, assim, os bairros São Francisco, Ponta d’Areia e Calhau (BURNETT, 2012). Nessa lógica, “o interior desta área entre as faixas litorâneas e as margens do rio e já servido pelo sistema viário é eleito como espaço preferencial para a implantação dos grandes conjuntos habitacionais destinados à classe média” (BURNETT, 2008a, p. 137).

Resultado desse processo que vem se constituindo ao longo de sua história territorial, a capital maranhense, como esmiuçaremos a seguir, adentra a década de 1990 cada vez mais desigual e fragmentada. E com seus problemas urbanos (habitação, educação, saúde, segurança, pobreza etc.) tornados estruturais, dará prosseguimento aos projetos neoliberais dos agentes hegemônicos nacionais e internacionais, bem como das velhas e carcomidas oligarquias locais.

2.3 As modernizações na era do planejamento neoliberal: o esgarçamento de novos territórios rurais e a constituição da metrópole corporativa e fragmentada ludovicense (1991-2020)

As décadas de 1980 e 1990, na perspectiva mundial, são marcadas pela aceleração nas transformações a partir da planetarização do espaço geográfico, uma vez que o capitalismo, em seu modo expansivo de produção, mundializa a técnica, conformando distintas situações geográficas nas formações socioespaciais (SANTOS, 1997).

Tal período representa grandes mudanças estruturais, pois há uma reestruturação do capitalismo mundial, articulado a uma revolução tecnológica importante, além de sucessivas crises econômicas mundiais que vão produzir desigualdades socioterritoriais e movimentos de resistência nos distintos lugares do Brasil.

É desse modo que, nos anos 1980 e 1990, se difunde o regime de acumulação financeira: ultrapassa-se o fordismo, adentrando-se a acumulação flexível (SMITH, 1988; HARVEY, 1992; SOJA, 1993; BRANDÃO, 2007, 2009), comandada por uma “nova razão do mundo”, cujo papel motor nas relações se configura a partir do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Estamos falando, portanto, de uma ideologia política e ao mesmo tempo de uma organização de governantes e governados, resultando em grandes transformações no espaço geográfico. Isto porque o

[...] Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. (HARVEY, 2005a, p. 70).

A partir de então, segundo a proposição teórica de Santos (1997), o espaço geográfico, em determinadas frações da formação socioespacial brasileira, passa a ser definido como meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2009 [1993], 1997; 2000). Apesar de aparecer como tendência desde a década de 1970, somente nas duas últimas décadas do século XX “a construção ou reconstrução do espaço se dará com crescente conteúdo de ciência, de técnica e de informação” (SANTOS, 2009 [1993], p. 37).

É igualmente revelador o fato de que a urbanização, processo que acelera a globalização do espaço geográfico, ganha novo alcance e novos qualitativos a partir das últimas décadas do século XX. O mundo conhece uma urbanização generalizada, capitalista, desencadeada pelas cidades corporativas; no entanto, em condições críticas de pobreza e

fragmentação do espaço (SANTOS, 2009 [1993]), relacionadas à intensificação das expulsões do campo.

Nessas circunstâncias a urbanização cria, a partir desse período, complexas divisões de trabalho na cidade, bem como distintas tipologias e funções para as cidades, visando atender as necessidades do modo de produção capitalista em seu processo de acumulação (SANTOS, 2009 [1993]).

Cabe salientar que a formação socioespacial brasileira, como nos lembram Santos (2009 [1993]) e Santos e Silveira (2001), é considerada urbana desde os anos 1970 e 1980, em um processo de expansão crescente. As últimas regiões a se urbanizarem no conjunto regional brasileiro foram o Norte e o Nordeste, ligados, em certa medida, aos processos de expulsão, ao avanço do capital no campo e ao comércio.

No Maranhão, como desdobramento desses eventos, estrutura-se uma rede urbana fragmentada nesse período (FERREIRA, 2017). Na última década do século XX culmina o alargamento do uso do território de São Luís, acentuando-se ainda mais as expulsões e as desigualdades socioterritoriais e seus problemas ambientais instaurados pela difusão das modernizações acolhidas pelo planejamento do Estado e do mercado.

Aprofunda-se, assim, o espaço dividido (SANTOS, 2004 [1979]), onde as pessoas estão cada vez mais separadas não apenas economicamente, mas também racialmente, nas periferias de São Luís, em suas distintas formas-conteúdo. Essas periferias se consolidam na década de 1990 como abrigo de uma população proletária precarizada, negra e empobrecida, enquanto a elite, de maioria branca, ocupa os espaços privilegiados da urbe do ponto de vista imobiliário e fundiário: o eixo das praias. Esse histórico uso desigual do território implicou numa “pobreza que é estrutural e não residual. Ela aumenta à medida que a cidade cresce” (SANTOS, 1990, p. 18).

Por sua vez, segundo assevera Santos (1990, p. 104), a ideologia do desenvolvimento – que atravessa a formação socioespacial brasileira especialmente a partir de 1950, e ganha vigor no período da ditadura militar – contribuirá para a formação da *metrópole corporativa* no período neoliberal, “muito mais preocupada com a eliminação das deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e com o bem-estar coletivo”.

Não obstante, os pobres, construindo suas existências, suas territorialidades na metrópole, com os recursos de que dispõem, na arte da viração (RIBEIRO, 2013) estão sujeitos a “novas” formas de especulação e expulsões dos seus lugares para as periferias distantes, na franja da cidade, devido à urbanização corporativa e à modernização conservadora do território que se impõem. Santos (1990, p. 106) explica esse fenômeno:

A enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, a presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres e a forma como o Estado utiliza os seus recursos para a animação das atividades económicas hegemónicas em lugar de responder às demandas sociais conduzem à formação de um fenómeno a que chamamos de metrópole corporativa, voltada essencialmente à solução de problemas das grandes firmas e considerando os demais como questões residuais.

Sob essa perspectiva ganha forma a urbanização de São Luís, através das vagas de incompletas modernizações ocorridas na década de 1990 e nas duas décadas posteriores do século XXI.

A cidade, assim, continua sendo produzida para atender as demandas das empresas e agentes hegemônicos, e o que porventura interessa ao “grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos. Isso obedece à mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional, e da capacidade de exportação” (SANTOS, 1990, p. 106).

É fundamental refletir sobre a dinâmica da urbanização de São Luís, a mais importante na rede urbana maranhense na década de 1990, voltando o olhar para o aumento da população. Conforme os dados do IBGE (2010), no ano de 1991, no contexto de difusão do meio técnico-científico-informacional do país, sua população chegava a 696.371 habitantes, todavia, desse total apenas 246.213 residiam no espaço urbano, enquanto 450.158 ainda moravam em seu espaço rural.

Nesse período houve um crescimento populacional total de 54,5%, menor em relação ao censo de 1980. Observa-se, entretanto, que essa inversão da população urbana – com queda de 35% em relação à rural, que aumentou 64,5% – apresentada pela situação dos domicílios, como explica Diniz (2017, p. 176), deve-se “ao fato de que na época do recenseamento, alguns locais da cidade de São Luís, a exemplo do Anil, foram considerados como zona rural, muito embora tratar-se de população eminentemente urbana”.

Eis que a cidade continua adensando o seu tecido urbano, repleto de desigualdades socioespaciais, processo que ganha impulso com um significativo evento geográfico nesse período: a aprovação do Plano Diretor de 1992. Esse foi um instrumento de importante papel na regulação política do território da urbe ludovicense, privilegiando o seu uso corporativo, bem como normando a desarticulação e atrofiando os territórios rurais, os quais já vinham desde a década de 1950 passando por grandes transformações (Tabela 2).

Tabela 2 – Demonstrativo das áreas urbanas e rurais no município de São Luís

Período	Extensão urbana	Extensão rural
1950	8,5 Km ²	509,5 Km ²
1950-1970	9,4 Km ²	508,6 Km ²
1970 -1990	391 Km ²	127,0 Km ²

Fonte: Trovão (1994, a partir dos dados do IBGE).
Organização: Cruz, 2021.

Na acolhida desse evento, segundo interesses particulares, observou-se a normatização da cidade para a realização do capital industrial a partir da tentativa de expandir megaempreendimentos minero-metalúrgicos no espaço rural da cidade. Grandes áreas, ainda rurais, já estavam sendo ocupadas por indústrias de médio porte, as quais buscavam atender as demandas criadas pelos projetos desenvolvimentistas instalados na década de 1970 e 1980. Além disso, avançavam as ocupações urbanas no espaço rural. O Plano Diretor e sua respectiva lei de zoneamento serviram, assim, para legalizar essas ações.

De igual maneira, criam-se as condições para a efetivação do capital imobiliário nos sentidos norte e nordeste da cidade, com investimentos públicos e privados que vão consolidar a urbanização nessa parte do território por um meio técnico denso. Entretanto, o restante da cidade avança assentado na periferização e na pobreza urbana (BURNETT, 2008a; 2009, 2012; FERREIRA, 2014; DINIZ, 2017).

Resultando desse contexto político, conforme Burnett (2008a, 2009, 2012), o Plano Diretor de 1992 intensifica o processo de verticalização de São Luís, reconfigurando ainda mais sua diferenciação intraurbana. Ora, tal fato ocorre porque o capital imobiliário e o Estado – por meio da seletividade espacial – impulsionam os investimentos apenas para algumas partes da cidade.

Outra observação a ser feita ao analisar essa questão diz respeito ao fato de o Plano Diretor de 1992, segundo Burnett (2009), acabar por aprofundar a decadência do Centro Histórico, contribuindo para que ele fique cada vez mais denso de periferias. Por outro lado, a construção de tal plano atende apenas os interesses privados, desconsiderando a participação social, discussão esta que se estabelecia nacionalmente. Apesar do debate em torno dessa problemática, predomina também o discurso de que o Plano Diretor pretendia:

[...] reconhecer parcialmente os direitos de ocupação das camadas populares, declarando a região da Ilhinha como ZEIS – mas que segue até os dias de hoje em situação de irregularidade fundiária e sem ações efetivas de urbanização –, além de

instituir as costumeiras transações do Solo Criado. Que foi, mais tarde, motivo de intervenção do Ministério Público devido a denúncias de aplicação dos recursos pelas construtoras nas próprias áreas de suas edificações e não nos bairros carentes. Provavelmente, influenciado pelo IPPUR de Curitiba, mas sem contar com as condições políticas que viabilizaram e efetivaram o instituto da capital paranaense [...], a equipe técnica responsável pelo PD de 1992 logra criar o então Instituto de Pesquisa e Planejamento Municipal – IPPLAM. Pensado como articulador das políticas fragmentadas nas diferentes secretarias municipais com influências sobre o território, o IPPLAM acaba por se chocar com macro e micro poderes políticos e acaba por ocupar uma acanhada posição na hierarquia da administração municipal, produzindo pesquisas e legislações de pouco efeito sobre o urbano. (BURNETT, 2009, p. 443).

Por meio dessa articulação, o processo de implantação do Plano Diretor se efetiva, inclusive com a cooptação de lideranças populares para que não houvesse pressão desses movimentos sobre o poder público quanto à participação da sociedade no planejamento territorial da urbe, mesmo que conflitos, lutas urbanas e resistências tenham acontecido.

Tais práticas, configurando paternalismo e clientelismo – características das oligarquias políticas instaladas no Maranhão –, incidiram sobre espaços determinados da cidade. Desse fenômeno resultaram “centenas de vilas periféricas existentes na cidade: batizadas com nomes de lideranças políticas então no poder, prova do reconhecimento, pela população de baixa renda, da dependência que domina suas condições de sobrevivência urbana” (BURNETT, 2009, p. 444).

É nesse movimento desigual e combinado (SMITH, 1988) do processo de formação do espaço urbano ludovicense que a capital maranhense

[...] ultrapassa, enfim, seus limites municipais. Sob uma dinâmica urbana anárquica, *a cidade assume seu papel de metrópole*, precocemente decretado ainda na Constituição Estadual de 1994, mas somente nos últimos anos efetivado, mais uma vez, por capitais externos, públicos e privados (BURNETT, 2012, p. 2, grifo nosso).

Esse evento geográfico se materializará através da Lei Complementar nº 038, de 1998, que institui a RMGSL incluindo os quatro municípios que compõem a Ilha do Maranhão – São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa – e, posteriormente, em 2003, o município de Alcântara (MOREIRA, 2013). Apresenta-se, entretanto, com uma morfologia metropolitana fragmentada e dispersa, como espaço das modernizações, mas também de pobreza, resistências e lutas urbanas.

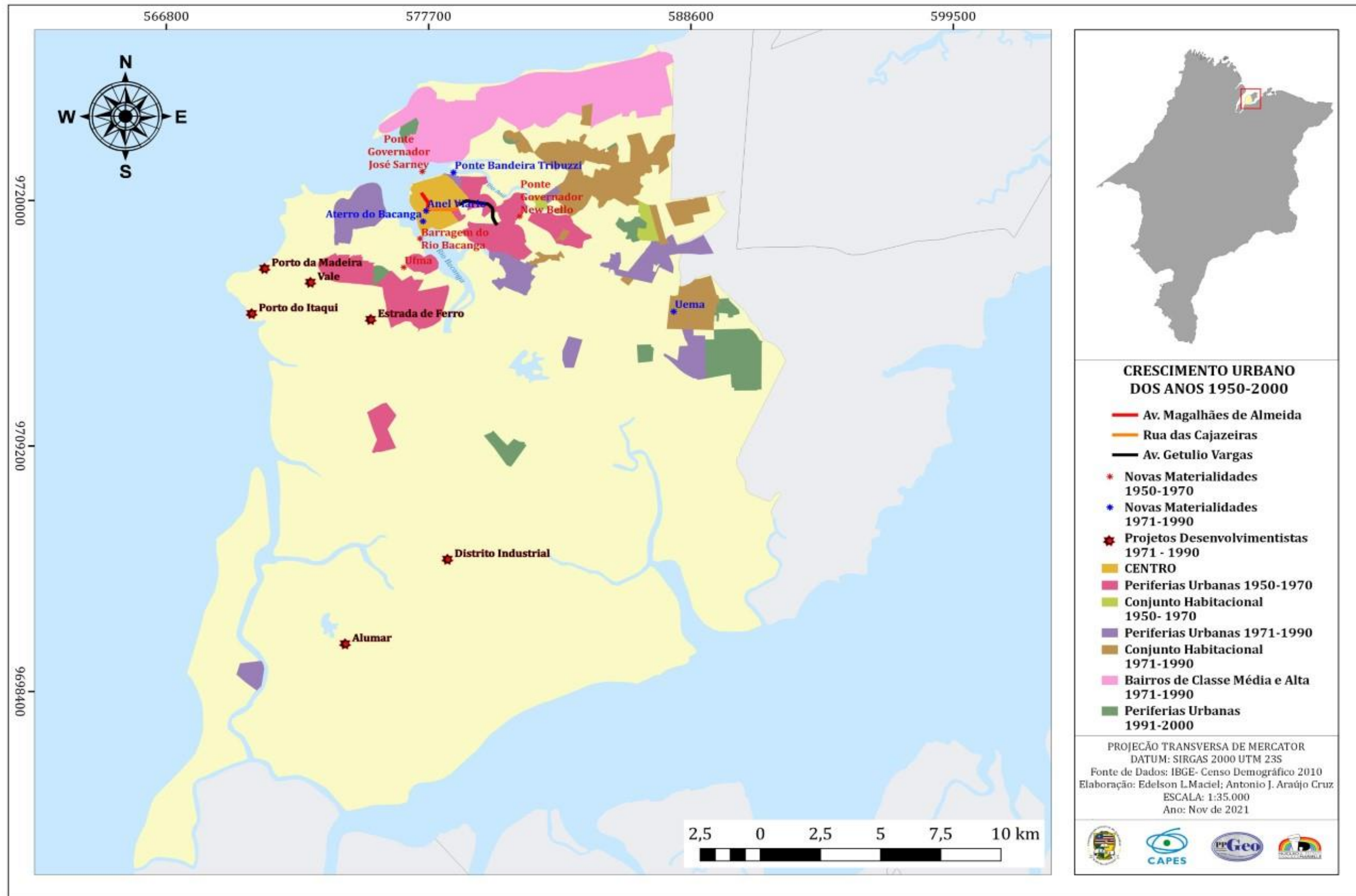
A instituição político-administrativa da RMGSL, região como ferramenta (RIBEIRO, 2013), principalmente em função de interesses econômicos, marca uma série de transformações na dinâmica socioterritorial ludovicense, atraindo grandes investimentos e sendo, mais uma vez,

[...] fortalecida pela chegada de empreendimentos imobiliários monopolistas de consumo – condomínios residenciais e comerciais de grande escala que se aproveitam de imensos estoques fundiários gulosamente reservados e supervalorizados durante mais de 40 anos –, a produção recente de espaço urbano privado se mostra avassalador, transborda suas fronteiras e alcança isoladas regiões de outros municípios, com precária capacidade de gestão do solo. Inicialmente concentrados nas proximidades da faixa litorânea, lócus preferencial da produção imobiliária de alta renda, graças a fartos recursos públicos federais para programas de habitação popular, o vetor de ocupação metropolitana se modifica e adentra avidamente o interior da Ilha. (BURNETT, 2012, p. 2).

Nessa lógica das racionalidades modernizantes, o setor imobiliário acaba por receber altos investimentos, promovendo intensamente a verticalização da cidade à medida que constrói conjuntos habitacionais nas regiões norte e nordeste, visando atender as necessidades da população de alta renda e da classe média. Com recursos públicos e privados investidos em infraestruturas territoriais, consolidam-se bairros como Calhau, Ponta D'areia, Olho D'água, Araçagy, Ponta do Farol, Altos do Calhau, Renascença, Parque Shalon, Cohajap e Cohama (SANTOS, 2013), servidos de intensa carga de fixos e fluxos (Figura 7).

Interessa-nos destacar esses elementos para pensar como o Plano Diretor de 1992 modificou a centralidade urbana comercial e de serviços na urbe ludovicense, viabilizando o uso do território como recurso pelos agentes da indústria imobiliária, “através das construções de shopping centers, faculdades, hotéis, escolas, salas comerciais, consultórios médicos e outros serviços especializados, todos localizados nos bairros mais ricos” (SANTOS, 2013, p. 69).

Figura 7 – Crescimento urbano de São Luís (1991-2000)



Elaboração: Cruz e Maciel, 2021 (com base em Bumett, 2008a, 2012; Ferreira, 2014).

Devido ao seu conjunto arquitetônico colonial, a cidade encerra a década de 1990 com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, conferido em 1997 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Esse fato nos ajuda a entender a singularidade da urbanização de São Luís no contexto da formação socioespacial brasileira pela força de permanência de suas materialidades.

Nessa trama, sob o comando das forças do período, São Luís continuará atraindo investimentos, sobretudo de capital industrial e imobiliário, e sendo espaço de intensa concentração demográfica, dado que recebe a massa trabalhadora expulsa do campo e caracterizada pela forte segregação socioespacial.

Dando continuidade à análise dos usos do território de São Luís pelas modernizações, pela urbanização e pelas expulsões e resistências, no limiar do século XXI a cidade acumula uma população, segundo dados do IBGE (2010), de 870.028 habitantes, dos quais 837.584 se concentravam na mancha urbana, testemunhando, dessa forma, uma significativa diminuição dos espaços rurais.

Esse crescimento da urbanização em 96,3% em relação à década anterior, além de representar o avanço do capital sobre os territórios rurais da cidade, legitimado pelo Plano Diretor de 1992, expressa como a cidade continua expandindo sua periferização em direção a Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa (DINIZ, 2017).

Apesar de o Maranhão considerar sua economia como uma das que mais cresce em relação à dos outros estados da federação na primeira década do século XXI, em virtude das exportações de agrominerais, e embora São Luís se apresente como o centro de comando na rede urbana maranhense, essa metrópole continua sendo o espaço da expulsão, do subemprego e desemprego, bem como das lutas urbanas pelo direito ao território e à cidade. Somado a isso, intensifica-se ainda mais a verticalização da metrópole, símbolo da “cidade nova”, “moderna” iniciado na década de 1970.

Observando os eventos relacionados à urbanização e à modernização seletiva, ressalta-se que em 2003 o Instituto de Pesquisa e Planejamento Municipal e Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo tomou a iniciativa de abrir o processo de revisão do Plano Diretor de 1992. No entanto, como explica Burnett (2009), as discussões eram voltadas para os interesses da classe empresarial, uma vez que as questões tratadas se referiam apenas à “região nobre” da urbe.

Nesse curso, pode-se afirmar que a tentativa de revisão parte da pressão dos agentes hegemônicos, possuidores de vigorosa capacidade de ditar os rumos da cidade, tentando viabilizar o uso corporativo do território da urbe. Ainda segundo Burnett (2009), a força política

e econômica do mercado imobiliário foi responsável por colocar na agenda municipal a discussão da política urbana, que se resumia à atualização, em parte, da lei de Uso e Ocupação e Parcelamento do Solo Urbano nos espaços da cidade de interesse privado. Daí que “as pressões se dirigiam no sentido de ‘atualizar’ índices de aproveitamento na valorizada faixa litorânea, transformada pelo mercado imobiliário, desde a aprovação do PD de 1992” (BURNETT, 2009, p. 444).

Paralelamente às sucessivas iniciativas do mercado imobiliário no sentido de promover a urbanização corporativa, o capital industrial e Estado buscaram, nesse período, implantar novos projetos de modernizações minero-metalúrgicas no espaço rural da metrópole ludovicense. Baseando-se na psicofera (SANTOS, 1997) de que a região sudoeste da cidade tem vocação portuária e industrial, as terras rurais seriam convertidas em urbanas através do Plano Diretor de São Luís de 2006 para atender essas demandas. Procuraram, dessa forma, regular esses usos do território através das alterações no Plano Diretor de 1992, desconsiderando as vidas abrigadas no conjunto dos territórios rurais da urbe e que seriam removidas compulsoriamente de seus lugares ou teriam seus modos de existir comprometidos pelos impactos desses empreendimentos.

Sobre essa onda de modernização, Sant’Ana Júnior (2016) assevera que tal debate se tornou público em 2004, quando foi anunciada a instalação de um polo siderúrgico, prevendo a construção de três usinas siderúrgicas de produção de placas de aço e duas de produção de ferro nas proximidades do Itaqui, comandado pela Companhia Vale do Rio Doce.

À época, não por acaso “em uma área classificada pelo Plano Diretor de 1992 como zona rural, a empresa inicia pressões sobre a Prefeitura de São Luís e sobre o próprio Governo do estado, para mudança da lei de uso e sua destinação às pretendidas atividades industriais” (BURNETT, 2009, p. 447).

No que se refere às transformações nas dinâmicas dos lugares:

No projeto original do polo, a área destinada às instalações físicas das usinas seria de 2.471,71 hectares, localizados entre o Porto do Itaqui e o Rio dos Cachorros, na região administrativa municipal do Itaqui/Bacanga. Em 2004, esta área foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Estado do Maranhão (Decretos nº 20.727-DO, de 30/08/2004, e nº 20.781-DO, de 29/09/2004), o *que implicaria no deslocamento compulsório de seus moradores e/ou daqueles que a utilizam de forma produtiva*. Estes moradores são *estimados em mais de 14.400 pessoas distribuídas em doze povoados*. (SANT’ANA JÚNIOR *et al.*, 2009, p. 30, grifo nosso).

Soma-se a essa problemática o fato de que a instalação desse megaprojeto, nessa porção do território da metrópole, representa sérios riscos de contaminação aos ecossistemas

da Ilha do Maranhão, pois “consumiria 207 milhões de litros de água por dia e produziria 35 milhões de toneladas de gás carbônico por ano, representando, ao final da operação, 72% da produção total do país em aço” (BURNETT, 2009, p. 447).

No entanto, os moradores dos territórios rurais atingidos (Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira) reagiram fortemente à instalação desse projeto, construindo várias formas de resistência (CARVALHO, 2011; ALVES, 2014; SANT’ANA JÚNIOR, 2016). Malgrado a força dos agentes hegemônicos, um importante evento geográfico nesse período foi a criação do Movimento Reage São Luís. Do mesmo modo que o Comitê de Defesa da Ilha na década de 1980 teve grande importância na luta dos sujeitos lugarizados na cidade, o Movimento Reage contribuiu significativamente nos enfrentamentos realizados pelos territórios rurais na primeira década do século XXI.

Cumprido destacar que o referido movimento reagiu fortemente contra a proposta de implantação desses macrossistemas técnicos, denunciando as arbitrariedades cometidas pelo Estado e pelas empresas, principalmente quanto à revisão do Plano Diretor de 1992, cobrando audiências públicas e o direito à consulta livre, prévia e informada²⁸ (SANT’ANA JÚNIOR *et al.*, 2009; SANT’ANA JÚNIOR, 2016). A um só tempo, o movimento “conseguiu reunir mobilização popular com expertise técnica, advinda de várias áreas do conhecimento, o que possibilitou ampliar o repertório de contestação ao projeto de instalação do Polo Siderúrgico” (SANT’ANA JÚNIOR, 2016, p. 287).

Todavia, vale mencionar que, mesmo diante do desrespeito ao Estatuto da Cidade de 2001, o qual exige a revisão do Plano Diretor para mudanças na Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo Urbano, “a proposta é aprovada pela Câmara Municipal, no final do mês de novembro de 2005” (BURNETT, 2009, p. 447) convertendo em Zona Industrial os 2.471,71 hectares rurais requeridos para a instalação do polo siderúrgico.

Mas esse evento acaba por não se concretizar de acordo com as demandas dos agentes hegemônicos, posto que não houve a liberação do licenciamento ambiental. Nessa via, “a reação contra a proposta, organizada no movimento Reage São Luís, acaba por acirrar as

²⁸ O direito à consulta livre, prévia e informada está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Ela “se sustenta no reconhecimento dos direitos fundamentais de povos e comunidades tradicionais e na garantia da sua livre determinação. Ou seja, povos indígenas e tribais têm o poder de decidir livremente sobre seu presente e futuro na qualidade de sujeitos coletivos de direitos. Para fazer respeitar esse princípio, os Estados devem observar a obrigatoriedade de consultar os povos afetados por medidas administrativas e legislativas capazes de alterar seus direitos” (BIVIANY; YAMADA; OLIVEIRA; 2016, p. 6).

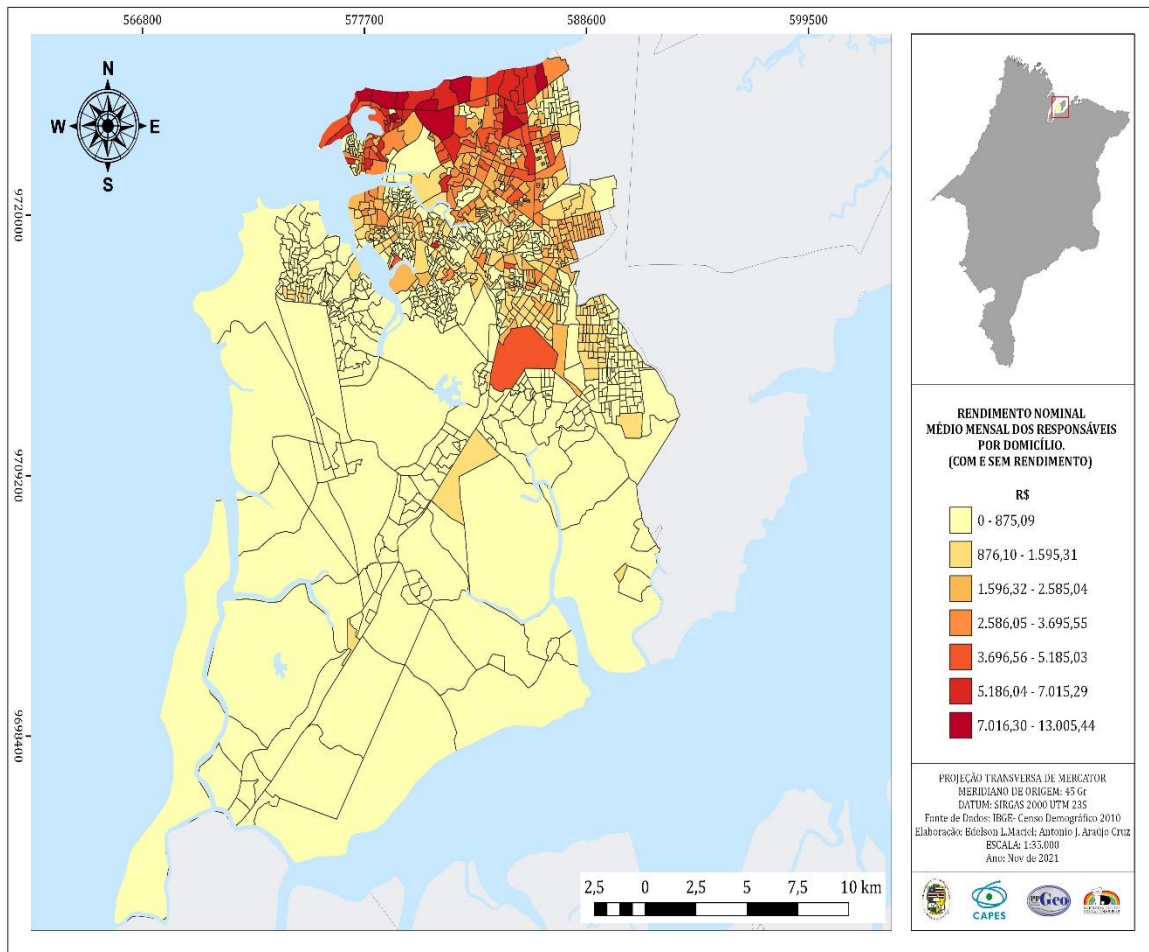
relações entre setores da sociedade e a equipe técnica do IPPLAM, responsável pela elaboração da proposta técnica de modificação do uso do solo” (BURNETT, 2009, p. 447).

No entanto, mesmo diante dos movimentos de resistência, no dia 11 de outubro de 2006 foi publicado o novo Plano Diretor de São Luís, o qual ainda se encontra em vigor, fazendo revisões quanto ao uso e à ocupação do solo e definindo novos limites urbanos e rurais. Apesar da diminuição do espaço rural para atender interesses do capital, e da legalização de atividades que conflitavam com o modo de vida das populações tradicionais abrigadas nos territórios rurais, o discurso colocado era o de que o referido Plano visava o

[...] controle da expansão do perímetro urbano do município, com vistas a assegurar as condições socioambientais da área rural e a permanência das comunidades centenárias e suas práticas produtivas e culturais ligadas a terra e ao mar. (SÃO LUÍS, 2006, p. 3).

É nesse contexto que o Plano Diretor de 2006 se firma como mais um instrumento que serve ao aumento das desigualdades socioespaciais na metrópole de São Luís. A maior parte da população de baixa renda vivendo nas periferias e nos territórios rurais (Figura 8), desprovida de serviços e equipamentos urbanos, tem seus modos de vida e economias desarranjados por novos usos corporativos do território e pelos conflitos decorrentes das modernizações capitalistas.

Figura 8 – Espacialização do rendimento nominal médio mensal dos responsáveis por domicílios em São Luís

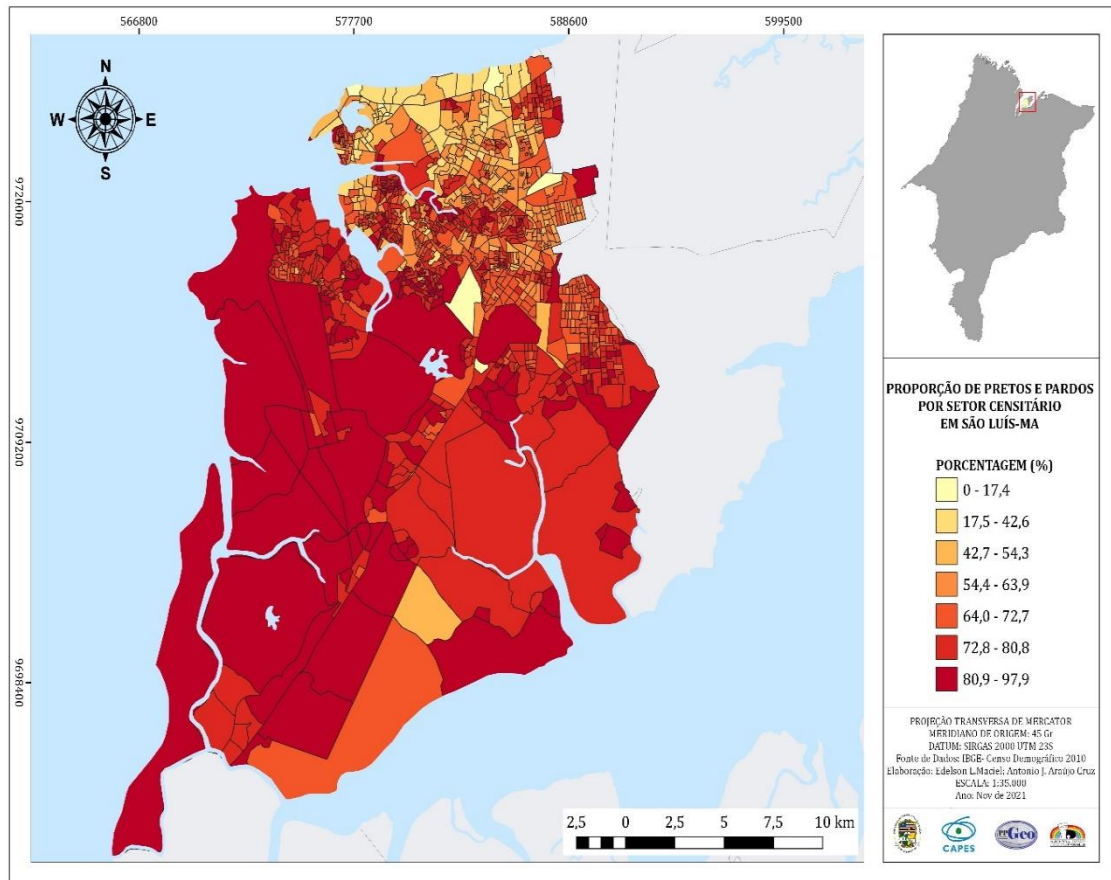


Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: Cruz e Maciel, 2021.

Reconhece-se, de um lado, uma produção da cidade pelo Estado em conluio com o setor privado, viabilizando o uso do território para os grandes projetos de modernizações – a exemplo do complexo portuário e industrial, que garante a circulação de produção para o mercado externo. Como parte desse processo, a urbanização corporativa se expande no sentido norte da cidade, com bairros bem equipados de todos os sistemas técnicos e informacionais, configurando os espaços luminosos da urbe (SANTOS, 1997).

Por outro lado, observa-se um processo permanente de pressão e expulsão dos habitantes de periferias urbanas e territórios rurais na metrópole, ou seja, dos espaços opacos (SANTOS, 1997), marcados pela rarefação dos fixos geográficos, mas igualmente pela força dos sujeitos lugarizados. Como podemos observar na Figura 9, justamente nesses espaços estão as pessoas negras – alvo das vertiginosas expulsões que ocorrem no espaço rural de São Luís, ou que chegam expulsas de seus territórios no campo –, enquanto a parte litorânea concentra a parcela da população que se beneficia das modernizações seletivas na urbe.

Figura 9 – Espacialização da proporção de pretos e pardos em São Luís



Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: Cruz e Maciel, 2021.

A metrópole ludovicense chega em 2010 como a quarta maior cidade da região nordeste em termos populacionais, somando 1.014.837 habitantes. A maior parte deles (955.600) residia no espaço urbano, mesmo que em condições críticas (IBGE, 2010). Por outro lado, 56.343 pessoas ainda moravam na zona rural, o que representa uma mudança significativa no quadro populacional e na dinâmica do espaço urbano e rural de São Luís (Tabela 3).

Na perspectiva de sua economia política entre 2000 e 2010, observa-se uma economia apoiada na exportação de agrominerais (soja, milho, minérios, eucalipto etc.), bem como no setor terciário²⁹ e na indústria³⁰ (FERREIRA, 2014, 2017; DINIZ, 2017; LOPES, 2018).

²⁹ O setor terciário ludovicense, conforme aponta Lopes (2018, p. 94), é composto principalmente por “comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas, administração pública, atividades imobiliárias e alugueis, transporte, armazenagem e correios, e teve uma ampliação de 364% em 2010” em relação ao censo de 2000.

³⁰ No âmbito da indústria, predomina a “construção civil e indústria da transformação (produção de alumínio e suas ligas em formas primárias) são as principais atividades e tiveram uma ampliação em 147%” (LOPES, 2018, p. 94), em referência ao censo anterior.

Tabela 3 – Dinâmica da população urbana e rural de São Luís (1950-2010)

Ano	População urbana	População rural	Total
1950	79.731	40.054	119.785
1960	124.606	33.686	158.292
1970	205.413	60.073	265.486
1980	247.288	202.144	449.432
1991	246.213	450.158	696.371
2010	955.600	56.343	1.014.837

Fonte: IBGE (2010).

A opção política por esse modelo econômico exportador faz com que, ainda na contemporaneidade, a periferia da cidade continue recebendo uma massa de trabalhadores rurais expulsos de seus territórios em decorrência do avanço do agronegócio no campo, sobretudo nas regiões sul e leste maranhenses (SODRÉ; MATTOS JÚNIOR, 2016). Tal situação tem impulsionado grandes conflitos territoriais no segundo decênio do século XXI.

Constata-se, assim, que a evolução do espaço metropolitano de São Luís se adensa por meio da fragmentação do território e, por conseguinte, na busca de uma reorganização de sua dinâmica espacial, ainda que em parte para atender os interesses de uma seleta população. Em 2015, através da Lei Complementar nº 174/2015, institui-se a nova composição da RMGSL, agora formada pelos municípios de São Luís, Raposa, São José de Ribamar, Paço Lumiar, Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Rosário e Santa Rita.

Como explica Sant’Ana Júnior (2016, p. 287), o insucesso da construção do polo siderúrgico citado “não significou o abandono definitivo de projetos de ampliação da infraestrutura e de instalação de novos empreendimentos industriais e portuários nas áreas próximas aos grandes portos de São Luís”.

Revelador de novas tensões, o discurso de vocação da cidade portuária e industrial ganha vigor entre 2005 e 2020 para justificar os sucessivos projetos que aportam no território nesse período. Porém, como assinalam Santos e Silveira (2001, p. 105), “as novas vocações regionais são amiúde produtoras de alienação, pela pressão da ordem global sobre as populações locais”.

Desse modo, a partir de 2007 inicia-se no território ludovicense a implantação da Usina Termelétrica do Itaqui, no espaço rural da cidade. Tal empreitada se tornou possível

porque o Plano Diretor de 1992, alterado em 2005, destinou 1.064 hectares da Zona Rural II para Zona Industrial. Trata-se de um macrossistema técnico de responsabilidade da empresa paulista Eneva (antes MPX Mineração e Energia LTDA), empreendimento³¹ que integra a política energética do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).³² Isso evidencia que todas as mediações políticas e econômicas para introduzir esse projeto no território ludovicense foram feitas na escala da formação socioespacial.

Porém, cabe enfatizar que, para a instalação desse vetor modernizante, de forte influência na dinâmica territorial ludovicense, mesmo com lutas e resistências, foi removida compulsoriamente a comunidade Vila Madureira, composta por 95 famílias, as quais viviam da pesca, da agricultura camponesa e da coleta de mariscos.

Segundo os indícios históricos, esse território rural existia há mais de 60 anos e já vinha sendo ameaçado de expulsão pelo projeto do polo siderúrgico, não efetivado. O território rural de Vila Madureira, que ficava contíguo à Camboa dos Frades e à Baía de São Marcos, foi deslocado para o município de Paço do Lumiar, ou seja, a 40 km de distância do lugar onde até então tinha construído sua territorialidade.

Entre os diversos efeitos sociais dessa remoção sobre o modo de vida e a dinâmica do cotidiano das pessoas, cabe destacar: a mudança no nome do território rural, passando a ser chamado de Residencial Nova Canãa; a distância do mar onde os moradores pescavam; a distância de 6 Km do campo agrícola disponibilizado para que eles continuassem a desenvolver a agricultura camponesa (CARVALHO, 2011; SANT'ANA JÚNIOR, 2016; CORRÊA; MARQUES, 2017).

Além de serem expulsos da urbe ludovicense para que a modernização seletiva do território acontecesse, no Residencial Nova Canãa os moradores precisam conviver com muitos problemas, já que o lugar não foi equipado suficientemente para atendê-los. A título de exemplo temos o transporte público, implicando que os moradores

[...] disputem lugares em apenas um ônibus, com estrutura física precária, da linha destinada ao bairro Vila do Povo, a qual trafega na avenida principal da comunidade de duas em duas horas, fazendo o itinerário até o Terminal de Integração da Cohab, na capital São Luís. (CORRÊA; MARQUES, 2017, p. 220).

³¹ Esse projeto, em operação desde 2011, ocupa uma área de 50 mil m² e está a uma distância de 5 km do Porto do Itaqui (CARVALHO, 2011; CORRÊA; MARQUES, 2017).

³² O referido programa, lançado em 22 de janeiro de 2007 pelo governo federal, “foi concebido como o carro-chefe à política de incentivo ao desenvolvimento econômico da gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no período de 2008 a 2011, visando superar os déficits em infraestrutura, desenvolvimento econômico, social, e desequilíbrios do desenvolvimento regional, através da aceleração do crescimento econômico, aumento da empregabilidade e melhoria das condições de vida da população” (CORRÊA, 2017, p. 42).

Ainda no contexto das modernizações seletivas ludovicenses, a região do Itaqui-Bacanga no período de 2010 a 2020 tem recebido forte aumento de empreendimentos na área do Distrito Industrial, os quais avançam sobre os territórios rurais expulsando as populações abrigadas neles. Tal região é vista como de grande importância para conferir fluidez às *commodities* agrominerais, sobretudo a partir de 2015, com a instituição do MATOPIBA³³ – área da nova fronteira agrícola brasileira composta pelos estados do Maranhão, Tocantins Piauí e Bahia, que tem ocasionado conflitos e a expulsão de parte da população do campo maranhense.

A criação dessa região implica reorganizar o espaço geográfico maranhense, cada vez mais fluido, para a circulação da produção e justificará as inúmeras expulsões dos territórios rurais, onde se buscará implantar novas modernizações e divisões territoriais do trabalho.

Por essa razão, tem-se ampliado o complexo portuário da capital maranhense, já que ela é “a porta de entrada e saída dessa fronteira agromineral brasileira” (LOPES, 2018, p. 92), construindo-se novos portos ou expandindo os já existentes. Tal situação conflita com a existência de territórios rurais tradicionais, como Cajueiro e Camboa dos Frades, tema desenvolvido no capítulo seguinte.

Além da termelétrica, outros empreendimentos têm aportado nessa região no referido período, como “cimenteiras, fábricas de asfalto, indústrias de fertilizantes, além da ampliação de atividades minerárias, principalmente relacionadas com a extração de areia e pedra para a construção civil” (SANT’ANA JÚNIOR, 2016, p. 288).

Mesquita (2021), em um levantamento realizado durante 2019 e 2021, constatou a presença de 59 empreendimentos de médio e grande porte, distribuídos em 24 tipologias de atividade econômica no entorno da Resex Tuá Mirim, os quais possuem implicações diretas nos territórios rurais de São Luís (Tabela 4).

³³ O MATOPIBA, projeto elaborado pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa, foi sancionado através do Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) pela então presidenta da República Dilma Rousseff, entrando em vigência a partir de maio de 2015 por meio do Decreto nº 8.447. Instituída para atender as necessidades do agronegócio – sobretudo com a produção de soja, que se expande no Brasil desde a década de 1970 –, essa região no território maranhense “é ocupada por um grande número de populações tradicionais, que em sua maioria, via de posse, compartilham territórios comuns. Dentro dos limites da Região há um complexo quadro agrário e um conjunto de problemáticas fundiárias formadas por Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Áreas Quilombolas e Assentamentos Rurais e de outras comunidades tradicionais, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu” (ALMEIDA; SODRÉ; MATTOS JÚNIOR, 2019, p. 251).

Tabela 4 – Empreendimentos instalados no entorno da Resex Tauá Mirim e dos territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades

Quantidade	Tipologia da atividade
5	Fabricação de adubos e fertilizantes
2	Fabricação de cimento
1	Geração de energia termelétrica
9	Transporte rodoviário de carga
1	Construção civil e infraestrutura
2	Transporte ferroviário de carga
1	Atividades profissionais, técnicas e científicas
2	Atividades de operador portuário
11	Extração de minerais não metálicos
1	Extração de minerais metálicos
4	Armazenamento, logística e depósito
1	Fundição e produção de produtos de aço
1	Metalurgia de alumínio e operador portuário
1	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
1	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico
1	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos
2	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo
5	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
1	Testes e análises técnicas
1	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
1	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos
1	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
1	Distribuição de água por caminhões
3	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo
Total: 59 empreendimentos	Total: 24 atividades econômicas

Fonte: adaptado de Mesquita (2021).

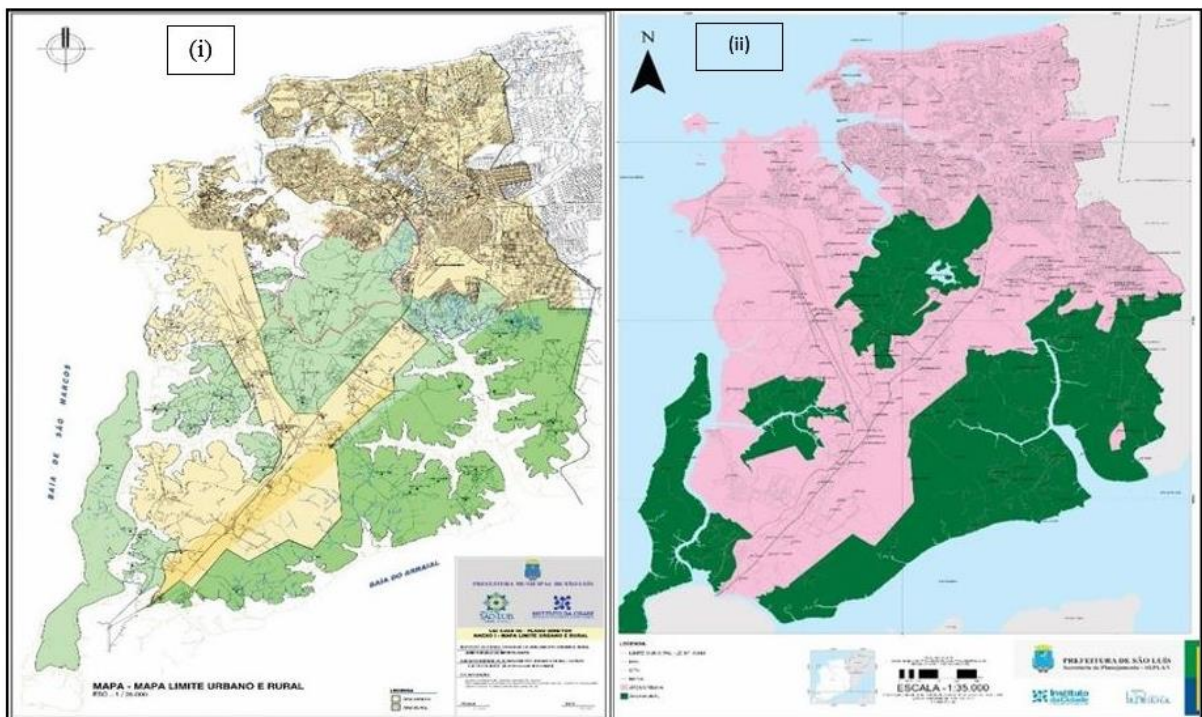
A instalação desses empreendimentos acaba por desarranjar os territórios rurais da região, exercendo forte pressão sobre as comunidades e implicando expulsões diretas, pois praticamente a cada introdução de um projeto de modernização temos uma nova expulsão. Ou os moradores que resistem nos territórios passavam a conviver com os impactos ambientais e sociais, como a poluição sonora e dos corpos hídricos, os quais estão ligados à reprodução social dos sujeitos lugarizados.

A expansão desses projetos de modernizações sobre os territórios rurais ganhara força na proposta de revisão do Plano Diretor de 2006, iniciada efetivamente em 2018 (SANTOS, 2021). Essa proposta ignora os dados sobre a ocupação do que é conhecido hoje como espaço rural de São Luís,

[...] ainda considerando a provável existência de glebas rurais subutilizadas ou mesmo sem atividades produtivas, parte significativa do que será o “novo urbano ludovicense” encontra-se ocupado por centenas de povoados que vivem do que extraem da terra. (BURNETT; ZAGALLO; SANTOS, 2020, p. 558).

A nova proposta reduz em 40% o perímetro rural em prol do urbano (Figura 10) para a produção imobiliária, residencial e industrial, desarticulando os territórios rurais sob o discurso “da inexistência de atividades rurais na região atingida pela mudança de uso do solo” (SANTOS, 2021, p. 216). Chama a atenção o fato de que as mudanças propostas pelos novos usos e formas de ocupação demandam de imediato “infraestrutura e serviços públicos, mas também destino e trabalho para os que serão despejados de suas áreas” (BURNETT; ZAGALLO; SANTOS, 2020, p. 558).

Figura 10 – Delimitação do perímetro urbano e rural de São Luís a partir do (i) Plano Diretor de 2006 e de sua proposta de revisão (ii)



Fonte: INCID (2010; 2019).
Organização: Cruz, 2021.

Como afirmam Burnett, Zagallo e Santos (2020) e Santos (2021), tal proposta de revisão foi baseada em imagens de satélite do ano de 2009, as quais não refletem mais a realidade dos territórios rurais, e não foram feitos os estudos técnicos-científicos e empíricos para compreender a dinâmica espacial do espaço rural. Ainda sobre a redução da área rural, destaca-se que 20.820 hectares passariam a apenas 12.177, “em outras palavras, 8.643 hectares de área rural seriam transformados em área urbana” (BURNETT; ZAGALLO; SANTO, 2020, p. 561).

Isso mostra como a metrópole ludovicense vai sendo normada e valorizada a partir de seus espaços para atender os interesses hegemônicos. Ou seja, “cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é diferente” (SANTOS, 2009, p. 125). Com base nesse entendimento, Burnett, Zagallo e Santos (2020, p. 561) descrevem que:

[...] o conjunto dessas propostas sinaliza o espraiamento da mancha urbana na Ilha de São Luís, além da intensificação da atividade industrial na Ilha, uma vez que as ampliações da área urbana ocorrem em áreas desejadas pela construção civil para edificação de moradias populares, e pela intenção do setor industrial em ampliação do distrito industrial.

A proposta em discussão se coloca como um importante instrumento que permitirá a instalação do terminal portuário privado no território rural do Cajueiro, desconsiderando todas as legislações ambientais e a vida dos sujeitos que formam esse território. Representantes da comunidade científica, movimentos sociais e comunidades tradicionais atingidas – as quais, apesar de possuírem todas as características rurais, estavam tendo seus territórios transformados em urbanos de ponto de vista da norma, ou seja, de acordo com a proposta de revisão do Plano Diretor de 2006 – reagiram e denunciaram várias ilegalidades cometidas na revisão desse Plano.

Diante desse quadro, conforme observamos, nas duas primeiras décadas do século XXI a modernização conservadora que rege a reorganização do território maranhense se deu com vertiginosas ondas de conflitos, resistências e expulsões. O olhar para os usos do território de São Luís ao longo do tempo, analisando-o como principal centro na rede urbana maranhense, revela-nos como esse processo acompanha a formação do seu espaço urbano.

Ressaltamos que, acompanhando a dinâmica espacial ludovicense em sua constituição, ao longo da periodização proposta percebe-se como as ondas de modernizações, formadoras da urbanização corporativa, resultam em imensas desigualdades socioterritoriais e na fragmentação do seu espaço. Como assevera Santos, “o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade” (2009 [1993], p. 11).

Observa-se também que, passando-se quase sete décadas – levando em conta o decênio de 1950, no qual começamos nossa análise –, pouca coisa ou mesmo nada mudou em relação à forma violenta, seletiva e contraditória como ocorre a modernização do território. É o que veremos a seguir, a partir dos territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades.

3

IMPLANTAÇÃO DO PORTO PRIVADO, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS NO TERRITÓRIO RURAL DO CAJUEIRO



Guardiões do Cajueiro

Fonte: *Raízes do Cajueiro* (2020).

A raiz é a veia da terra, é o que liga o dentro com o fora, é o que foi, o que é e o que será. Somos Carlos, Davi, Lucilene, Ezequias e Joca, raízes do Território Cajueiro, na zona rural de São Luís/MA. Seguimos resistindo a tudo isso. Somos idosos já, cada um de nós tem mais de 60 anos, e ainda temos energia para defender nosso território, porque somos feitos dele e ele nos dá força.

(documentário *Raízes do Cajueiro*, 2020)

Neste capítulo buscamos apresentar a situação geográfica do território rural do Cajueiro, conformada pelos eventos geográficos modernizantes seletivos e contraditórios, os quais, ao alcançarem a urbe ludovicense, historicamente têm desestabilizado o lugar e o cotidiano dos sujeitos que usam esse território tradicional para existir.

Procuramos destacar que a implantação do terminal portuário de uso privado, em 2014, colocada como a integração do espaço pelos sistemas de transporte, no atual período histórico se coloca como importante para o planejamento e a economia capitalista (SANTOS, 2004 [1979]). Interessa-nos, portanto, mostrar de que maneira são produzidas as expulsões pelo Estado e pelo capital, pois, “por mais que muitos agentes atuem na produção e reprodução da geografia da segunda natureza que nos cerca, os dois principais agentes sistêmicos no nosso tempo são o Estado e o capital” (HARVEY, 2011, p. 152). Importa-nos reconhecer o poder desses dois agentes transformando a metrópole ludovicense.

Ora, como pudemos perceber até aqui, o Estado tem viabilizado, controlado e regulado o território, transformando a dinâmica dos lugares com vistas às modernizações capitalistas na metrópole de São Luís. Isso ocorre porque “a cidade é o lugar privilegiado dos impactos das modernizações, já que essas não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem uma rentabilidade máxima” (SANTOS, 2009 [1978], p. 26).

Almejamos também, por meio da análise da situação geográfica do território rural do Cajueiro, ressaltar como as expulsões mudam o modo de vida das pessoas e contribuem para a periferação de São Luís.

Além disso, procuramos principalmente denotar a força do lugar (SANTOS, 1997) em construir movimentos de resistência, insurgências e sua articulação com outros lugares e movimentos populares pela produção de informação ascendente (SILVA, 2010) na metrópole, organizando-se frente às verticalidades. Trata-se, portanto, de analisar as reivindicações por usos menos desiguais do espaço, resistências reveladoras da luta pelo direito de existir no território. Tais resistência e insurgências, pensando os sentidos que orientam as ações desses sujeitos, configuram-se como exercícios de liberdade (SARTRE, 1978). Nesses contextos, rebelar-se significa não abdicar de construir a própria existência, logo, refere-se a gestos e comunicações contrarracionais³⁴ que se impõem como forças capazes de contestar e frear a ideologia da modernização, alheia à vida nos lugares (SANTOS, 1997).

³⁴ Conforme Santos (1997, p. 246), “essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de

Com base nessa problemática, nos interessa saber em que medida o território rural do Cajueiro decide sobre os usos do território que tradicionalmente ocupa exercendo as suas práticas socioespaciais e propalando, ao resistir e insurgir-se contra as modernizações, a ideia de que “o território usado não é uma coisa inerte, um palco onde a vida se dá” (SILVEIRA, 2011, p. 1), mas um condicionador da ação dos agentes que o constitui.

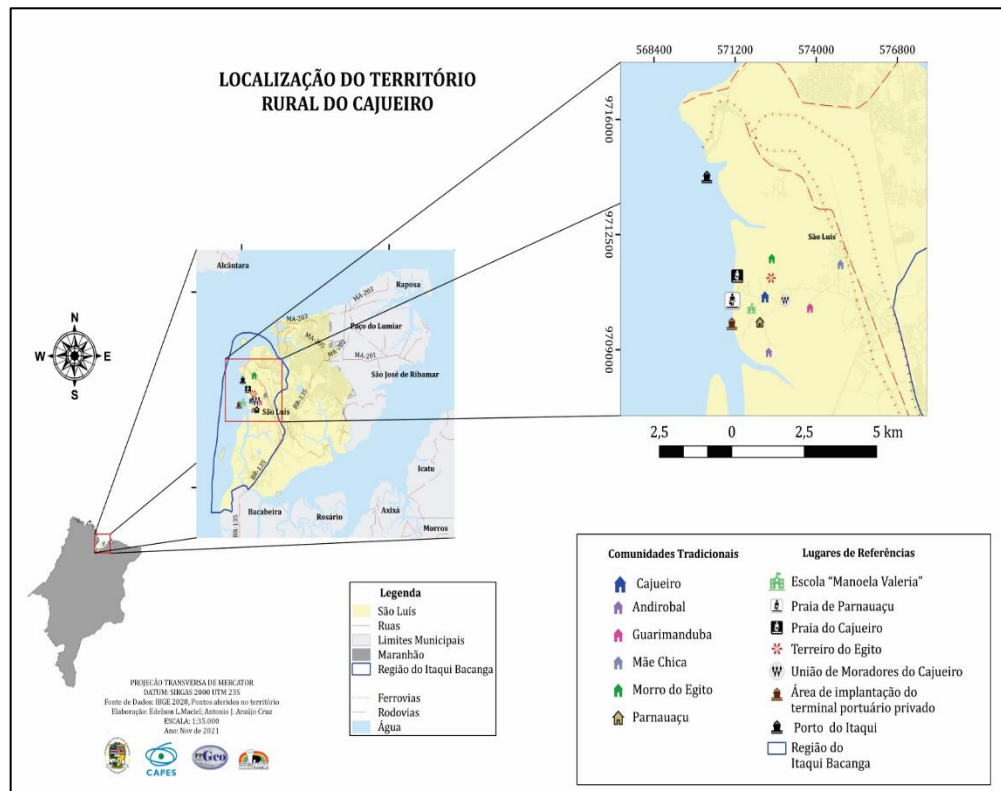
3.1 Apresentando a situação geográfica do Cajueiro: impulsos modernizantes e ordem local

O território do Cajueiro (Figura 11), com uma área de 600 hectares, situa-se na porção sudoeste da metrópole ludovicense e, com cerca de outras vinte comunidades, abriga-se no que conhecemos como zona rural de São Luís, contígua ao Distrito Industrial.

É constituído por seis comunidades tradicionais: Parnauaçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito, Mãe Chica e Cajueiro (BURNETT, 2021). Suas geograficidades, “construções cotidianas do espaço vivido e concebido” (SILVA, 2015, p. 21), são prenes de diversidade étnica e riqueza cultural. Além disso, esse território rural se caracteriza como abrigo de mais de 350 famílias que vivem da pesca, da coleta de mariscos, da agricultura camponesa e de pequenas criações de animais (PNCSA, 2018, importantes ordenadores da vida social no lugar (RIBEIRO, 2013).

subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente”.

Figura 11 – Território rural do Cajueiro na Metrópole de São Luís



Elabora o: Cruz e Maciel, 2021.

O olhar para o território do Cajueiro ao longo do tempo revela que o uso do lugar como abrigo remonta ao século XIX, amalgamando-se, assim, a toda uma ancestralidade nutrida por saberes e práticas cotidianas.

O Cajueiro, “esse território usado pelas pessoas como direito existencial” (SOUZA, 2019, p. 12), segundo apontam os indícios históricos tem “no mínimo 200 anos de ocupa o territorial, contabilizando, por exemplo, a idade de moradores que nasceram no local e também criaram seus filhos; isto sem considerar indícios históricos que demonstram usos indígenas” (GEDMMA, 2014, p. 9).

As rugosidades (SANTOS, 1997), marcas do passado, podem ser evidenciadas pela materialidade das ruínas do antigo Terreiro do Egito, localizado no território de Cajueiro, numa eleva o próxima ao Porto do Itaqui, local cuja “estrutura física e simbólica guarda um conjunto de significados e fatos que ajudam a contar a história do lugar, como lugar de referência, adora o, mas também de resistência do passado memorial e imemorial” (GEDMMA, 2014, p. 5).

O Terreiro do Egito, esse lugar sagrado fundado em 1864 pela negra africana Br silia Sofia, escrava vinda de Gana (GEDMMA, 2014; ARCANGELI, 2020), revela a

existência no Cajueiro de diversas matrizes étnicas, sobretudo a quilombola. Tal lugar é reconhecido como:

[...] um dos terreiros mais antigos do Brasil pelos praticantes das religiões de matriz africana. Lugar que simboliza a resistência centenária de um povo, conforme nos revelam as memórias do Pai Euclides, pai-de-santo de grande notoriedade para além da Ilha do Maranhão, o Morro do Egito, em Cajueiro, servia nos idos da colônia “até de quilombo, alguns negros que vinham fugidos de Cururupu, Guimarães, passavam por lá embarcados [...] que nêgo que se jogava no mar [...] por conta da opressão, de não querer se submeter a essa coisa toda né [...]”. (GEDMMA, 2014, p. 5).

A história do Cajueiro aponta que os sujeitos historicamente abrigados no território possuem práticas culturais, sociais e econômicas específicas, resultantes de suas territorialidades construídas no cotidiano do lugar. Tratam-se, portanto, de outras formas de planejamento e modos de vida, distintos daqueles fundados na lógica capitalista. Portanto, defender seu território contra as investidas de modernizações seletivas é uma maneira de resguardar seus saberes e tradições: a sua existência. Esse território rural se caracteriza como espaço de uso coletivo, o que desencadeia conflitos pelas sucessivas tentativas privatizantes empreendidas pelos agentes hegemônicos (RIBEIRO, 2013).

Uma das atividades tradicionais realizadas na comunidade é a pesca artesanal, praticada por cerca de 80% dos moradores (SANTOS, 2018), seja para o consumo próprio, seja como fonte de renda (Figura 12). Até 2014, as atividades de pesca, segundo relatos dos moradores, eram praticadas principalmente nas duas praias que margeiam o território rural: praias de Parnauçu e do Cajueiro. No entanto, também podia ser realizada em outras áreas, pois o local apresentava vários ecossistemas propícios para essa atividade, tais como igarapés, manguezais e áreas de apicuns.

Figura 12 – Seu Davi, morador do Cajueiro, realizando a pesca artesanal



Fonte: acervo da oficina de comunicação comunitária do projeto Jovem Resistência, da Resex de Tauá Mirim.

Como destacado no capítulo anterior, desde a década de 1970 a porção sudoeste da cidade – ou área do Itaqui-Bacanga, que era predominantemente rural –, a partir da construção da barragem do Bacanga e da Instalação do Distrito Industrial receberia vários investimentos para a instalação de projetos de modernizações, principalmente minero-metalúrgicos.

Assim, no contexto da cidade cindida, o processo de urbanização e a industrialização avançam significativamente nessa região, desde as décadas de 1970 e 1980, atingindo o Cajueiro com sucessivas expulsões, bem como inviabilizando a reprodução econômica, social e cultural de seus moradores.

Diante das constantes ameaças de expropriação, foram várias as formas de organização de resistências encontradas pelas comunidades tradicionais do território rural do Cajueiro contra esses impulsos desorganizadores. Dessa maneira, suas históricas lutas evidenciam que a ordem local se constitui “pelos sociabilidades, comunicação e tensões entre pessoas, instituições e empresas que dão vida aos conflitos e as lutas frente à ordem global” (SILVA, 2015, p. 23). Assim, em 1986 foi fundada a União de Moradores da Proteção do Jesus do Cajueiro, associação que tem grande papel na organização das lutas do território (GEDMMA, 2014; MENDONÇA; MARINHO, 2016; SANTOS, 2018, ARCANGELI, 2020).

Outra ameaça de expulsão se daria a partir de 2004, com a proposta de alteração do Plano Diretor de 1992 para a implantação do já discutido polo siderúrgico na cidade, tarefa que

requereria a ampliação do Distrito Industrial,³⁵ afetando diretamente a permanência das comunidades tradicionais no Cajueiro.

Tais comunidades, visando enfrentar a instalação desse projeto, ampliam suas relações com movimentos sociais, entidades da sociedade civil e instituições de poder público, a saber: Fórum Carajás, Movimento Reage São Luís, Comissão Pastoral da Terra, GEDMMA, entre outros (MENDONÇA; MARINHO, 2016; ARCANGELI, 2020).

Chama-nos a atenção o fato de tais intervenções modernizantes só se darem mediante a flexibilização das legislações ambientais, desregulação das políticas locais e desconsideração à vida dos lugares. Essas tentativas de expulsão ocorreram apesar de o governo do Maranhão ter decretado, em 1998, através do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), “que a área do Cajueiro possui ‘Escritura Pública de Condomínio’ com um total de seiscentos e dez hectares” (ALVES, 2016, p. 6-7).

Ou seja, em 1998 o Estado reconheceu o território rural do Cajueiro como um assentamento rural, concedendo o documento de titulação e regularização fundiária para as comunidades. Tal evento impossibilitaria que outras pessoas ou empresas aparecessem supostamente como donas da área e impediria outras sobreposições territoriais e conflitos fundiários. No entanto, todos os direitos territoriais das comunidades tradicionais diante dessas violentas modernizações foram silenciados.

Uma outra forma de resistência encontrada pelos territórios rurais do Cajueiro, Camboa dos Frades, Taim, Vila Maranhão, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba e Vila Madureira, ante os projetos de modernização, foi a solicitação para se criar a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (RESEX), demanda que tramita desde 2003 no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Tal ação se deu como uma forma de reconhecer a existência desses territórios rurais e garantir seu espaço vivido e usado como abrigo, além de assegurar a conservação do frágil sistema ecológico da Ilha do Maranhão, impedindo o avanço da urbanização e da industrialização sobre essa área (SANT’ANA JÚNIOR *et al.*, 2009; GEDMMA, 2014; MENDONÇA; MARINHO, 2016; ALVES, 2016; SANTOS, 2018; ARCANGELI, 2020).

No entanto, conforme assinala Mendonça (2017, p. 156), a RESEX, apesar de ter seu conselho gestor criado pelos territórios rurais, nunca foi institucionalizada, porque o Estado e o capital entendem que ela seja, do ponto de vista econômico, um “entrave para o desenvolvimento, não do estado, mas da nação”.

³⁵ O Distrito Industrial de São Luís possui 106 indústrias (ARCANGELI, 2020).

Como se pode observar, os sucessivos vetores da modernização seletiva continuam aportando nessa área da metrópole, abrigo dos territórios rurais, impelidos a atender as necessidades de fluidez do mercado internacional, criando desigualdades na urbe ludovicense, de modo que, desde 2014, a disputa pelo uso do território do Cajueiro persiste, marcada por expulsões, conflitos e resistências.

A partir de 2014, esse território rural passou a ser ameaçado de expulsão devido à racionalidade modernizante de instalação do porto privado do consórcio de empresas lideradas pela WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda (atual TUP Porto São Luís S/A), assim como por sua sócia, a empresa chinesa CCCC – que, com o apoio do Estado, a partir de 2017 assumiu o investimento de capital para a construção desse macrossistema técnico, mas que, a partir de 2021, desistiu de seguir com tal compromisso.

No entanto, os conflitos atuais em torno da instalação do Terminal de Uso Privado – Porto São Luís “constituem parte de um processo maior de mudanças de uso e ocupação do território, tradicional zona rural do município de São Luís” (BURNETT, 2021, p. 2), como buscamos mostrar em nossa periodização. Trata-se de processos político-econômicos movimentados “a partir do imperativo da competitividade e localização nos territórios considerados portadores de vantagens locacionais e comparativas, logo mais aptos para acolher objetos técnicos, a exemplo das instalações portuárias” (SANTANA, 2018, p. 8).

Segundo Mendonça (2017), quando a WPR elaborou o relatório de impacto ambiental da área para construção do terminal portuário, que integrará parte do Complexo Portuário de São Luís, ela invisibilizou a existência do território do Cajueiro. Isto porque não reconhece o espaço rural de São Luís como constituído de comunidades tradicionais, pois “o território só é mencionado quando da análise do ‘meio socioeconômico’, e, ainda assim, com o propósito de evidenciar o caráter de ilegalidade da posse dos moradores” (MENDONÇA, 2017, p. 160), apagando a história territorial, o modo de vida desses habitantes e suas relações com o lugar.

Embora os moradores do Cajueiro tenham usado esse território secularmente e possuam a “Escritura Pública de Condomínio” concedida pelo ITERMA, a empresa construtora do empreendimento apresenta-se, desde 2014, como proprietária de extensa área de terra que inclui todo o núcleo Parnauaçu e parte do núcleo Cajueiro, o que aponta fortes indícios de grilagem, havendo, portanto, uma sobreposição de títulos de propriedades (MENDONÇA, 2017; ARCANGELI, 2020).

Tais práticas de acumulação via espoliação (HARVEY, 2005), legitimadas pelo Estado, deram-se sobre várias formas de violência e violações dos direitos humanos

denunciadas pelos moradores do Cajueiro. Isso acontece logo que a empresa WPR começa a se instalar ali, quando impõe uma série de normas ao território e passa a querer disciplinar os corpos (FOUCAULT, 2010) lugarizados, ditando as formas como os moradores deveriam usar o espaço e submetendo-os a vários constrangimentos cotidianamente. Sobre essas mudanças, Dona Lucilene, moradora do Cajueiro, pontua:

[...] sempre trabalhei juntando coco e em outros serviços aqui na comunidade, e determinada vez, de repente, eu indo apanhar o coco, fui barrada por um segurança que dizia que eu não podia entrar naquela área porque era área privada, sendo que eu sempre fiz isso [...]. (Entrevista concedida em 2021).

Nota-se que, além da destruição ambiental, aplicam-se restrições à circulação, afetando o exercício das práticas tradicionais como a pesca, a agricultura, a construção de moradia e mesmo as manifestações religiosas (Figura 13). Tais impactos mostram o poder político e econômico da empresa na instituição e regulação do território para fins econômicos (SANTOS, 1997), com o apoio do Estado, comprometendo a reprodução dos sujeitos abrigados no Cajueiro.

Todavia, o território local impõe-se ainda pelas contrarrazões, ou seja, pelas “formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização” (SANTOS, 2000, p. 54). Apesar das tentativas, a partir da racionalidade econômica, de um cotidiano obediente às regras impostas pela empresa, os moradores do Cajueiro não aceitaram e resistiram, como destaca outro morador do Cajueiro, o Seu Davi: “eles queriam que a gente usasse um crachá nos identificando como morador para poder circular e ter acesso ao nosso território, não aceitamos essa violência” (entrevista concedida em 2021). Forma-se, portanto, no lugar, “um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum” (SANTOS, 1997, p. 218).

Figura 13 – Destruição ambiental no território rural do Cajueiro



Fotografia: Cruz, 2021.

Para impor o controle sobre o território, a WPR passou a contratar empresas privadas de segurança, como a Leões Dourados, dotada do poder de coibir a ação dos moradores. Assim, se por um lado instalaram-se o clima de insegurança e os conflitos, por outro, organizaram-se ações de resistência contra essas imposições.

Tais fatos levaram os moradores, no ano de 2014, a interditar a Rodovia Federal BR-135 (Figura 14), principal artéria da capital maranhense, visando denunciar as ações arbitrárias das empresas responsáveis pela construção do porto e de seus jagunços privados (MOREIRA, 2015; ARCANGELI, 2020).

Figura 14 – Interdição da BR-135 pelos moradores do Cajueiro



Fonte: blog do Marcial (2014).

Além disso, a WPR usou táticas de intimidação com moradores para que estes vendessem suas casas e saíssem do território. Entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015, no núcleo Parnauçu, foram derrubadas 21 casas sob comando da empresa, a qual alegava ter ordem judicial para realizar tal ato (ARCANGELI, 2020). Essas ações foram marcadas por controvérsias, haja vista que a empresa não apresentou aos moradores os documentos judiciais autorizando a expulsão, fato que os levou a registrar boletins de ocorrência contra a WPR. Tais eventos resultaram em uma série de confrontos e violências envolvendo os moradores, por não terem sido consultados e informados a respeito dessas ações (MOREIRA, 2015; ARCANGELI, 2020). Consta-se também que:

Outra tática utilizada pela empresa foi a cooptação de moradores, com o discurso de que os desapossados receberiam indenização, provocando uma fragmentação interna no Cajueiro, dividindo a comunidade entre os que são contra e os que são a favor do empreendimento. Vale ressaltar que muitos moradores a favor da construção do porto não vivem de atividades tradicionais ligadas aos recursos naturais daquele território e/ou possuem outras propriedades na zona urbana de São Luís. Uma problemática fortemente presente no Cajueiro, que se intensificou desde o anúncio da construção do referido porto diz respeito à especulação e grilagem de terras no local (MESQUITA; SANT'ANA JÚNIOR, 2017, p. 8).

Foram diversas as transformações no modo de vida, no trabalho, na cultura e na economia das pessoas que tiveram suas casas derrubadas e foram expulsas nas primeiras ações da empresa para a implantação de uma nova divisão do trabalho no território, representante de “uma nova funcionalização das atividades e dos lugares, com a disfuncionalização de alguns lugares e atividades” (SANTOS, 2009 [1993], p. 125). Muitas dessas pessoas receberam indenizações irrisórias, insuficientes para comprar uma casa em outro lugar. Sobre esse evento, um antigo morador³⁶ do Cajueiro, alvo do processo de expulsão de 2014, relata:

[...] eu era morador do Cajueiro e tive que sair de lá em 2014 por medo e pressão, o que eu fazia lá era pescar e plantar, agora eu e minha família moramos na Vila Maranhão. Foi onde conseguimos comprar uma casinha. A minha mulher se vira hoje vendendo churrasquinho, água e faz também uns bicos de doméstica; já eu, como não tenho mais o mar para pescar, ganho a vida trabalhando como moto-táxi aqui mesmo no bairro... Mas a nossa vida mudou completamente, né? Não temos mais os nossos vizinhos, nossos locais de trabalho, né? E tivemos que descobrir outras formas de viver, porque não conseguimos emprego em lugar nenhum aqui da cidade. (Entrevista concedida em setembro de 2021).

Identifica-se nessa fala o modo como as modernizações seletivas, o planejamento capitalista nos territórios rurais, criam a força de trabalho no espaço urbano, na verdade, “uma população pobre que nem mesmo constitui uma reserva para o exército industrial [...], mas que

³⁶ Optamos por preservar a identidade do morador, levando em conta o pedido dele durante a entrevista.

está tão somente condenada ao trabalho ocasional” (SANTOS, 2004 [1979], p. 26). Se, por um lado, tais racionalidades modernizantes e excludentes – comandadas pelas empresas com o apoio do Estado – promoveram inúmeras ações repulsivas à população que se abriga no Cajueiro, por outro, essa mesma população produziu distintas ações e se manteve organizada, resistindo ao avanço de tais impulsos, como veremos a seguir.

O Cajueiro articulou-se com outras comunidades contíguas, componentes do conjunto dos territórios rurais da metrópole ludovicense, mostrando como “a contiguidade é criadora de comunhão” (SANTOS, 1997, p. 258). Ao mesmo tempo, mobilizou-se com outras esferas da sociedade pela defesa do lugar. Dessa forma se estabelecem conflitos e resistências na disputa pelo uso do território. Trata-se, portanto, da força da ordem local “como vida coletiva, como o lugar das existências” (SILVA, 2015, p. 23) para enfrentar os impulsos globais.

3.2 Expulsões e ações de resistência à instalação de um porto privado no Cajueiro

À medida que aumenta a pressão pela modernização autoritária do espaço, institui-se um território normado (SANTOS, 1997), mudando a dinâmica e desarranjando completamente o cotidiano das pessoas. O território normado tem sua primazia relacionada à força política e econômica da empresa, na busca por um espaço fluido, por isso “as normas das empresas, hoje, são uma das locomotivas do seu desempenho e de sua rentabilidade (SANTOS, 1997, p. 183).

No entanto, se a densidade normativa no Cajueiro aumenta, por outro lado o lugar também se firma por meio do território como norma (SANTOS, 1997). Encontra sua força no espaço herdado, nas rugosidades materiais e imateriais, na ancestralidade e na defesa de uma forma de viver no Cajueiro. Formando densidades comunicacionais aliadas às ações do cotidiano, “as relações comunicacionais são, ao contrário, uma resultante desse meio social ambiente [...] apontando para o reino da liberdade” (SANTOS, 1997, p. 205), construindo resistências e insurgências, táticas, estratégias e articulações políticas inerentes à construção histórica das identidades sociais (RIBEIRO, 1989, p. 19). Esse território rural se articula e fortalece à luz de toda a luta dos movimentos historicamente organizados diante dos interesses corporativistas.

Existem, dessa forma, conflitos entre a vida de relações desses sujeitos lugarizados e resistentes, produtores de informações ascendentes, de baixo para cima (SANTOS, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

As informações ascendentes produzidas expressam a luta pelo direito de existir, enlaçando, assim, a partir do lugar e pela troca, comunicações e a informações “destinadas à construção da cidadania e à produção de um sentido político-cultural” (SILVA, 2010, p. 27). Isso ocorre historicamente na construção das lutas frente aos impulsos globais e ao planejamento pensado como sinônimo de estrita busca pelo crescimento econômico hegemônico e concentrador de renda, cujo resultado na metrópole ludovicense é a reprodução das expulsões e desigualdades.

No caso do território rural do Cajueiro, as ações voltadas para a expulsão partem do poder da empresa. Foram diversas as negligências cometidas por ela em relação às audiências públicas em que deveriam informar as implicações da construção da obra sobre a vida dos moradores.

Chama a atenção a tentativa de realizar uma audiência pública, que seria comandada pela Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) em outubro de 2014, na Escola Gomes de Sousa, na Vila Maranhão em São Luís. A referida audiência foi impedida pelos sujeitos lugarizados que permaneceram em resistência. A partir da articulação local e da circulação de informação ascendente no lugar, “quatro moradores resolveram acorrentar-se nas grades de ferro da escola para impedirem que ocorresse a audiência porque temiam que a SEMA, mesmo contra a vontade da comunidade, pós-audiência emitisse a licença de instalação” (GEDMMA, 2014, p. 26). Seu Davi nos explica a natureza dessa ação:

[...] resolvemos nos acorrentar, porque eles estavam faltando com o respeito com a gente. A gente queria chamar atenção das autoridades para os abusos que eles estavam cometendo, passando o rolo compressor por cima da gente que é pobre, sem sequer pedir licença. (Entrevista concedida em 2021).

Tal fato revela como a ação social resistente (RIBEIRO, 2013) dos moradores do Cajueiro vai ganhando diferentes expressões, insurgindo-se em distintos espaços.

Houve outra tentativa de audiência pública, que aconteceria no Comando Geral da Polícia Militar no Bairro do Calhau para tratar da situação do Cajueiro, organizada pela WPR e pela SEMA e sem o aviso prévio hábil aos moradores. Estes, diante da situação e por meio da força ascendente ligada ao território, se opuseram à realização da mencionada audiência, organizando, no mesmo dia e horário, o que chamaram de audiência popular: na própria

comunidade e com o apoio de outros territórios rurais e dos movimentos sociais da região, denunciaram os atos violentos que vinham sendo cometidos pela empresa com o apoio do Estado (MOREIRA, 2015; ARCANGELI, 2020).

Evidencia-se dessa forma a potência desses sujeitos no lugar, “considerado como espaço de exercício da existência plena” (SANTOS, 2000, p. 55), para criar fatos novos com base nas solidariedades orgânicas diante das verticalidades desestabilizadoras (SANTOS, 1997).

O uso do território persiste permeado por constantes conflitos, de modo que, numa madrugada em abril de 2016, os jagunços contratados pela empresa demoliram quatro casas no território do Cajueiro. Conforme denúncias da época, tratou-se de uma ação pautada em agressões aos moradores e no descumprimento de ordens judiciais (ARCANGELI, 2020), fato que desencadeou novas ações de resistência por parte dos moradores.

Nesse contexto, o ano de 2016 foi também marcado, conforme nos relataram os moradores, por intensa supressão da vegetação no Cajueiro, pela destruição de casas e dos quintais das famílias, em prol do avanço da construção do empreendimento portuário, ação que levou inclusive o Ministério Público do Maranhão a afirmar que as obras eram irregulares. Segundo Seu Clóvis, morador do Cajueiro, foram feitos vários boletins de ocorrência sobre essas situações e sobre a desestruturação das casas:

A relação tá nos boletins de ocorrências, e tem que fazer esse levantamento também. E o que muitas pessoas talvez já perderam as provas, que tinha um terreno destruído, desmatado, que às vezes ele não lembra mais das plantações que ele tinha, o que tinha e o que não tinha. E, além disso, também tem os danos morais, e precisa ser incluído dentro disso tudo. Não é só o prejuízo da plantação, do tempo, mas do modo de vida, porque se propôs que tu vai remanejar o cidadão dali pra outro lugar, mas que ele não vai ter mais aquela praia ali pra pescar, isso tem que ser olhado também e ser reparado. Tem um monte de outros fatores que vai além de bens material, prejuízo.

Balizando-se na necessidade de expor as ilegalidades em tela, os moradores do território rural do Cajueiro organizam mais uma audiência popular, em janeiro de 2017, a qual conta com a participação da Promotoria de Conflitos Agrários, da Defensoria Pública do Estado, e das Secretarias de Segurança Pública e dos Direitos Humanos do estado do Maranhão.

Por seu turno, em abril de 2017 o consórcio CCCC assinou o acordo de investimento com a WPR para construção do Terminal Portuário no Cajueiro, situação geradora de mais conflitos.

No mesmo ano, a destruição do poço artesiano da comunidade, o desmatamento para a construção do macrossistema técnico e o tráfico de milícias privadas no território desencadearam ações de resistência no mês de dezembro. Nessas ocasiões os moradores do

Cajueiro, junto com movimentos sociais e setores da sociedade civil, organizaram-se politicamente em frente ao Palácio dos Leões (Figura 15), sede do poder público estadual. Denunciaram, assim, as situações que atravessam esse território rural e reivindicaram a valorização do tecido social e da cotidianidade formada historicamente no lugar, na temporalidade do cotidiano (RIBEIRO, 1989).

Figura 15 – Moradores protestando em frente ao Palácio dos Leões



Fonte: blog Atual7 (2021).³⁷

Tais ações levaram a SEMA a suspender o licenciamento ambiental que permitia a construção do macrossistema técnico, até a conclusão do laudo técnico. Diante de tantas denúncias de irregularidade e desmatamento da vegetação nativa, como babaçuais, juçarais, manguezais, protegidas por legislações ambientais específicas, o Estado parecia não poder se omitir.

No entanto, conforme assinala Arcangeli (2020, p. 157), como parte da mobilização organizada pelo território rural do Cajueiro,

[...] a SEMA foi ocupada pelos trabalhadores e movimentos sociais no dia 26 de dezembro para cobrar uma posição estatal sobre o laudo prometido pela secretaria, mas o Secretário Marcelo Coelho comunicou aos presentes que o laudo deveria ficar pronto somente no mês de janeiro de 2018 e que seria apresentado para a comunidade antes da decisão final sobre a manutenção ou não da licença para que a WPR retomasse os serviços e que, por enquanto, a suspensão da licença ambiental estaria mantida.

³⁷ Disponível em: <https://atual7.com/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Contudo, mesmo diante de tais eventos geográficos, a WPR retomou o processo de construção do empreendimento, ocasionando a destruição ambiental e desregulando o cotidiano dos sujeitos abrigados no Cajueiro a partir de janeiro de 2018.

Além do mais, celebrando o acordo entre a CCCC – resultado dos acordos bilaterais assinados pelo então presidente Michel Temer e o chinês Xi Jinping em setembro de 2017 –, a WPR e o governo do Maranhão, em março de 2018, após uma recepção em um hotel, reuniram o governador do Maranhão, Flávio Dino, autoridades chinesas e representantes da WPR para o lançamento da Pedra Fundamental do porto. Tal celebração terminaria com uma caminhada até o território rural do Cajueiro para afixar a pedra símbolo do acordo no local de construção do porto.

Ao mesmo tempo que os moradores do Cajueiro e de outros territórios rurais contíguos lutam pela efetivação da Resex de Tauá-Mirim, movimentos sociais e grupos de pesquisa da UEMA e da UFMA realizaram forte mobilização no território do Cajueiro para protestar contra esse ato, mesmo diante de intenso aparato policial (Figura 16) disponibilizado para disciplinar os corpos dos sujeitos resistentes.

Figura 16 – Resistência contra o lançamento da Pedra Fundamental no Cajueiro



Fonte: página Esquerda Online (2018).³⁸

Podemos observar a importância dessa ação de resistência, conforme descreve o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questão Agrária (NERA/UFMA), na carta intitulada “Briga do Ovo com a Pedra”, em apoio ao Cajueiro e como forma de denúncia das desigualdades provocadas por esse projeto de modernização.

³⁸ Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2022.

O ovo em questão é certamente a comunidade do Cajueiro e aqueles que se deslocaram pra lá para apoiá-la contra a construção do porto, moradores de outras comunidades da zona rural de São Luís, indígenas, quilombolas, camponeses, estudantes e militantes de muitas origens e filiações. A pedra é a própria empresa WPR, mas ela não estava sozinha. Não bastasse o poderio já demonstrado, a empresa pode contar com todo o aparato repressivo do Estado, até agora a indagação ficou no ar, pra quê tudo aquilo? Estavam presentes mais de dez viaturas da polícia militar, motocicletas e homens fortemente armados de diversos batalhões (Operações Especiais e Cavalaria), e antes da primeira tentativa de realizar a solenidade de lançamento, por volta das 11 da manhã, chegaram ainda uma ambulância do SAMU e um caminhão dos bombeiros. Teria a intenção de refrescar os manifestantes com água? Do que foi testemunhado, tudo aquilo estava ali, a serviço da empresa WPR/Wtorres e da CCCC para garantir a implantação do porto privado. A tentativa de implantar esse porto tem ocorrido com violência contra as pessoas, destruindo casas, babaçuais, promovendo desmatamento, impondo a destruição dos modos de vida e ameaçando de desterritorialização as comunidades, que têm na terra e nas águas onde o porto pretende se instalar sua principal fonte de sustento.

Tal ação reafirma:

[...] a aliança do Estado através do governador Flávio Dino com a WPR/Wtorres e a empresa chinesa, [que] uniram esforços para acelerar o processo, realizaram uma solenidade nesta sexta-feira dia 16/03/2018 conforme está publicado no site do governo do estado. E assim o fizeram, passando por cima dos direitos territoriais dos moradores e da legislação ambiental vigente. Enquanto ocorria a solenidade no hotel, os homens da cavalaria e demais policiais se posicionaram entre os manifestantes e o espaço reservado à solenidade. Nesse momento os manifestantes entoaram canções e místicas pedindo chuva. E ela veio. Foi impagável. Enquanto isso continuavam os preparativos para cerimônia de lançamento da pedra “fundamental” do porto São Luís na comunidade do Cajueiro, ou da pedra imoral, como afirmou uma moradora do território. Para recepcionar a cúpula envolvida nesse empreendimento, o trânsito estava movimentado com grande circulação de diversos carros, em maioria do porto do Itaqui e outros transportando equipamentos e pessoas para organizar um espaço confortável que garantisse a recepção da delegação dos chineses, da empresa e convidados. Pouco antes de 15 horas começaram a chegar os investidores Chineses e um helicóptero sobrevoou, mas não pousou. Seria alguma autoridade que não teve a coragem de encarar um desgaste?

Assim,

Os investidores e autoridades chinesas não puderam usufruir do buffet que lhes havia sido preparado, o sistema de som instalado para o evento foi subutilizado, pois primeiras palavras foram sufocadas pelos gritos de “China go home” proferida pelos manifestantes, mesmo impedidos de se aproximar por uma barreira policial e segurança privada. Houve momentos de tensões com agressão a manifestante. Em menos de 15 minutos os chineses já estavam nos seus respectivos ônibus retornando para o hotel, lembrando que alguns chineses chegaram atrasados, assim não participaram do desprestigiado lançamento da tal pedra que significa nada para o povo que resiste contra esse empreendimento. Como foi dito por gente do território, essa tal pedra no caminho do povo não significa nada, fundamental é o território e a gente que a ele pertence, as águas, os lugares sagrados, os manguezais, o camarão, o coco babaçu, a manga, alimento que vem da terra e gera vida. Durante as falas dos manifestantes, muito foi dito o quanto é fundamental a existência do território, inclusive aos que estão com os opressores, muito da comida que é comprada nas feiras da cidade e chega as suas mesas, tem origem no lugar que estão querendo destruir. *Na luta do ovo com a pedra, o ovo estragou a festa, como um convidado indesejado, que diz o que não deve. Porém, a pedra/empresa WPR/a empresa chinesa CCCC nunca*

foram convidadas para vir ao território pelos seus legítimos herdeiros (NERA, 2018, grifo nosso).

Após a intensa mobilização das comunidades rurais do território do Cajueiro, os representantes do Estado, junto com os investidores Chineses e da empresa WPR, desistiram de ir até o Cajueiro, mostrando que a organização, a manifestação coletiva dos movimentos sociais e das classes populares postula presença e efeito na esfera política (RIBEIRO, 1989).

O uso corporativo do território com a apropriação das terras, a violência e as sucessivas expulsões e brutalidades contra os moradores do território rural no ano de 2018 continuaram a acontecer. Conforme assinala Arcangeli (2020), no período de abril a novembro de 2018 várias ações foram empreendidas pela WPR, contando com o apoio da Polícia Militar do Maranhão para demolir casas de moradores do território (Figura 17). Por conta desses eventos, **intensificaram-se as perseguições aos moradores que seguiam na resistência – os quais, mais uma vez, precisariam se identificar para poder entrar em suas residências e circular no território** –, bem como aos advogados, militantes sociais e pesquisadores.

Figura 17 – Demolição de casas no Cajueiro denunciadas na imprensa



Fonte: *Imirante* (2018).

No ano de 2019 os usos do território e as pressões modernizantes redundaram em intensos confrontos envolvendo os moradores do Cajueiro. Suas formas de enfrentamento em relação à modernização seletiva do território para fluidez de agrominerais materializaram-se, ainda mais, pela articulação do lugar com outros segmentos da sociedade ludovicense.

Durante o ano de 2019 chamam atenção dois eventos de resistência: (i) os enfrentamentos do dia 12 de agosto; e (ii) a ocupação da Secretaria de Direitos Humanos do

estado do Maranhão, ocorrida entre os dias 23 e 26 de agosto. A complexa situação do dia 12 de agosto resultou na expulsão de cerca de 28 famílias, cujas casas foram demolidas em razão de um processo de reintegração de posse derivada de um interdito proibitório movido em 2014 pela empresa portuária contra a União dos Moradores do Cajueiro. Tal evento configurou-se na história de luta do Cajueiro, conforme o relato dos moradores e das pessoas que seguiam na resistência, como um dos mais violentos atos cometidos pela empresa e pelo Estado (Figura 18). A forma como a ação ocorreu impulsionou vários movimentos sociais, coletivos e grupos de pesquisas das universidades maranhense a se articularem em um grande ato de defesa do território rural do Cajueiro em frente ao Palácio dos Leões e, ao mesmo tempo, na comunidade.

Figura 18 – Reportagem sobre violência policial contra moradores do Cajueiro



Fonte: *Maranhão Hoje* (2019).

Tal ordem de despejo, carregada de inúmeras arbitrariedades envolvendo forte aparato militar do Estado e as empresas associadas, foi denunciada pelos manifestantes (Figura 19), destacando que a ação destruiria casas, vidas, a economia local e produziria consequências irreparáveis aos moradores do Cajueiro, por meio de estratégias ilícitas que desde 2014 vinham sendo colocadas em curso.

Figura 19 – Ato de resistência em defesa do território do Cajueiro



Fotografia: Cruz, 2019.

Paralelamente, enquanto a sociedade civil organizada e os sujeitos envolvidos se manifestavam em frente ao Palácio dos Leões, foram mobilizados 180 policiais (Figura 20) ao território do Cajueiro para concretizar a ação, fato este fortemente noticiado em canais de mídia alternativa³⁹ ou de massa por conta da repressão policial.

Todo esse quadro de violência gerado pela desapropriação das famílias do Cajueiro se deu sob fortes conflitos e resistências. Mesmo assim, ao final do dia várias pessoas estavam desabrigadas (Figura 21) e desassistidas pelo Estado – que naquele momento se eximiu de qualquer responsabilidade pelos conflitos alegando que, diante de uma ação judicial, não tinha forças para impedir a situação criada.

³⁹ Esse evento ganhou grande repercussão na mídia local e nacional, isso porque uma das estratégias usadas pelos moradores passa pela utilização de celulares. Eles fotografam e gravam as situações e, posteriormente, enviam esses registros para meios de comunicação alternativa que acompanham o movimento, como o Coletivo sobre O Tatame; o jornal *Brasil de Fato*; o portal de notícias Mídia Ninja; o Coletivo Teia de Comunicação Popular do Brasil; jornal *Vias de Fato* e Coletivo Pinga Pinga.

Figura 20 – Resistência e violência no Cajueiro pela ação de despejo



Fonte: GEDMMA (2019).

Figura 21 – Derrubada de moradias no Cajueiro



Fonte: GEDMMA (2019).

O impacto visual da paisagem, a partir de tais imagens, revela como a brutalidade das expulsões produz uma violência tendo como alvo, além da natureza, as mentes e os corpos negros (MBEMBE, 2018; 2020).

Este evento fez os moradores do Cajueiro, mais uma vez, se sentirem abandonados pelo Estado, o qual, apesar de seu “forte poder de intervenção na realidade social através, sobretudo, dos atos de planejamento e através da administração política das necessidades sociais” (RIBEIRO, 1989, p. 22), nada fez para defendê-los. Igualmente, mostra que “os pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou que lhes fazem. E não podem manter por muito tempo os terrenos que adquirem ou lhes dão, sujeitos que estão, na cidade corporativa, à lei do lucro” (SANTOS, 2007, p. 63).

Para além disso, parte da sociedade ludovicense mostrou-se fortemente descontente com tal ação. Via-se o retrato da situação que chegava do lugar, principalmente através das mídias alternativas em suas redes sociais (Quadro 1). Destaca-se, assim, que a mídia alternativa tem desempenhado um papel mediador importante nessas articulações e no fortalecimento da luta pelo direito ao território das comunidades tradicionais na metrópole de São Luís, na circulação de informações ascendentes, expondo o dilema das resistências e da sobrevivência dessas comunidades (SILVA, 2010).

Quadro 1 – Difusão de informações ascendentes da ação de resistência de 2019

Tipologia	Matéria sobre ação de resistência	Canais de compartilhamento
Portal de notícias/coletivo-Sobre o Tatame	“Mais rotas e menos vidas: o ‘caso’ do porto no Cajueiro, em São Luís.”	Site/Facebook e Instagram.
Jornal Brasil de Fato	“PM age com violência em despejo para construção de megaporto no Cajueiro (MA) Ao menos 28 famílias estão sendo removidas, com decisão judicial conflitante, para construção de empreendimento chinês.”	Jornal impresso, portal de notícias, Facebook, Instagram, Twitter e YouTube.
Portal de notícias Mídia Ninja	“Comunidade de Cajueiro protesta contra despejo forçado de famílias no Maranhão.”	Jornal impresso, portal de notícias, Facebook, Instagram, Twitter.
Coletivo Teia de Comunicação Popular do Brasil	“A Comunidade do Cajueiro, situada na zona rural de São Luís, no Maranhão, enfrenta, neste momento, mais um grave conflito. O despejo forçado da comunidade ocorre em meio à série de arbitrariedades relatadas pelos moradores e pela sociedade civil.”	Facebook, Instagram e Twitter.
Jornal Vias de Fato	“Moradores da comunidade Cajueiro, São Luís, Maranhão, estão acampados na porta do Palácio dos Leões desde ontem (11/08), domingo, contra uma ação de despejo forçado que pretende derrubar casas da comunidade para construção de um porto privado da empresa WPR”.	Jornal impresso, Facebook, Instagram e Twitter.
Órgão Comissão Pastoral da Terra	“#ComunidadeCajueiroResiste Despejo forçado de moradores da comunidade do Cajueiro, zona rural de São Luís (MA)”	Portal de notícias, Facebook, Twitter e Instagram.
Coletivo Pinga Pinga	“Caminhões, tratores e muita polícia chegam na Comunidade do Cajueiro.”	Facebook e Instagram

Parte dessa problemática é o fato de mulheres grávidas, crianças e idosos em defesa de seu território, durante a referida ação, serem submetidos a situações de violência policial das mais variadas, como descargas de *sprays* de pimenta, cerceamento de sua liberdade e pressões psicológicas. O Seu Manoel, um dos moradores expulsos nessa ação, relata as violações que sofreu:

Derrubaram, passaram a máquina em tudo, eu tinha muito cafezal, eu tomava café do meu sítio, eles destruíram tudo, lá não ficou nada. Então, eu acho que até isso, fica um pouco assim difícil para pessoas que tinham suas plantas hoje conferir, saber o que tinham. E em relação os animais, que eu tinha muito, que eles derrubaram a minha casa, eu tinha aves e cachorros, e num momento lá, o advogado deles me chamaram, e eu fui chegando pra mim querer ao menos adentrar na minha casa para mim botar meu celular pra carregar, quando eu fui querendo entrar eu fui barrado pela policial que fez um cerco bem na porta, me empurraram, né? Aí depois o advogado me chamou: “olha, rapaz, aqui é o seguinte. Você tem duas opções: ou você aceita por bem ou por mal. Foi disponibilizado 180 policial pra gente, pra lhe arrancar a força de dentro da sua casa se for necessário”. Eu digo: “meu amigo, e meus animal, vai ficar como? Eles disseram: “Seus animal a gente se responsabiliza em ficar com eles até você ter um lugar pra colocar”. E eu vendia, comprava, fazia muitas coisas com meus animais. O que eles fizeram? Diz que pra tomar de conta, ficaram com os cachorros e levaram lá pra uma casa lá que a casa era abandonada. Deixaram lá, os cachorros tudo solto, um morreu lá machucado pelos outros, né? Que era tudo solto lá na casa onde eles deixaram. E lá onde eu vivia era tudo dentro de uma baia bonitinha. Aí, o que eles fizeram com os animal? Mandaram castrar os animal tudinho sem me avisar nadinha, eles deram os cachorros tudinho e mais os três que morreram. E, até agora, nunca me disseram nada. Essa é uma das partes que mais me dói, né?

É nesse sentido que as sucessivas expulsões no Cajueiro têm se constituído como uma descaracterização das formas de vida, trabalho, moradia, economia e tradição, submetendo os seus moradores aos maiores constrangimentos possíveis.

Tal lógica perversa indica que, nas formações socioespaciais capitalistas, “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” (SANTOS, 2007, p. 107), das suas condições, cor, gênero e do seu papel na produção da mais-valia.

Mesmo diante dessa situação, o Estado continuou calado. Mas os moradores do Cajueiro responderam: ocuparam, no dia 23 de agosto de 2019, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão (SEDIHPOP) (Figura 22), cobrando um canal de negociação e uma resolução para o impasse. Apoiados pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais, permaneceram na secretaria por 62 horas como forma de chamar a atenção para a expulsão que havia acontecido no dia 12.

Figura 22 – Ocupação da SEDIHPOP pelos moradores do Cajueiro



Fonte: GEDMMA (2019).

Durante o período de ocupação, os moradores que se encontravam na SEDIHPOP articulavam-se com os movimentos sociais para eles pudessem dar força a mais essa ação de resistência. Assim, alimentação e produtos de higiene foram levados para que eles permanecessem ali, pois:

Durante o período em que os moradores estiveram ocupando o prédio, houve uma série de restrições. A alimentação foi supervisionada pelos policiais do Gabinete Militar, houve a proibição de entrega de itens de higiene pessoal, impedimento do acesso de advogados a seus clientes, e proibição da entrada da Comissão de Prerrogativas da OAB/MA. O Governo do Estado do Maranhão ainda colocou o Gabinete Militar para controle da Secretaria de Direitos Humanos (CPP NACIONAL, 2019, s/p).

A desocupação do prédio ocorreu no dia 26 de agosto, depois de várias reuniões entre os ocupantes e as defensorias públicas do estado e da União. Após as sucessivas denúncias de violação de direitos humanos, que ganharam repercussão nacional, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos determinou sua vinda ao Maranhão em outubro de 2019, para acompanhar a situação de conflito que envolvia o Cajueiro e as comunidades de Alcântara – em decorrência da ampliação da Base de Foguetes de Alcântara.

O Seu Davi, um dos moradores que ocupou a secretaria, explica que esse evento foi motivado pelo laço com o lugar. Nas palavras dele: “se me arrancarem do Cajueiro, eu vou sair com muita dor, por isso é que a gente ocupa, se amarra, porque não vamos entregar os nossos direitos”.

Se esses eventos geográficos de 2019, por um lado, mostram o uso seletivo do território como recurso desestruturando a vida nos lugares, por outro, revelam como as pessoas vão formando barreiras, barricadas, tomam os prédios de administração pública da cidade, “perturbam” a ordem do Estado, dos planejadores e dos gestores da cidade dizendo da potência das ações coletivas dos homens lentos (SANTOS, 1997; RIBEIRO, 2013).

No início do ano de 2020, dois moradores dos mais antigos do Cajueiro receberam uma ordem de desapropriação do seu território: Seu Joca, 86 anos, e Sr. Pedro, 88 anos. Após intensas mobilizações⁴⁰ e pressões da sociedade civil, o governo do estado do Maranhão determinou que não houvesse desintegração de posse. Essas duas famílias puderam, assim, comemorar em 2020 a anulação do Decreto nº 02/2019, emitido pela Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SEINC) em ação movida pela empresa portuária contra elas e mais cinco famílias. A anulação do decreto evidencia que esse e os demais processos judiciais possuíam ilegalidades, como já vinha sendo denunciado pela comunidade e pelos demais agentes sociais que participam da luta do território rural do Cajueiro.

Desde o início da implantação do porto no território, o Seu Joca é constantemente ameaçado de expulsão, porque a empresa se considera dona da área em que a casa está – de onde ele retira os recursos produzidos pela sua família e necessários à sua reprodução (Figura 23). Acerca do caso, Seu Joca afirma:

[...] essa empresa chegou em 2014, eles chegaram bem ali e me falaram: seu Joca sua casa aqui é 40 mil, eu disse o senhor está olhando placa de venda? Ele disse, não. Eu disse: se eu pegar 40 mil nisso aqui, eu vou chegar lá fora e eu não compro outra casa como essa daqui. Então para mudar o assunto, isso aqui não tem preço, porque não está pra venda, e o que eu vi depois, é que eles desmataram tudo isso. Graça a Deus aqui no Maranhão não tem terremoto, mas um terremoto pelo que eu já vi na televisão é um fim do mundo, e foi isso que eles fizeram aqui. Desmataram quase a área toda que eles precisam, coisas que pessoas humanas não deveriam fazer para ninguém. Esse tipo de trabalho é feito por pessoas desumanas, pessoas que acham que o Deus deles é o dinheiro. Eu ainda digo o seguinte: eu sou pai de treze filhos e o que eu tenho e quero deixar para eles é isso aqui, então eu não posso dar para ninguém de graça. Olha eu, é o que eu mais imagino hoje, é se eu chegar a sair daqui com vida pra onde é que eu vou.

⁴⁰ Nesse contexto os movimentos sociais chegaram a passar uma noite em vigília no território do Cajueiro para evitar a destruição das casas dos moradores.

Figura 23 – Produção no quintal do Seu Joca



Fotografia: Cruz, 2021.

A instalação do porto privado no território rural do Cajueiro, segundo Sr. Clóvis, um dos moradores, “causa mais desemprego nas comunidades rurais, do que emprego a população ludovicense”. No período de 2020 e 2021, mesmo durante a pandemia de covid-19, a obra continuou a avançar, ainda que tenha sido paralisada em alguns momentos.

As constantes ameaças de expulsão continuam desestabilizando o cotidiano dos sujeitos abrigados no Cajueiro. No entanto, como ressalta Clóvis, “a pressão, aumenta por lado, por outro, aumentam duas vezes mais as resistências”. No tecido social da metrópole, esses sujeitos não vão aceitar sem atrito as ordens que visam a reprodução sistêmica do capital.

Três anos após ter entrado como a principal acionista, com 51% das ações, e tendo avaliado em R\$ 2 bilhões o montante a ser investido para construir o porto privado no Cajueiro, a CCCC desistiu, em 2021, de levar para frente a instalação desse macrosistema técnico para fluidez territorial. Segundo fontes revelaram ao jornal *Valor Econômico*, “a companhia não conseguiu o financiamento de US\$ 500 milhões originais necessários para a construção do condomínio multicargas de São Luís”. No entanto, um dos chefes destaca que o motivo também está relacionado “à uma série de questões fundiárias, que atrapalharam o projeto”.⁴¹

⁴¹ Disponível em: <https://www.sopesp.com.br/2021/07/01/porto-da-ccc-no-maranhao-nao-sai-do-papel/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

Já os moradores do Cajueiro ressaltam que a desistência está relacionada à luta das comunidades tradicionais, que diversas vezes denunciaram ao governo chinês as várias violações cometidas pelos responsáveis pela construção do porto. Tal esforço parte a premissa de que “manifestações e movimentos sociais que nascem na escala do lugar ganham pressão global e fazem garantir direitos” (SILVA, 2015, p. 23).

Em 2021 o Conselho Nacional dos Direitos Humanos denunciou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, com sede em Nova York, a situação do Cajueiro, que representa a realidade de centenas de comunidades no Maranhão. O documento destaca o desrespeito às proteções das comunidades tradicionais garantidas pelas legislações estadual e nacional, bem como por entidades internacionais, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas (ONU), das quais o Brasil é signatário. Fala também das sucessivas desapropriações desses “sujeitos corporificados, isto é, sujeitos de direitos, previstos e garantidos em leis” (RIBEIRO, 2013, p. 31).

Essa denúncia internacional se baseou no relatório sobre a situação dos direitos humanos das comunidades tradicionais do Cajueiro elaborado pelo professor Frederico Lago Burnett, que por sua vez recorreu a muitas informações produzidas em trabalhos acadêmicos anteriores e obtidas em trabalho de campo. O autor considerou

[...] como o mais grave desrespeito ao direito das comunidades tradicionais do Cajueiro, origem e razão dos demais – à terra e ao trabalho, à moradia, à mobilidade – o não reconhecimento por parte do Estado da condição coletiva de posse e ocupação do território por parte dos moradores. Esta atitude do Estado, em suas representações estadual e municipal no Maranhão, constitui as mais graves ameaças aos grupos sociais que, principalmente nas áreas rurais, têm sido objeto de programas de modernização e desenvolvimento que têm comprometido suas condições de vida. Atitudes contra as quais a Convenção 167 da OIT (2011) e a Declaração de Direitos Humanos da ONU (2018) se opõem fortemente, alertando para os graves riscos sociais e ambientais das atitudes que negam o respeito e a defesa de formas de existência coletiva e de baixo impacto sobre os recursos naturais (BURNETT, 2021, p. 37).

Por outro lado, as diversas ações de resistência por parte dos moradores continuaram a acontecer na cidade de São Luís, como reuniões, audiências, fechamento de avenidas, denúncias e protestos em 2021 (Figura 24). Tais reivindicações no espaço urbano, com distintas ações diretas, foram reprimidas com violência, fato que ocorre em todas as metrópoles brasileiras (RIBEIRO, 2013).

Figura 24 – Moradores do Cajueiro em protesto na Praça Maria Aragão



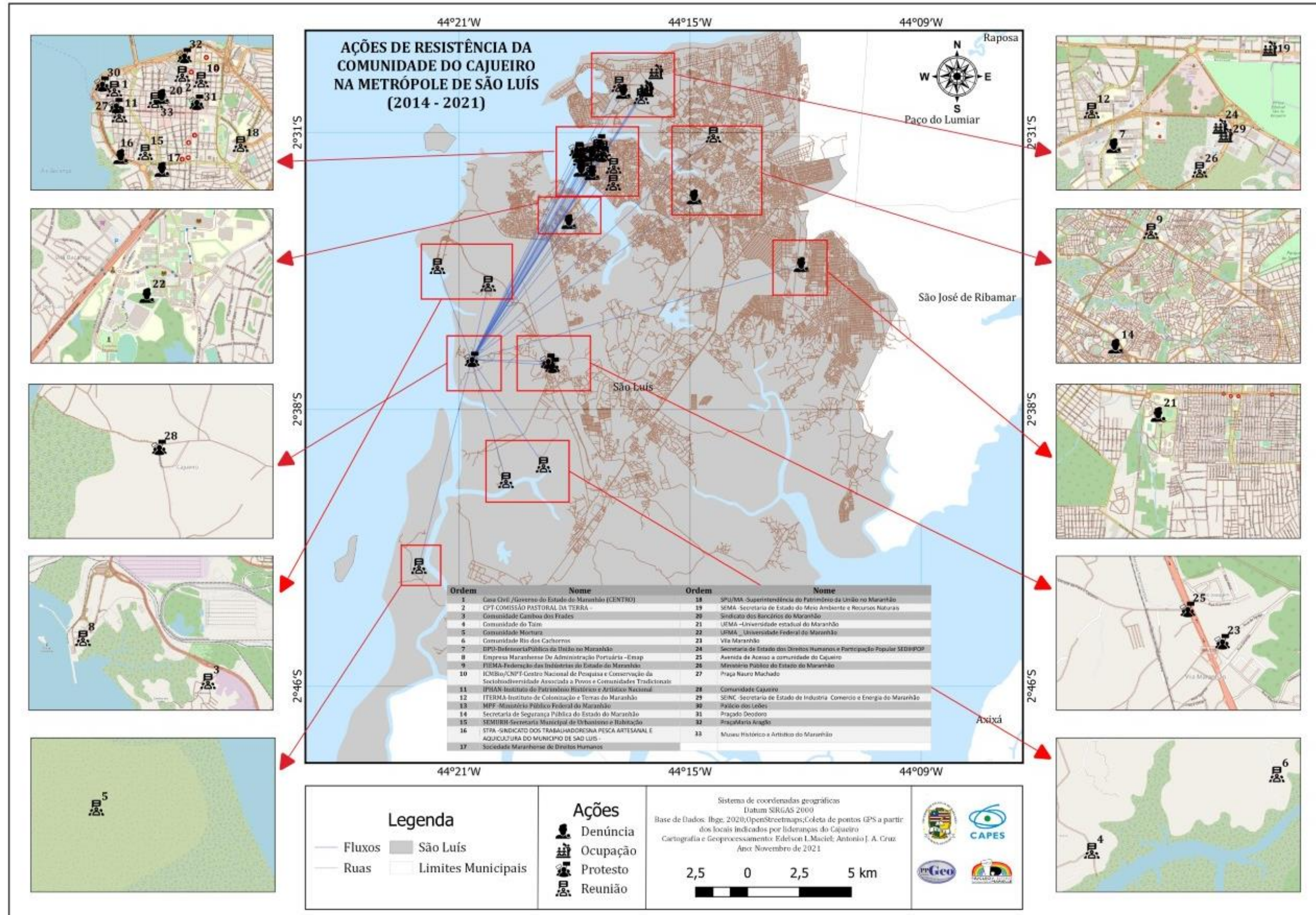
Fotografia: Cruz, 2021.

No dia 15 de outubro de 2021, marcado por protesto na metrópole de São Luís contra o presidente da República Jair Bolsonaro, os moradores aproveitaram para falar da luta do Cajueiro para toda a população que participava do ato. Numa ação simbólica, também plantaram uma muda de Cajueiro na Praça Maria Aragão, na área central da cidade (Figura 24). Tal ação, segundo o Seu Davi, significava que

[...] as raízes do Cajueiro, ao serem fincadas nesse lugar da cidade, será um testemunho de que Cajueiro resiste. É o testemunho que tem uma comunidade sendo expulsa do seu lugar de uma vida inteira, mas que jamais fugiu da luta, de defender o seu território. (Entrevista concedida em 2021).

Desde 2014, como buscamos destacar, as comunidades tradicionais estabelecidas no território rural do Cajueiro foram se apropriando do espaço de São Luís de diferentes formas para responder às ações dos agentes hegemônicos. Criaram e somaram forças com diferentes movimentos populares na cidade (Figura 25) e, juntos, manifestam-se questionando a ordem cotidiana constituída. Isso se deu por meio de protestos, fechamento de ruas e ocupações, estabelecendo-se como linhas de força que atravessam e conformam o espaço urbano da cidade. Colocando-se contra as expulsões e desigualdades socioterritoriais ligadas às modernizações seletivas, tais “linhas de forças [...] permitem reabrir essa potência de confrontar o presente e ampliar o horizonte dos possíveis” (TELLES, 2010, p. 61).

Figura 25 – Ações de resistência do território rural do Cajueiro na metrópole de São Luís



Elaboração: Cruz e Maciel, 2021.

No mapa das ações de resistência dos moradores do Cajueiro (Figura 25), podemos perceber como esses sujeitos vão tomando a urbe ludovicense de diferentes formas e a partir de distintas estratégias. Os protestos se estendem do Cajueiro e se materializam nas diversas regiões da cidade, mas a maioria ocorre no Centro Histórico. Entre 2014 e 2021 aconteceram protestos todos os anos nessa parte da cidade, principalmente em frente ao Palácio dos Leões – uma estratégia para visibilizar as ações e pressionar diretamente o governador do estado.

Podemos observar ainda, em relação à tipologia das ações de resistência, que as ocupações e reuniões para tratar da situação do Cajueiro em grande parte acontecem no centro da cidade. Conforme nosso levantamento, foram pelo menos trinta ações de resistência somente em torno do núcleo central, entre protestos, reuniões, audiências, denúncias e ocupações. Os lugares das ações foram sobretudo praças (Maria Aragão, Deodoro, Nauro Machado, Dom Pedro, entre outras); avenidas e ruas (Rua Rio Branco, Rua do Passeio, Avenida Beira Mar, entre outras); sindicatos (por exemplo, o Sindicato dos Pescadores e o dos Bancários), entidades de bases (como a CPT), além dos diversos prédios públicos.

Já no espaço rural, as mobilizações ocorreram em várias comunidades tradicionais, além do próprio território do Cajueiro. Entre elas podemos destacar: Camboa dos Frades, Rio dos Cachorros, Taim, Tuá-Mirim, entre outros lugares de onde se pensavam as ações de resistência para os espaços da metrópole. Essas formações e articulações políticas, gestos comunicacionais dos lugares, foram fundamentais, por exemplo, para as ocupações da BR-135, que corta os territórios rurais e dá acesso para toda a urbe.

No período de 2014 a 2021, reuniões e denúncias se capilarizam de forma estratégica por todo o tecido da cidade, com a participação em eventos científicos na UEMA, na UFMA, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), bem como no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) e em outras escolas públicas. Além disso, as diversas secretárias de governo lastreadas em São Luís são ocupadas para tratar das lutas (a exemplo da SEDIHPOP e da SEMA).

Há, assim, uma articulação horizontal com movimentos sociais, grupos de pesquisa e de comunicação popular, tais como: o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP); a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas); o GEDMMA; o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão (MIQCB); a Justiça nos Trilhos (JNT); a Associação Agroecológica Tijupá; o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular NAJUP Negro Cosme/UFMA; a Comissão Pastoral da Terra; a Agência Tambor; e o coletivo Pinga Pinga.

Juntos, nos interstícios da metrópole fragmentada, resistem à racionalidade territorial hegemônica expulsora, que busca “o controle da ordem urbana” (MONTEIRO, 2007, p. 42) a partir de interesses, intencionalidades e ideologias particulares. Essas racionalidades dominantes, como sabemos, procuram usar a cidade para a produção da mais-valia, desconsiderando a vida das pessoas, seus laços afetivos com os lugares (TUAN, 1980). São desvalorizadoras do espaço geográfico sob a perspectiva existencial (SILVEIRA, 2006), constituído de conteúdos, anseios, desejos e projetos desses sujeitos reivindicantes e contestadores (RIBEIRO, 1989). Porém, o Cajueiro, por meio de suas estratégias e seus recursos, como mostramos, dá suas respostas.

Apresentamos, assim, a situação geográfica do Cajueiro perante a pressão de modernização expulsora, com “frequentes e numerosos despejos violentos e dramáticos” (MARTINS, 2009, p. 154), bem como buscamos dar visibilidade às resistências e à força apresentada pelos sujeitos lugarizados. No próximo capítulo, trataremos da situação geográfica do território rural da Camboa dos Frades, que também é alvo das expulsões promovidas pelas modernizações seletivas da metrópole de São Luís. Mais recentemente, essa comunidade tradicional de pescadores vem sofrendo pressões pela modernização do Porto do Itaqui.

4 MODERNIZAÇÃO DO PORTO DO ITAQUI E DEGRADAÇÃO DA VIDA DE RELAÇÕES NO TERRITÓRIO RURAL DA CAMBOA DOS FRADES



Fotografia: Cruz, 2021.

No presente capítulo refletimos sobre a situação geográfica da Camboa dos Frades em meio à modernização do Porto do Itaqui, destacando como a ação hegemônica desestrutura as práticas e o saber local de pescadores artesanais. Isso porque, não raro, esse tipo de processo procura “as rupturas e nega a história das pessoas comuns, assim, parece também negar o trabalho, a história e o modo de vida dos pescadores. É uma racionalidade que quer ser dominante, e para esse fim, arrasa com a história dos lugares” (SILVA, 2009, p. 159-160).

Assim como a periodização proposta na análise da cidade de São Luís, essas reflexões nos ajudam a compreender como se firma historicamente a relação dialética e contraditória entre “a atividade portuária e territórios tradicionais ou urbanos, que se reveste de maior complexidade, gravidade e desafios na medida em que, há muito, já se acumulam passivos sociais e ambientais decorrentes da implantação do Porto Público do Itaqui” (SANTANA, 2018, p. 3).

Revela-se, dessa forma, como a busca pela competitividade no período histórico atual (SANTOS, 2000) reorganiza o território brasileiro, criando e renovando materialidades e sistemas técnicos, para entrar na divisão técnica, territorial e internacional do trabalho, em diferentes espaços da nossa formação socioespacial. É dessa maneira, como nos diz Ribeiro (2006, p. 471), que “a força da presentificação, e dos seus correlatos mecanismos de alienação territorial, manifesta-se com especial intensidade nos espaços metropolitanos” a partir dos impulsos globais.

Trata-se, portanto, da expansão da fronteira do capitalismo desorganizando e reorganizando, à sua própria ordem, os lugares, processos e ações, numa lógica que para os sujeitos lugarizados parece sem sentido, mas que confere aos agentes hegemônicos força política e econômica por meio da degradação do outro, da fronteira humana, “para viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora” (MARTINS, 2009, p. 11).

Assim, buscamos esmiuçar como esse território rural, abrigo de uma comunidade tradicional de pescadores, por estar na frente de expansão do capitalismo (MARTINS, 2009) vai tendo a sua vida de relações, instituída no lugar, degradada e comprometida. Isso ocorre privando as pessoas de reproduzir suas existências no território, criando desigualdades e novas expulsões, mesmo sem entrar em um conflito direto ou brutal, como revelado pela situação do Cajueiro. Mutila-se, assim, a cidadania (SANTOS, 2007), entregando corpos negros à política da morte dentro do modo de produção capitalista (MBEMBE, 2018).

4.1 Apresentando a situação geográfica da Camboa dos Frades: saber local e os vetores de modernização

O território rural da Camboa dos Frades situa-se na porção noroeste da metrópole ludovicense, voltado para a baía de São Marcos no Golfão Maranhense. Essa comunidade tradicional também faz parte do grupo com cerca de vinte comunidades que compõem a Zona Rural de São Luís, as quais vêm sofrendo pressão pelos projetos de modernizações instalados na região do Itaqui-Bacanga desde a década de 1970. Em Camboa dos Frades abrigam-se cerca de quarenta famílias autoidentificadas como pescadoras, destacando-se secundariamente as atividades extrativistas, a agricultura e a mariscagem, evidenciando-se, dessa forma, “seiva de diferentes saberes” (RIBEIRO, 2004, p. 47) que constituem o lugar.

O olhar para a formação histórica-territorial de Camboa dos Frades nos revela que esse território rural existe desde 1698, resultado de doação do então rei de Portugal Dom Pedro II aos Frades Capuchinhos, segundo consta em documento do Arquivo Público do Estado, exposto no livro de registros da Freguesia de São Joaquim do Bacanga (CARVALHO; RIBEIRO, 2011; CARVALHO, 2011).

Essa documentação “compõe a Carta de Sesmaria do Arquivo Histórico Ultramarino. Mais tarde as terras foram repassadas pelos religiosos portugueses aos moradores locais que nelas residem até hoje” (CARVALHO; RIBEIRO, 2011, p. 796). Além disso, os pescadores da Camboa dos Frades frequentemente relatam que aprenderam com seus ancestrais, pela oralidade, que a ocupação e a constituição desse território rural estão ligadas, em um primeiro momento, aos indígenas, que usavam a praia, os igarapés e os demais recursos disponíveis na natureza para sobreviver.

Em seguida, a origem desse lugar se liga à chegada dos Frades Capuchinhos, os quais também passaram a viver e realizar suas práticas ali. Já em outro momento, conforme relato de moradores como o Seu Alberclan, a formação do território se dá com a chegada dos negros; nesse sentido, “os primeiros moradores eram escravos fugidos, da Ana Jansen. Eles fugiam de Alcântara e de São Luís, pegavam o barco e vinham se acabar nesse território, isso já era pelas bandas de 1840 e 1860. Então esse território tinha muito negro, muita gente escura” (entrevista concedida 2021).

As rugosidades desse passado longínquo do território rural da Camboa dos Frades podem ser percebidas ainda hoje, na demarcação da área do Cemitério dos Frades, um espaço sagrado para os pescadores. Essa forma geográfica pretérita, nutrida pela memória, mantém-se viva e carregada de significados para os moradores por contar tanto de sua história territorial.

Ainda sobre o Cemitério Frades (Figura 26), recorrendo à cartografia da ação, reconhece-se que “cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo, e também sobre aquilo que se duvida valer a pena tentar dizer” (RIBEIRO, 2005a, p. 416). Nesse sentido, ressalta-se a fala da dona Maria, ao descrever que

[...] ninguém pode triscar ali de qualquer jeito, ele é um espaço sagrado, apesar de você não ter muitas coisas que demarquem que ali é um cemitério, nós sabemos onde fica, e nós respeitamos muito esse espaço. Ele tem muito mistério enterrado, lá existia as camboas de pedras pequenas e grandes, só que o mangue foi crescendo, eles foram meio que desaparecendo, mas ainda estão lá. Pro lado de lá tem um capim descendo, pro lado do campo tem umas camboinhas. Existiam vários pontos ondes eles faziam tipo aqueles rituais para enterrar os seres humanos. Os frades chegaram e encontraram os índios. E o que acontece? Começaram a fazer aqueles rituais, aqueles trabalhos em cada ponto, cada camboinha era um, o centro deles era o cemitério. Tinha locais que agora que aterrou por conta da lama, porque antes era só areia. Tinha entrada das cavernas, justamente para fazer aqueles trabalhos deles. Até um tempo atrás era possível encontrar lá resto de martelo, chinelo de borracha antigo, caco de fogão, cacos de telhas. (Entrevista concedida em 2021).

Figura 26 – Cemitério dos Frades



Fotografia: Cruz, 2021.

Sob esse aspecto, o nome da comunidade, além da influência dos Frades, associa-se à chegada de famílias dos pescadores que “formavam uma ‘Camboa’, espécie de associação de moradores” (AMORIM *et al.*, 2009, s/p). Assim, a Camboa, segundo os sujeitos desta comunidade tradicional, também diz respeito aos vários locais com formação de pedra, sendo essa uma forte característica do território, locais historicamente usados pelos moradores para reproduzir seus modos de vida.

Conforme Pereira (2008), em 1920 o território de Camboa dos Frades passou a ser usado ainda mais por famílias de pescadores que se deslocavam do campo maranhense em busca de melhores condições de vida, ou porque haviam sido expropriadas de suas terras pelas ondas de modernização conservadora. Assim, tais grupos foram atraídos para essa porção do

território “devido a sua localização e a rica biodiversidade do ambiente estuarino preservado, propício a pesca, a criação de animais e a extração vegetal” (PEREIRA, 2008, s/p).

Carvalho (2011) assinala que a opção dos pescadores por usarem esse lugar como abrigo relaciona-se à possibilidade de as famílias ficarem perto do núcleo central de São Luís, porém continuando a desenvolver suas atividades produtivas, seus modos de vida e suas práticas culturais, antes realizadas no campo maranhense.

Historicamente, a organização socioespacial do território baseou-se na produção de solidariedades instituídas no cotidiano (SANTOS, 1997). Tais aspectos marcam a relação também de Camboa dos Frades com outros territórios rurais em seu entorno, como o Cajueiro, o Taim e a Vila Madureira – esta deslocada compulsoriamente para Paço do Lumiar. Ao que tudo indica, entre esses lugares se manifesta a contiguidade enquanto “fundamento da solidariedade” (SANTOS, 1997, p. 133), posto que entre Camboa e esses outros territórios sempre existiu um sistema tradicional “de trocas comerciais e de serviços (mutirões, trocas de dias de trabalho na roça) e fortes vínculos sociais de reciprocidades por meio do parentesco, compadrio e amizade” (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010, s/p).

A pesca artesanal realizada em Camboa dos Frades, de maneira individual ou coletiva, avulta como importante atividade para a reprodução social de seus moradores. Para garantir o sustento familiar, os pescadores também comercializam parte do pescado na própria comunidade ou em feiras livres e mercados da urbe ludovicense, principalmente na região do Centro Histórico de São Luís.

A atividade pesqueira ocorre, dessa forma, baseada na cooperação cotidiana e na ajuda mútua entre os moradores e os membros da própria família. Organiza-se, assim, pelos princípios do parentesco, estabelecendo relações de reciprocidades (WORTMANN, 1990). Por exemplo, quando a saída para pescaria acontece de madrugada, “enquanto o homem arruma a canoa, a mulher arruma a comida, e tudo aquilo que será necessário para passar o dia no mar: fogo, sal, café, grelha, água mineral, ferramentas” (Dona Maria, entrevista concedida em 2021).

Historicamente praticam diferentes tipos de pesca (como indica o Quadro 2, elaborado a partir da fala dos pescadores) no mar e nos igarapés Irinema, Irineminha e Buenos Aires (Figuras 30 e 31). Tal atividade “pertence ao número das práticas identificadas, porque sua arte, transmitida de geração a outra pela tradição oral, tem base comunitária nas relações de sociabilidade e de vizinhança” (SILVA, 2011, p. 160).

Quadro 2 – Atividade de pesca realizada na Camboa dos Frades

Tipologia	Instrumentos
Chucho	Chucho
Mariscagem no mangue	Pesca com a mão
Pucar	Rede
Tarrafa	Rede
Arrastar camarão	Rede
Mergulho	Compressor
Tapagem	Rede
Tainheira	Barco e rede
Malhão	Rede
Linha	Linha
Espinhel	Linha e anzol
Anzol	Anzol
Zangaria	Rede
Puçá	Coador à rede

Figura 27 – Pesca de mariscagem no mangue



Fotografia: Cruz, 2021.

Figura 28 – Pesca de Tainheira



Fotografia: Cruz, 2021.

Segundo relataram os pescadores em nossas incursões de campo, em Camboa dos Frades os distintos tipos de pesca, desde sempre, garantiram trabalho aos sujeitos abrigados no lugar, posto que “o mangue, o mar e os rios são as empresas que sustentam muitos pais de famílias na comunidade (Seu Alberclan, entrevista concedida em 2021).

Nos diferentes tipos de pesca é possível capturar a variedade de peixes que constituem a base da alimentação da comunidade, tais como: bagre, pacamão, murela, mero (Figura 29), pescada branca, pescada amarela, pescada boca mole, camorim, peixe-pedra, tainha, camarão, curuvina, gurijuba, uritinga e soia.

As práticas e a habilidade para pesca, desse modo, são passadas como uma forma de garantir a existência da comunidade com base na “experiência vivida, aquela que é desenhada pelos passos do homem lento” (RIBEIRO, 2004, p. 43). Cada tipologia de pesca exige muita técnica e conhecimento do território. O horário para a atividade ser realizada no mar, por exemplo, “depende da natureza, porque maré, não espera por ninguém” (Dona Albacélia, entrevista concedida em 2021).

Figura 29 – Peixes da Camboa dos Frades



Fotografia: Cruz, 2020 e 2021.

Nesse esforço de “valorização do cotidiano, da valorização da geografia das práticas sociais, da sociabilidade e da dinâmica do território usado” (RIBEIRO, 2011, p. 31), os quais constituem a vida de relações dos pescadores em Camboa dos Frades, ressalta-se que esses trabalhadores são donos “dos meios de produção, que são em geral o barco, a rede, os petrechos e a técnica de pescar” (SILVA, 2015, p. 19).

Eles mesmos, com base no saber local, nas técnicas do lugar, constroem os instrumentos necessários para a prática da pesca (Figura 30). Sobre essa questão, o Seu Alberclan relata: “Me criei aqui. Sei todo o manejar da pescaria, sei fazer canoa e todos os materiais necessários para pesca. Aprendi com meus pais. Tô vivendo aqui nessa mesma vida, criei os meus filhos aqui comendo peixe pescado por mim, todo tempo aqui foi a pesca” (entrevista concedida em 2021).

Figura 30 – Instrumentos construídos e usados na prática da pesca



Fotografia: Cruz, 2021.

Nessa via, constata-se que o território rural de Camboa dos Frades, como espaço da coexistência, se forma pelo saber local, “que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais” (SANTOS, 1994, p. 21). Isso decorre, no entanto, da necessidade de existir, da insistência do fazer a vida (RIBEIRO, 2004) em cada momento histórico a partir do uso do território, trazendo no presente a vitalidade do cotidiano, da troca e do agir comunicativo entre os seus sujeitos (RIBEIRO, 2011).

Nesse sentido, cumpre destacar ainda as atividades agroextrativistas complementares, como a plantação de mandioca e banana e o aproveitamento da palmeira do babaçu para fazer carvão, azeite e a cobertura de casas (parte dos moradores reside em habitações de taipa e chão de terra batida). Tais práticas historicamente realizadas também asseguram a produção material e imaterial dos homens e mulheres abrigados no lugar, como pode ser percebido no relato da dona Albacélia:

[...] mamãe morreu com 82 anos, ano passado. Ela trabalhava com azeite de coco, fazia criação, fazia roça, tudo aqui, mas o que ela gostava mesmo de fazer era quebrar coco. Nego quebrava coco para vender nas latas aqui, mamãe quebrava para vender,

ela aprendeu a quebrar coco aqui, com as quebradeiras daqui. Aqui as mulheres pescavam, mariscavam, mas quebravam coco e criava. (Entrevista concedida em 2021).

As formas de trabalho em tela são igualmente resistências (SANTOS, 1997), divisões do trabalho pretéritas que persistem no presente em meio a uma metrópole que se fragmenta. Atritam-se, nesse sentido, com as novas divisões do trabalho aportando na Camboa – mediadas pelas intencionalidades da especulação financeira e da formação socioespacial, que têm a sua própria lógica no sistema-mundo –, porque representam a existência de sujeitos lugarizados onde “a colagem de forças sociais ao território expressa uma das características essenciais do espaço: a sua capacidade de conservar orientações culturais e, desta maneira, fatores indispensáveis à reprodução social” (RIBEIRO, 2005a, p. 268).

Foco dessas forças modernizantes, a dinâmica territorial de Camboa dos Frades, assim como do Cajueiro, relaciona-se à especulação fundiária, às ondas de urbanização e ao avanço da industrialização, modernizações que vêm “impactando seus territórios, os negando, e principalmente alterando suas rotinas diante de sua economia e seu trabalho” (SILVA, 2014, p. 32).

Tal situação se agrava com a implantação da Usina Termelétrica do Porto do Itaqui, “empreendimento da empresa MPX, de propriedade do empresário Eike Batista” (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010, s/p), que afeta de forma profunda o cotidiano dos moradores de Camboa dos Frades, com constantes ameaças de expulsão e cerceamento do exercício de suas práticas culturais, sociais e econômicas.

No contexto da instalação desse macrossistema técnico, uma das primeiras mudanças na dinâmica do lugar foi a remoção da comunidade Vila Madureira, com quem Camboa dos Frades mantinha fortes relações e laços de solidariedade. Essas manifestações podiam ser vistas, por exemplo, no fato de ambos os territórios rurais compartilharem uma mesma associação. Logo, mediante a remoção de Vila Madureira, precisaram fundar em 2008 uma associação somente para Camboa dos Frades, para que esta pudesse organizar suas lutas e resistências.

A territorialização desse macrossistema técnico em uma Zona de Proteção Ambiental resultou também na destruição ambiental, promovendo o desmatamento de manguezais, o despejo de dejetos nos lugares de pesca e o assoreamento dos igarapés, comprometendo severamente a segurança alimentar dos moradores (RIBEIRO, 2010; CARVALHO, 2011).

Assim, a empresa passou a negar o direito de ir e vir desses sujeitos, posto que a única estrada que dava acesso à comunidade passava pelo antigo território rural de Vila Madureira, onde, a partir de então, construía-se a usina. A empresa e seus seguranças submetiam os moradores a sucessivos constrangimentos. Trata-se, como assinala Ribeiro (2011), de alisamentos do espaço para a realização do lucro, apagando a memória, os sentidos da ação e os projetos dos que já se encontravam no lugar.

Além disso, apesar de a empresa alegar que o seu empreendimento não afetava diretamente o território de Camboa dos Frades, após o deslocamento de Vila Madureira, quando a MPX começa a usar o território como recurso, a comunidade fica enclausurada pela construção da obra, pois passa a haver uma normatização de uso privado do território (AMORIM *et al.*, 2009; SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2010; CARVALHO, 2011).

Ainda consoante à pressão modernizante, os moradores de Camboa dos Frades se tornaram expostos ao perigo ao transitarem nessa via de articulação do território, considerando que ela estava tomada por “caminhões, maquinários pesados e materiais, dificultando a passagem dos moradores e, como era período chuvoso, viam suas vias de acesso tomadas pela lama, devido às obras de terraplanagem que se iniciavam” (SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2010, s/p).

É sob essa lógica que se instituem os conflitos pelos usos do território. Se de um lado a empresa insistiu em agir arbitrariamente para a implantação de seu projeto, por outro, Camboa dos Frades, na figura daqueles que permaneceram na resistência, começou a se organizar, denunciando as ações de agressão da empresa. Nesse processo de organização política e de construção de resistências, teve grande papel a Associação de Moradores da comunidade, naquele momento representada por Dona Maria dos Ramos. Através da Associação foi possível se articular com outros lugares e movimentos sociais para reagir às investidas dos projetos modernizantes.

As ações de resistência da comunidade levaram a MPX a construir outra estrada – a qual constantemente se encontra em condições críticas, sobretudo no período chuvoso, já que não foi pavimentada (Figura 31) –, para que os moradores de Camboa dos Frades pudessem entrar e sair de seu território. Tal estrada, segundo destacaram moradores ouvidos ao longo da pesquisa, foi construída numa área de mangue, provocando um intenso desmatamento dessa vegetação e desconsiderando as vontades dos moradores, uma vez que eles não aprovavam o trajeto pelo fato de aumentar a distância em relação ao restante da cidade.

Figura 31 – Situação da estrada de acesso para Camboa dos Frades



Fotografia: Cruz, 2021.

A articulação dos moradores de Camboa dos Frades se deu com o apoio da mídia alternativa e dos movimentos sociais. Dessa forma, constituíram-se como resistência à racionalidade hegemônica, desestruturadora dos seus modos de vida. Segundo Furtado (2000, p. 9), “o freio a esse processo de integração (racional) virá de fatores culturais, pois não será surpresa se grupos de população lutarem para preservar suas raízes culturais e valores específicos ameaçados pela homogeneização” dessa modernização seletiva.

Ganham notoriedade nessa trama o movimento Reage São Luís e o Fórum Carajás, ambos de grande importância nas lutas desses sujeitos possuidores de uma relação histórica com o lugar na metrópole de São Luís. Articulados, tais movimentos e a comunidade tradicional fazem oposição à racionalidade econômica dominante. Trata-se da revanche do território, como ressaltava Santos (2000, p. 144), organizada de maneira ascendente e falando do “cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”.

Nesse sentido, o movimento Reage São Luís passa a atuar efetivamente em audiências públicas, denunciando as ilegalidades da empresa, e a auxiliar o território rural de Camboa dos Frades sobre uma “diversidade de aspectos formais do processo de implantação de indústrias, sobretudo através do fornecimento e esclarecimento de informações técnicas”. Já o Fórum Carajás atuou no “acompanhamento dos fatos e no fortalecimento da resistência ao não deslocamento compulsório da comunidade” (CARVALHO, 2011, p. 99).

Mesmo diante das lutas da comunidade junto com os movimentos populares, retrato da cidade desigual, não existem escolas na Camboa, fato que acaba obrigando as crianças a se

deslocarem três quilômetros para acessar a escola mais próxima, nas margens da BR-135. Os moradores destacam que o alto índice de analfabetismo na comunidade relaciona-se à falta desse fixo geográfico. Sabe-se que a negação dos direitos sociais e territoriais dos moradores é uma intencionalidade, uma decisão política, um modo de pressionar os moradores a abandonar esse território rural. No entanto, por meio da valorização do saber local, esses sujeitos permanecem na resistência, construindo articulações políticas.

Assim, o olhar para a constituição técnica do lugar e para o espaço como uma construção histórica tecido pelas verticalidades e horizontalidades nos revela a realidade vivida, ainda hoje, pelos moradores de Camboa dos Frades. Marcada pela ausência de serviços e equipamentos, além dos já apresentados, observa-se a carência de: coleta de lixo (situação que obriga a população a queimar os resíduos produzidos), saneamento básico, água encanada, posto de saúde, energia elétrica estável e espaços de lazer.

Esse quadro demonstra como o cotidiano do lugar é atravessado pela desigualdade socioterritorial. À medida que o Estado não assegura os direitos básicos, a pobreza se aprofunda articulada ao adensamento das modernizações, “constrangimentos que se opõem à uma realização plena realização do indivíduo” (SANTOS, 2007, p. 43). No entanto, mostra também a capacidade do lugar e dos seus sujeitos, com os recursos que possuem, de se opor ao “pensamento único, mas, também, ao politicismo e ao economicismo. Ele [o lugar] é, sobretudo, vida social, memória coletiva, sociabilidade e ação espontânea” (RIBEIRO, 2009, p. 153).

Embora Camboa dos Frades se localize em uma área da cidade por onde flui quase toda a riqueza produzida pelas *commodities* no Maranhão, nada em termos de benefícios fica para a população. Como denuncia o Seu Aberclan,

[...] apesar das empresas mais ricas estarem instaladas nesse território, elas nada fazem por nós, aqui fica a pobreza. A gente vive no lugar, é do lugar, mas não é respeitado. O que eles querem é apagar, é expulsar a gente. Está entendendo como é a história do Brasil? (Entrevista concedida em 2021).

4.2 Tendências de novas expulsões pela expansão do porto e o cotidiano na Camboa dos Frades

Passados quase 50 anos da criação do Porto do Itaqui, ele se consolidou como um dos mais importantes no sistema portuário brasileiro. Esse macrossistema técnico ganha relevo por ser encarregado de dar fluidez a combustíveis e fertilizantes e pelo escoamento de celulose, grãos, minérios e seus derivados para o mercado global.

Por esse motivo, tem grande capacidade de influenciar decisivamente a organização do território maranhense e o planejamento territorial de São Luís. No entanto, apesar de ser um porto público, “permanece afastado da vida e da gestão pública da cidade, conformando, assim, um universo urbano-portuário segregado, uma *cidade a ver navios* (SANTANA, 2018, p. 3, grifo do autor).

O crescimento no fluxo de cargas do Porto do Itaqui supera-se a cada ano, principalmente por meio da exportação de *commodities*. Por isso, desde que começou a operar, o porto recebeu sucessivos investimentos e modernizações para que, dessa forma, se tornasse competitivo e colocasse o Maranhão e o Brasil em posição de destaque no sistema da economia mundial (SANTANA, 2018).

No entanto, desde sua gênese, como apresentado em nossa periodização, tem sua história-territorial relacionada à expulsão e desestruturação de comunidades tradicionais na metrópole de São Luís, como o território rural da comunidade pesqueira do Boqueirão (TROVÃO 1994; SANTANA, 2018).

Segundo dados encontrados em seu site, em 2020, mesmo no contexto do evento pandêmico da covid-19, o referido porto fechou o ano com uma marca histórica de movimentação de cargas que supera a quantidade atingida em 2019. Foram 25,3 milhões de toneladas movimentadas, sendo, entre outras cargas: grãos de soja, milho e farelo de soja (12,1 milhões de toneladas); fertilizantes (2,6 milhões de toneladas); e celulose (1,4 milhões de toneladas).

Por sua vez, a demanda pela expansão do fluxo de cargas do Porto do Itaqui ao longo dos anos exigiu o investimento em infraestrutura portuária e em logística, tornando-se condição *sine qua non* para viabilizar a competitividade do porto entre os maiores do Brasil. Por conseguinte, principalmente nos últimos anos se “anuncia sua vocação para o transporte de granéis líquidos, visando tornar-se o principal entreposto de derivados de petróleo do Norte e Nordeste do Brasil (SANTANA, 2018, p. 18).

Tal lógica exige a renovação do território para atender os imperativos do capital. Assim,

[...] além de condicionar a construção de especializações, essa nova estruturação segmenta o território. Os compartimentos mais ativos são aqueles mais aptos aos produtos exigidos pelo chamado mercado mundial. Porque é preciso ligar num único processo as parcelas do trabalho desenvolvidas em lugares distantes, impõe-se mais cooperação entre pontos do território e a circulação ganha um novo ímpeto. Alargam-se os contextos ao mesmo tempo em que as regiões perdem comando sobre o que nelas acontece, contribuindo para uma verdadeira fragmentação territorial (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 105-106).

Nesse sentido, desde 2012 cresce o discurso competente (CHAUÍ, 1985a) intentando o adensamento da área atribuída às atividades logístico-portuárias desse macrossistema técnico, no Distrito Industrial de São Luís, porém avançando e comprometendo a existência nos territórios rurais contíguos a ele.

O Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaqui, de 2017, e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui (PDZ), de 2019, apresentam as projeções e necessidades de investimento para atender o fluxo de cargas. Desde 2014, a Emap, junto com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, iniciou o processo de solicitação de licença de expansão do Porto do Itaqui. Entretanto, apenas em 2018 foi concedida a licença prévia ambiental de expansão do porto, através de 19 intervenções na estrutura desse macrossistema técnico (Quadro 3).

Quadro 3 – Expansões previstas para o Porto do Itaqui

Área (m ²)	Descrição da instalação
13.500	Ampliação da área de armazenagem de líquidos
46.100	
60.993	
92.679	
11.291	
5.396	
6.410	
53.252	Terminal de celulose
51.196	Terminal de fertilizantes
30.956	Terminal de carga geral
5.700	Pool de combustível
166.100	Expansão ferroviária e acessos ferroviários
10.560	Berço 99 (carga geral vegetal/celulose)
10.800	Berço 98 (fertilizantes)
18.480	Berço 97 (fertilizantes e clínquer)
13.200	Berço 96 (contêineres)
13.200	Berço 95 (contêineres)
13.200	Berço 94 (carga geral e insumos)

Fonte: Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui (PDZ, 2019).
Organização: Cruz, 2021.

Todas essas modernizações, somando-se às outras que foram acopladas ao complexo portuário do Itaqui, como a implantação de indústrias de fertilizantes, têm causado grandes impactos ambientais e alterado a dinâmica do território rural da Camboa dos Frades, os quais podem ser observados empiricamente. Embora atualmente o Porto do Itaqui já disponha, conforme o Relatório de Impactos Ambientais das obras de Expansão, de “8 berços que perfazem um total de 1.633 metros de cais acostável, com profundidades variando entre 12 e 19 metros”, ele continua sendo alvo de renovações prementes.

A Suzano Papel e Celulose S.A., por meio do Contrato de Uso Temporário, desde 2014 possui o direito utilizar a infraestrutura do Porto Organizado do Itaqui para a movimentação e armazenagem de celulose. Esse grupo de empresas, em 2019, tornou-se responsável por “implantar instalações de armazenagem voltadas para movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente papel e celulose, desenvolver os acessos ferroviário e rodoviário às suas instalações, a partir da malha existente que chega ao Porto” (PDZ, 2019, p. 103).

Parte desse programa de expansão do Porto do Itaqui, desde outubro de 2020 a Suzano busca implementar o Terminal de Celulose – Armazém 9. Assim como a obra do Berço 99 (Figura 32), trata-se da “construção de infraestruturas exigidas pelos investimentos capitalistas, provocando mutações que alcançam territórios nos quais atividades primárias e rurais ainda sustentam a vida e o trabalho de significativos grupos populacionais” (SANTANA, 2018, p. 5), principalmente a pesca artesanal nos territórios rurais.

Figura 32 – Implantação do terminal de celulose e do Berço 99



Fonte: portodoitaqui.ma.gov.br, 2021.

A partir do momento em que a Suzano Papel e Celulose S.A., começou a executar o trabalho de ampliação do porto, instituíram-se mais latentemente os conflitos socioterritoriais em Camboa dos Frades. Segundo os moradores, isso se deu porque não houve diálogo com a comunidade. Enquanto a empresa, em seu relatório de impactos ambientais, afirma que não haverá expropriação territorial nem impedimento da pesca artesanal na área de modernização do porto, sujeitos lugarizados em Camboa revelam as diversas implicações nos seus modos de existir.

Não por acaso os moradores de Camboa dos Frades insurgem-se contra as ações desse projeto de modernização, posto que ele aumenta a pobreza no lugar, somando-se a outros projetos que já vêm causando, conforme relatam os moradores, destruição ambiental (Figura 33). Nesse sentido, historicamente são os próprios sujeitos lugarizados que garantem a proteção dos seus territórios, já que “as comunidades tradicionais, por muitas décadas, e pela natureza de sua cosmologia de sua economia solidária, não têm o interesse e nem o princípio de destruir as bases da natureza que garantem o seu sustento” (SILVA, 2015, p. 101).

Figura 33 – Devastação ambiental dos manguezais causada pelas atividades industriais



Fotografia: Cruz, 2021.

Ainda nesse sentido, conforme destacam os moradores da Camboa dos Frades, a empresa iniciou as obras de expansão do porto sem apresentar os dados sobre a construção, e, de repente, eles começaram a sentir os efeitos dessa expansão sobre seus modos de vida. Além da poluição sonora, os tradicionais locais de pesca – os quais historicamente vêm sendo diminuídos devido às ações do porto – passaram a ser impactados ainda mais, aumentando as limitações à sociabilidade e desvalorizando os saberes tradicionais do território (RIBEIRO, 2005a).

Dessa forma,

[...] a empresa disse que ficou monitorando por cerca de um mês e não viu pescador nessa região. No entanto, eles que deveriam estar monitorando de forma ilegal as comunidades durante o dia, mas muitas das vezes os pescadores vão pescar no período da noite. A empresa, com essa afirmação dela de que não tem pescador, quer dizer que o meu marido e os outros pescadores que saem todo dia não estão pescando? Mas eles voltam todos os dias com peixe, e apesar de ter diminuído muito por conta das ações destruidora da empresa de poluição dos rios, desmatamento e do grande barulho que fazem e espantam os peixes, é dessa forma que ainda temos garantido o sustento das nossas famílias (Dona Maria, entrevista concedida em 2020).

Malgrado o PDZ (2019) expor que haverá oferta de emprego com essa modernização, durante a construção e a operação portuária, no tocante aos moradores de Camboa dos Frades nenhum posto de trabalho foi criado. Assim, essa população começou a pressionar a Emap devido às situações causadas pela Suzano, e passou a cobrar mais firmemente uma posição dela sobre a questão dos empregos. A Emap, de acordo com os pescadores de Camboa dos Frades, no entanto, destaca que não tem como oferecer emprego para os moradores, enquanto a Suzano Papel e Celulose S.A., que poderia fazê-lo, alega que essas pessoas não possuem qualificação. Expõe-se, dessa forma, o caráter desintegrador desses vetores da modernização econômica e espacial (RIBEIRO, 2005a), deixando as pessoas nos lugares sem alternativa para sobreviver e formando, ao mesmo tempo, o espaço como campo de disputa (SANTOS, 1997), haja vista que as contrarrazões se impõem.

Assim, os moradores destacam que as empresas tentam fugir de suas responsabilidades, pois o discurso, em um primeiro momento, foi de que conseguia

[...] oferecer cursos de formação on-line pelo SINE [Sistema Nacional de Emprego], e que isso seria bom, porque os moradores não ficam dependentes de emprego formal das empresas, cada um é seu próprio patrão e, além disso, vão ter uma renda baseada na economia solidária. (Dona Maria, entrevista concedida em novembro de 2020).

A fala dos moradores revela como as ações das empresas, apesar de interferirem diretamente no espaço herdado dos pescadores, não possuem compromisso nenhum com os lugares. Tal fato obriga as pessoas, que possuem um modo de vida específico e dependente do território, a procurar outro tipo de trabalho na metrópole, assim como traz a ideologia neoliberal que se exime de suas obrigações ao afirmar que cada um é seu próprio patrão.

Ainda em relação à tal psicofera, os moradores relatam que a empresa tentou, como medida de compensação, apenas ofertar cursos voltados para a pesca profissional, e, posteriormente, dentro do Programa de Capacitação Profissional, como parte da Gestão

Ambiental do Projeto Itaqui (da Itacel/Suzano S.A.), oferecer cursos de soldador, carpinteiro, sinaleiro e ajudante de obra.

No entanto, considerando a realidade local, a maioria dos moradores diz que os cursos não possuem relevância para a comunidade; por um lado, porque parte das pessoas já sabe realizar essas atividades, e, por outro, porque os cursos não garantem emprego aos pescadores, como descreve Seu Alberclan, pescador de Camboa dos Frades,

Eles estão desempregando uma comunidade de pescadores, os cursos não resolvem os problemas, esses cursos não enchem os olhos de ninguém, pra conseguir um trabalho é maior luta. Se alguém tiver a sorte de conseguir um trabalho, é temporário, acabou a obra, acabou o emprego, e depois pra onde a gente vai, vai morrer de fome? Pra onde que esse pescador vai se ele não tem mar mais para pescar? Porque eles vão dizer que já fizeram a parte deles com a comunidade. A empresa não está nem aí, ela passa por cima. Eu não sei ler, mas não é porque eu não sei ler que eu não vou defender meus direitos. Quem depende da pesca para sobreviver somos nós. E aqui desde sempre trabalhamos na pescaria, não em firma. (Entrevista concedida em 2021).

Evidencia-se, dessa maneira, como as modernizações seletivas têm degradado a vida de relações no território rural da Camboa dos Frades, onde o “desemprego irrompe no cotidiano como uma catástrofe, rompe o cotidiano ao anular as relações sociais de todo o dia ou ao mudar-lhes o significado” (MARTINS, 2014, p. 211).

Mesmo assim, quando se trata de compensação financeira, a empresa, conforme esclarecem os pescadores, diz não adotar essa política porque trabalha apenas com políticas sociais voltadas às comunidades diretamente afetadas pelos seus empreendimentos. Nesse sentido, em uma reunião ela tentou ofertar, além dos cursos, equipamentos de proteção, como “colete, roupa, isopor, instrumentos de pesca, e também tirar nossa carteira profissional de pescador, para pescar em todo o território brasileiro, mas não podemos pescar dentro do nosso território. O nosso problema não é falta de material, porque isso nós temos” (Dona Albacélia, entrevista concedida em 2021).

Vale pontuar que a pesca artesanal, realizada no cenário “[...] capitalista e embora constitua atividade primária, com forte crise, é posto de trabalho em contextos metropolitanos, em pleno contexto de desemprego vinculado às camadas de baixa escolaridade” (SILVA, 2015, p. 16).

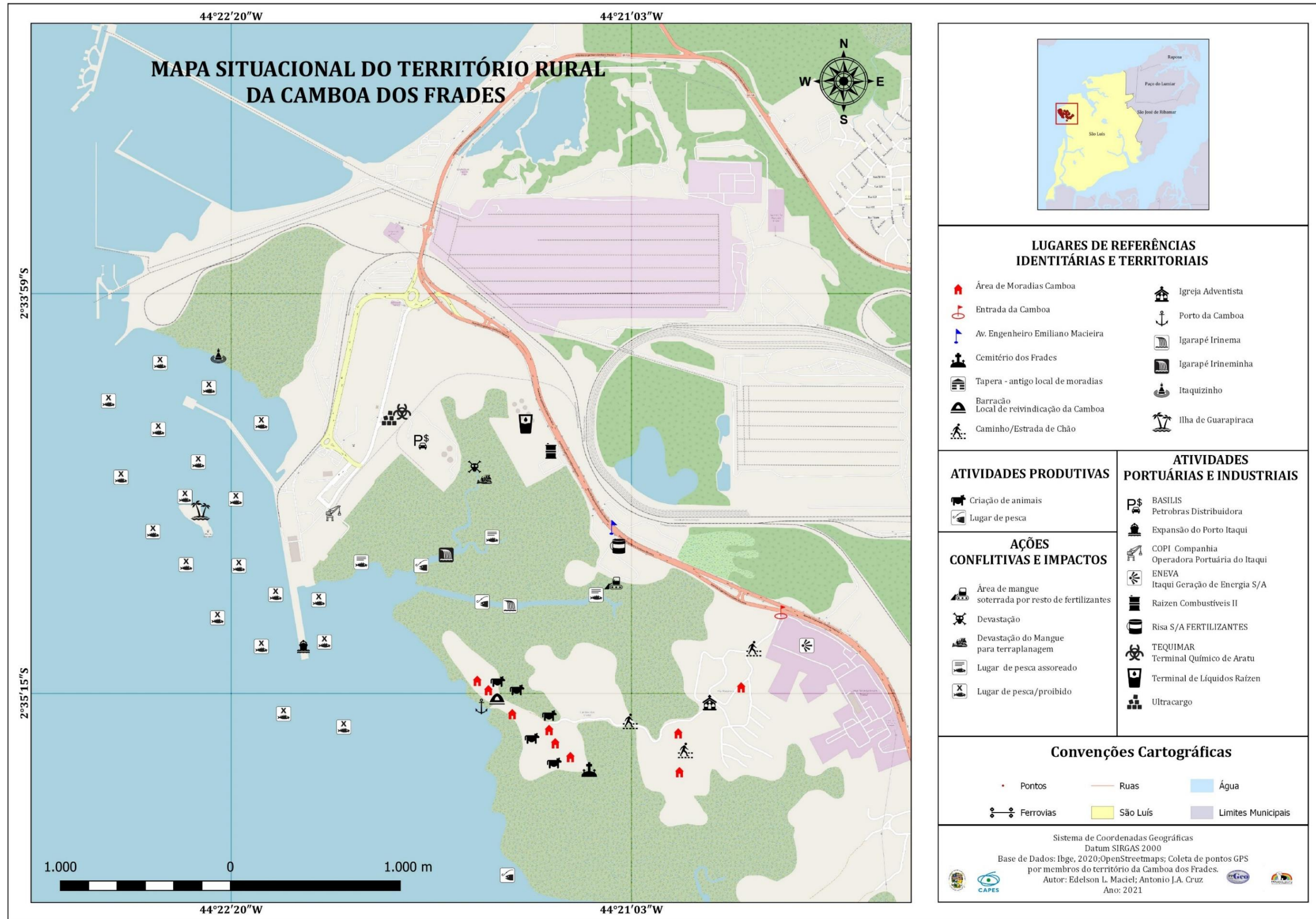
Os desdobramentos da expansão do porto e das atividades industriais interferem diretamente na economia local, acentuando a precarização da vida, uma vez que inviabilizam a atividade da pesca artesanal. Restringe-se, assim, o uso do território para o exercício da pesca e para navegação nos rios e nas praias, tornando o espaço conflituoso, como pode ser percebido no mapa de situação da Camboa dos Frades (Figura 34).

A respeito dessas implicações sobre o território, podemos perceber o quanto elas afetam negativamente o cotidiano dos pescadores a partir das palavras de seu Alberclan:

Antigamente era só levantar as pedras que a gente encontrava os peixes. Hoje, a gente precisa ir cada vez mais longe, e já não podemos mais circular em todos os lugares que sempre a gente pescou. Agora, só temos o resto dos igarapés. O Igarapé Bonuzário está acabando de se enterrar, os galpões estão enterrando o mangue tudo. Então eu ainda estou tirando o meu sustento desse igarapé, esse restinho que tem a gente ainda vai bagulhar e era para essas indústrias do porto estar nos ajudando de alguma forma, elas bagunçaram tudo. A Suzano fez um cais, está vindo a resposta aí, oferecer curso. Pra quê eu vou fazer curso? Essas empresas todas, que se encontram no entorno da comunidade, entupiram tudo, esses cais todos. Agora não tem mais praticamente nada pra gente tirar de lá... oh essa pescaria que eu vou fazer aí, eu vou aventurar, vou passar mais, demorar demais pra trazer alguma coisa. (Entrevista concedida em 2021).

A fala do pescador explicita as brutalidades das modernizações, bem como a pesca artesanal enquanto elemento constituidor de sua identidade, revelando que na pesca o “trabalho não é apenas a ocupação. Trabalho é também o seu resultado, aquilo que o trabalho propicia. Não só em termos econômicos, objetos e serviços que mediatizam um modo de viver” (MARTINS, 2014, p. 212).

Figura 34—Mapa situacional do território rural da Camboa dos Frades



Elaboração: Cruz e Maciel, 2021.

O mapa da situação geográfica da Camboa dos Frades revela a espessura do seu espaço herdado, que pode ser visto através dos seus tipos de moradia e das materialidades históricas, como o Cemitério dos Frades. Traz também a relação dos sujeitos com o lugar, na medida em que destaca suas heranças culturais, suas atividades produtivas realizadas no território e dependentes dele, como a pesca artesanal, a criação de animais domésticos e a quebra do coco babaçu.

Podemos perceber também elementos que constituem o modo de vida rural do território, apesar de o Estado considerá-lo, em seu Plano Diretor, como área urbana. Evidenciam-se, além dos seus modos de ser e viver (o que pode ser visto em suas práticas sociais, culturais, religiosas e produtivas), elementos como a estrada de terra batida, a tapera (lugar antigo de ocupação, onde hoje se encontra divisões de trabalho passadas).

O mapa social em questão resalta também os locais historicamente usados para a prática da pesca, tais como o igarapé Irinema, o igarapé Irineminha, o Itaquizinho, a Ilha de Guarapiraca e o próprio mar. Mostra-nos, sobretudo, como esse território tradicional foi sendo tomado pelas atividades portuárias e industriais da década de 1970 até os dias atuais. Ou seja, o mapa ilustra como a comunidade teve os seus usos do território mudados pelas ações dessas empresas, que não possuem compromisso nenhum com o lugar. Praticamente cada local onde se instalou um empreendimento fazia parte do território pesqueiro da comunidade.

Assim revelamos como as ações das empresas dentro do Complexo do Porto do Itaqui degradam o meio ecológico através da devastação ambiental, do soterramento de mangue, do assoreamento dos rios, processos desencadeados por atividades como dragagem, descarte incorreto dos resíduos e pela poluição atmosférica. Portanto, essas ações implicam a degradação da reprodução cotidiana dos pescadores, comprometendo suas existências. No caso da construção do Berço 99 e do Terminal de Celulose, somando-se aos outros empreendimentos, acabam inviabilizando o uso do território como abrigo.

Podemos observar, a partir dessa cartografia da ação social, os aspectos do cotidiano que muitas vezes não são percebidos, e como o lugar, enquanto território usado e em articulação permanente, se constitui a partir das horizontalidades, do espaço pretérito e das resistências, e, por outro lado, pelas verticalidades, pelo espaço dos fluxos e pelas forças externas (SANTOS, 1997).

Descortina-se o modo como as modernizações, “responsáveis por destruição de culturas e formas alternativas de organização da vida coletiva” (RIBEIRO, 2004, p. 39) vão se sobrepondo ao território rural da Camboa Frades, formatando o seu cotidiano, e como os

pescadores precisam ir descobrindo novas formas e condições indispensáveis à sua sobrevivência (SANTOS, 1999).

Contudo, quando essas pessoas têm os seus locais de pesca, os seus modos de existir, ameaçados pelas atividades portuárias e industriais, elas criam estratégias de resistência, como as várias denúncias feitas pela comunidade ao Ministério Público do Maranhão quanto à desordem causada no lugar por essas modernizações, em diferentes momentos.

Essa cartografia da ação e do cotidiano, seja por meio do mapa de situação ou das vozes dos sujeitos lugarizados, aponta como as expulsões, “a fome e o risco de fome também assumem uma territorialização complexa” (RIBEIRO JÚNIOR; CRUZ; ANTIPON, 2021, p. 122) no território rural da Camboa dos Frades, retirando dos pescadores o direito ao território, à cidadania (SANTOS, 2007) e mostrando como a cidade vai sendo cindida, organizada com base na exploração e na expulsão.

Diante dessa trama de conflitos envolvendo o uso do território, a comunidade da Camboa dos Frades, articulada a outros territórios rurais (como Cajueiro e Taim), vem buscando o apoio de movimentos sociais, dos grupos de estudo do Instituto Federal do Maranhão, bem como da UFMA, da UEMA e do Ministério Público do Maranhão para construir resistências às expulsões e desigualdades socioterritoriais. Acreditamos que a força desses processos de resistência vem das heranças presentes do território rural da Camboa dos Frades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao voltarmos nossa análise para a história territorial de São Luís, defrontamo-nos com a dinâmica espacial de uma metrópole que se constitui ancorada nas modernizações seletivas, na violência das expulsões, na produção de desigualdades e na força das resistências.

Observamos que as pessoas negras são as mais atingidas e excluídas pelas ondas de modernização em São Luís, o que as leva a certo nomadismo e, ao mesmo tempo, à formação das periferias urbanas. Ao iniciarmos nossa periodização na década de 1950, pudemos perceber como, naquele período, a urbe ludovicense passou por profundas mudanças na sua dinâmica territorial e econômica que vinha se constituindo desde sua gênese.

Notamos também a perda de força das suas indústrias têxteis e de alguns ciclos econômicos, mas, ao mesmo tempo, a ascensão da entrada de São Luís nos projetos desenvolvimentistas e o avanço da modernização conservadora no campo maranhense. O resultado desses eventos foi a expulsão dos trabalhadores rurais, ampliando-se ainda mais concretamente os nexos entre modernizações, urbanização e resistências. Costuram-se a esses acontecimentos as mudanças no tecido urbano da cidade para além do seu Centro Histórico, por meio da difusão de periferias com distintas formas-conteúdo.

O acolhimento dos projetos desenvolvimentistas procedeu ao esgarçamento dos territórios rurais durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Impressiona a quantidade de expulsões durante esses períodos, indicando que essas modernizações responsáveis por mudar o papel de São Luís na rede urbana brasileira reorganizaram o espaço geográfico maranhense, e, ao mesmo tempo, promoveram o apagamento das existências de territórios rurais que secularmente haviam se constituído em São Luís.

Chamou atenção também a força das pessoas abrigadas nos territórios rurais, expulsas ou ameaçadas de expulsão, para construir resistências e se organizarem para a luta – a exemplo do momento de instalação do Porto de Itaqui e do PGC. A estratégia de se juntar aos movimentos sociais urbanos e rurais, criando sindicatos e entidades, difundiu a luta pelo direito ao território em todo o estado do Maranhão entre as décadas de 1960 e 1980, mesmo no contexto da ditadura militar (CONCEIÇÃO, 1980).

A partir da década de 1990 e nas duas primeiras décadas do século XXI, com o fortalecimento da globalização perversa aliada ao planejamento neoliberal em São Luís, verificamos como o Estado coordenou novas expulsões e o desmantelamento dos territórios rurais das comunidades tradicionais para atender as empresas. Os principais mecanismos usados para regular o território para o uso corporativo foram as sucessivas tentativas de

mudança no Plano Diretor da cidade e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Ludovicense.

A análise da situação geográfica do território rural do Cajueiro permitiu verificar como as comunidades tradicionais que o constitui são afetadas constantemente por esses vetores modernizantes desde a década de 1970. No entanto, enfatizamos a experiência das brutais expulsões, as quais têm atravessado esse território desde 2014 e que continuam empurrando pessoas negras e de baixo poder econômico para as periferias da metrópole fragmentada. Percebemos a força desse território rural para constituir resistências e insurgências, na medida em que seus moradores vão se apropriando da cidade para dizer de suas lutas de diferentes formas, a exemplo das ocupações e dos protestos.

Em relação à Camboa dos Frades, desde quando o Porto de Itaqui foi construído dentro do seu território ancestral, observou-se a mudança na dinâmica cotidiana e territorial do lugar. As constantes modernizações desse complexo portuário, com o acoplamento de empresas e a expansão de suas materialidades – a exemplo da construção do Berço 99 e do Terminal de Celulose – tem mudado os usos do espaço para a comunidade.

Tal fato, apesar de parecer mais sutil porque não acontece com a mesma intensidade das violências vistas no Cajueiro, mostra-se igualmente brutal, pois os moradores são inviabilizados de se reproduzir socialmente em seu território. Nesse sentido, a fome e a luta pela sobrevivência provocadas pelas modernizações, sem o confronto direto nem a força coercitiva do Estado, também levam à expulsão dos territórios rurais.

Em decorrência, há uma cidade construída e que se reconstrói por essas relações de expropriação, mutilando a cidadania, impelindo as pessoas – possuidoras de sociabilidades instituídas no cotidiano, na copresença, nas solidariedades e nos saberes locais – a encontrar novos caminhos, porque são deixadas à própria sorte na urbe, despossuídas de trabalho, do acesso à saúde, à terra, à educação, à moradia e ao modo de vida, segundo suas lógicas.

Nessa via, foi possível compreender as formas de cooperação e de pensar o planejamento da cidade, com base nos saberes instituídos nos lugares. Intentamos, por meio da cartografia da ação, revelar como as ações se desdobram na dimensão do lugar, afetando as formas de trabalho realizadas pelos sujeitos, suas organizações sociais e culturais, o cotidiano, e o conflito com os novos vetores de modernização.

Trata-se de um esforço para resgatar a importância histórica que esses territórios rurais possuem na constituição da metrópole, chamando a atenção para a necessidade de considerar suas particularidades no planejamento territorial. Como “acontece nos lugares a resistência ao localismo que destina aos pobres a cidadania restrita e limitada, neles também é

possível reconhecer rugosidades impeditivas das localizações ansiadas pela ação hegemônica” (RIBEIRO, 2004, p. 43).

Muitas questões em torno dessa temática envolvendo a relação entre urbanização ludovicense, expulsões e resistências permanecem abertas, como os nexos entre a expulsão de pessoas das comunidades tradicionais e o seu retorno, apesar de continuarem residindo na periferia urbana, para trabalhar em atividades tradicionais no espaço rural porque não conseguiram emprego na cidade. Esse fato institui novos conflitos pelo uso do território.

Também podem constituir futuras agendas de pesquisa estudos mais acurados sobre como o cotidiano dos lugares em São Luís, por meio de suas articulações políticas e relações de contiguidades, sobretudo dos territórios rurais, se posicionam enquanto uma temporalidade onde se dão as condições reais de enfrentamento dos impulsos modernizantes e das desigualdades socioterritoriais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.
- ALMEIDA, A. W. B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e o protecionismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, p. 63-71, 2012
- ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO. L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA, 2017.
- ALMEIDA, J. G; SODRÉ, R. B; MATTOS JÚNIOR, J. S. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na microrregião de Chapadinha. **Revista Nera (Unesp)**, Presidente Prudente, n. 47, n. 22, p. 1-24, 2019.
- ALVES, C. N; SILVA, A. M. B. Uso do território, modernizações, desigualdades sociais e questão ambiental no Maranhão: aproximações teórico-empíricas de uma agenda de pesquisa. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 954-964, 2020.
- ALVES, E. J. P. **Repertórios e argumentos da mobilização política**: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís, em São Luís – MA. 2014. 190 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- ALVES, E. J. P. Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil. **RevueOrda**, [S. l.], v. 1, p. 1-50, 2016.
- ALVES, V. E. L. Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo. **GEOUSP espaço e tempo**, São Paulo, v. 2, p. 85-89, 1997.
- AMORIM, J. O. *et al.* Caracterização socioambiental do povoado Camboa dos Frades. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 33., 2009, Viçosa, MG. **Anais [...]**. Viçosa: UFV, 2009. p. 1-10.
- ARAÚJO, H. F. A. **Estado e movimentos sociais no campo**: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão. 2010. 173 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997.
- ARCANGELI, S. C. **Cajueiro**: a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sundermann, 2020.
- ASSELIM, V. **Grilagem, corrupção e violência em terras de Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BARBOSA, Z. **Maranhão, Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís: Editora UEMA, 2006.
- BARBOSA, Z. O Maranhão? Moderno: uma contraditória lógica capitalista. *In*: BARBOSA, Z. M.; CARDOSO, F. G. (org.). **Desenvolvimento socioespacial e regional do Maranhão**: novas e velhas questões. São Luís: EdUEMA, 2015. v. 1, p. 1-232.
- BIVIANY, R. G.; YAMADA, E. M.; OLIVEIRA, R. **Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**. São Paulo: RCA, 2016.

BOLETIM DA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Uma síntese das experiências – Comunidade do Cajueiro**: não é o território que é nosso. Nós é que somos do território. Coordenação de pesquisa: Luciana Raiza Cunha Alves *et al.* Manaus: UEA Edições, 2018.

BOTELHO, J. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Impacto, 2012.

BRANDÃO, A. C. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. *In*: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 150-185.

BRANDÃO, A. C. **Território e desenvolvimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Casa Civil, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BURNETT, F. L. **Urbanização e Desenvolvimento Sustentável**: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís. São Luís: Estação Gráfica, 2008a. v. 1. 230 p.

BURNETT, F. L. Estado, interesses privados e a permanência da crise do “Centro Histórico”: políticas de elitização e popularização nas áreas centrais de São Luís do Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, p. 93-102, 2008b.

BURNETT, F. L. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista**: fetichização dos planos diretores participativos. 2009. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

BURNETT, F. L. **São Luís por um triz**: escritos urbanos e regionais. São Luís: EdUEMA, 2012.

BURNETT, F. L. **Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos das Comunidades Tradicionais do Cajueiro, São Luís, Maranhão**. Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2021.

BURNETT, F. L.; ZAGALLO, J. G.; SANTOS, L. E. N. Planejamento e caos urbano no Brasil periférico: participação truncada, espaço privatizado, crise fiscal em São Luís, Maranhão. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, São Luís, v. 24, p. 556-576, 2020.

CARVALHO, F. C. **Gestão do território, lugar e conflitos socioambientais**: o caso da usina termelétrica Porto de Itaqui em São Luís. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CARVALHO, F. C.; RIBEIRO, A. L. Gestão do território e conflitos socioambientais: a luta da comunidade Camboa dos Frades. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE: NOVAS ABORDAGENS VELHOS DILEMAS, 2., São Luís. **Anais [...]**. São Luís: 2011. CD.

CATAIA, M. Poder, política e uso do território: a difusão do macrossistema elétrico nacional. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. EL CONTROL DEL ESPACIO Y LOS ESPACIOS DE CONTROL, 13., Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona: 2014. p. 1-17.

CATAIA, M. A.; RIBEIRO, L. H. L. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p. 9-30, 2015.

- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985a.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1985b.
- CONCEIÇÃO, M. **Essa Terra é Nossa**: depoimento sobre a vida e a luta dos camponeses no estado do Maranhão. GALANO, Ana Maria. Entrevista e edição. Petrópolis, Vozes. 1980.
- CORRÊA, C. C. M. **O processo de implantação da Termelétrica do Itaqui, São Luís/MA e sua influência na dinâmica territorial da comunidade Vila Nova Canaã, Paço do Lumiar**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.
- CORRÊA, C. C. M.; MARQUES, A. R. O processo de implantação da Termelétrica do Itaqui, São Luís-MA e a sua influência na dinâmica territorial da Vila Nova Canaã, Paço do Lumiar-MA. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 12, p. 203-233, 2017.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORREIO DO NORDESTE. **Problemas da cidade**. 12 jun. 1963.
- COSTA, I. R. **Terras de preto no Maranhão**: dos Quilombos às Comunidades Negras Rurais. São Luís, 1995. (Projeto Vida de Negro)
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DINIZ, S. J. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. In: RODRIGUES, S. J. D. *et al.* (org.). **Temas da Geografia do Maranhão**: territórios e desenvolvimento regional – Lugar, educação e cultura. São Luís: Edufma, 2017.
- DOLLFUS, O. Geopolítica do Sistema-Mundo. In: SANTOS, M. *et al.* (org.). **O Novo Mapa do Mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.
- DURANS, C. A. **Os limites do Sindicalismo e a Reorganização da Luta Social**: um estudo das experiências de metalúrgicos e ferroviários maranhenses. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- FERREIRA, A. J. A. Dinâmica de ocupação espacial/uso do solo em São Luís no período de 1950 a 2000. **Cadernos de Pesquisa (UFMA)**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 25-36, 2002.
- FERREIRA, A. J. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão**: passado e presente; há futuro? São Luís: EDUFMA, 2014.
- FERREIRA, A. J. **A reestruturação urbana maranhense**: dinâmicas e perspectivas. São Luís: EDUFMA, 2017.
- FONSECA NETO, H. **Potencial de integração de uma área periférica ao Centro Histórico**: o caso do Aterro do Bacanga em São Luís – MA. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- FORTES, M. P. O processo político maranhense: da oligarquia Sarney à ascensão do PCdoB. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019. São Luís. **Anais** [...]. São Luís: 2019.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 34-41.

- FURTADO, C. O fator político na formação nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 7-12, 2000.
- GEDMMA. RESEX de Tauá-Mirim: **Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II**: Relatório Socioantropológico. São Luís: UFMA. 2014.
- GEIGER, P. **A evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: INEP, 1963.
- GISTELINCK, F. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: Gráfica Minerva, 1988. 166 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005b.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. A destruição criativa da terra. In: HARVEY, D. **O enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 117-150.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- IBGE. **Panorama da Cidade de São Luís**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ISNARD, H. **O espaço geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.
- LOPES, F. C. R. Metamorfoses no espaço metropolitano de São Luís (MA). **GeoTextos**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 83-102, 2018.
- LOPES, J. A. V. **São Luís – capital moderna e cidade colonial**: Antonio Lopes da Cunha e a Preservação do Patrimônio Cultural Ludovicense. São Luís: Aquarela, 2013.
- LOPES, J. A. V. **São Luís, cidade radiante**: o Plano de Expansão da cidade de São Luís do Eng. Ruy Ribeiro de Mesquita (1958). São Luís: Fapema, 2016.
- MARTINS, C. C. Prefácio. In: PEREIRA JÚNIOR, D. **Quilombolas de Alcântara**: território e conflito. Rio de Janeiro, 2009.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana** – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1edições, 2018.
- MENDONÇA, B. R. **Continuum Colonial**: Colonialidade (= Modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da república no estado do Maranhão, Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- MENDONÇA, B. R.; MARINHO, S. C. Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 13, p. 63-92, 2016.

- MESQUITA, G. M. S. **Continuidade do levantamento dos empreendimentos no entorno da reserva extrativista de Tauá-Mirim**. Relatório de Iniciação Científica – UFMA, São Luís, 2021.
- MESQUITA, G. M. S; SANT’ANA JÚNIOR, H. A. Conflitos socioambientais e mobilizações de resistência da comunidade tradicional do Cajueiro frente à tentativa de construção de um porto privado em São Luís – MA. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 8., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2017.
- MONTEIRO, C. O planejamento: algumas considerações. **Espaço, Tempo e Crítica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 40-54, 2007.
- MOREIRA, J. M. **Arenas, repertórios e ações**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.
- MOREIRA, T. S. *et al.* Análise dos impactos ambientais na barragem do Bacanga e alternativa para o planejamento e gestão da bacia do rio Bacanga, São Luís-MA. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA*, 13., 2009. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2009.
- MOREIRA, T. S. **Gestão Metropolitana**: a região metropolitana da grande São Luís e os desafios de política urbana. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.
- MUNIZ, L. M. A criação de búfalos na baixada maranhense: uma análise do desenvolvimentismo e suas implicações sócio-ambientais. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*. 3., 2017. São Luís. **Anais [...]**. São Luís, 2007.
- NERA. **Briga do ovo com a pedra**. São Luís, 2018. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2018/03/29/lancamento-da-pedra-fundamental-do-porto-de-sao-luis-e-marcado-por-protesto/>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- OLIVEIRA, F. **A economia da independência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- PACHECO, J. B. **O ambiente urbano de São Luís do Maranhão**: relações socioespaciais dos agentes de construção e modelagem do bairro de São Francisco. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2002.
- PEREIRA, E. D. **Relatório de Pesquisa de Campo**: caracterização sócio-ambiental do povoado de Camboa dos Frades. São Luís: Departamento de Geografia, CCH-UFMA, 2008. Mimeo.
- PEREIRA, J. M. **Movimentos Sociais de Direitos Humanos em São Luís durante a década de 1980**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO DO PORTO ORGANIZADO DO ITAQUI. **Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto do Itaqui em São Luís – maranhão**. São Luís, 2019.
- PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.
- PNCSA; GEDMMA. **Carta em Apoio a Comunidade Tradicional de Cajueiro (Maranhão)**. São Luís, 2019. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/carta-em-apoio-a-comunidade-tradicional-de-cajueiro-maranhao/>. Acesso em: 5 maio 2020.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: Editora da UFF, 2006.
- RANGEL, I. **Obras reunidas Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- RIBEIRO, A. C. T. Movimentos Sociais – questões de método. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 13., 1989. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 1989. GT Lutas Urbanas, Estado e Cidadania.
- RIBEIRO, A. C. T. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 15-16, p. 33-47, 2001.
- RIBEIRO, A. C. T. Lugares dos saberes: diálogos abertos. *In: BRANDÃO, M. Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saberes*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 18, p. 411-422, 2005a.
- RIBEIRO, A. C. T. Outros territórios, outros mapas. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 6, n. 16, p. 263-272, 2005b.
- RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. *In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. (org.). Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156.
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, A. C. T. Território da sociedade: por uma cartografia da ação. *In: SILVA, C. A. Política pública e território: desafios para efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. v. 1.
- RIBEIRO, A. L. S. **Conflitos de uso e ocupação do solo x Educação ambiental: o caso da Camboa dos Frades, São Luís, Maranhão**. São Luís: [S. n.], 2010.
- RIBEIRO, A. L. S. **A maré não tá pra peixe, nem pra pescador: a cartografia social dos conflitos ambientais entre pescadores e indústrias na Reserva Extrativista de Tauá-Mirim em São Luís – MA**. Relatório de qualificação tese de doutoramento. 2021.
- RIBEIRO JÚNIOR, J. R. B. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991**. São Luís: Edições FUNC, 1999.
- RIBEIRO JÚNIOR; CRUZ, A. J. A; ANTIPON, L. C. Fome e modernização no Maranhão: os projetos de desenvolvimento em Itaqui-Bacanga e o comprometimento das práticas alimentares na comunidade de Camboa dos Frades (São Luís) (1970-2021). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 4, p. 1218-1235, 2021.
- SANTANA, R. N. N. Expansão capitalista no golfo maranhense e universos portuários segregados em São Luís: notas sobre o Porto Multimodal de São Luís. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL – EM TEMPOS DE RADICALIZAÇÃO DO CAPITAL, LUTAS, RESISTÊNCIAS E SERVIÇO SOCIAL*, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória, 2018.
- SANT'ANA JÚNIOR, H. A *et al.* **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.
- SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Complexo Portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 29, p. 281-294, 2016.
- SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; ALVES, E. J. P. Conflitos socioambientais no Maranhão: os povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e SalvaTerra (Rosário – MA). *In:*

ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais**[...]. Florianópolis: ANPPAS, 2010. v. 1. p. 1-19.

SANTOS, L. E. N. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano de São Luís**: sobre a verticalização e desigualdades socioespaciais (2000-2010). 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SANTOS, L. E. N. **O urbano ludovicense**: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões. São Luís: EDUFMA; Porto Alegre: Editora FI, 2021. v. 1. 310 p.

SANTOS, M. **O Centro da Cidade do Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, M. O retomo do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009 [1993].

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2009 [1994].

SANTOS, M. *et al.* **O papel ativo da geografia**: um manifesto. Texto apresentado no XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, S. J. S. **Pescadores na Ilha de São Luís**: práticas, saberes e conflitos por recursos. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís. 2018.

SÃO LUÍS. Lei nº 32.252, de 29 de dezembro de 1992. Lei do Plano Diretor. **Diário Oficial do Município**: seção 1, São Luís, ano 13, p. 1, 29 dez. 1992.

SÃO LUÍS. **Lei nº 4.669, de 11 de outubro de 2006.** Dispõe sobre o Plano Diretor do município de São Luís e dá outras providências. São Luís: Câmara Municipal, 2006. Disponível em: <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo:** a imaginação; questão de método. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SASSEN, S. **Expulsões:** brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, A. M. B. A cidade de São Paulo e os círculos de informações. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 14, n. 1, p. 24-30, 2010.

SILVA, C. A. **Educação Socioambiental na escola:** algumas experiências do cotidiano à luz da metodologia de ensino da Cartografia da Ação Social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011a.

SILVA, C. A. **Território e Ação social:** sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011b.

SILVA, C. A. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. *In:* SILVA, C. A.; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. d'A. (org.). **Por uma geografia das existências:** movimentos, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, C. A. **Política pública e território:** desafios para efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. v. 1. 125 p.

SILVA, C. A.; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. d'A. (org.). **Por uma geografia das existências:** movimentos, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, Q. D. D. **Mapeamento Geomorfológico da Ilha do Maranhão.** 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 21-27, 1999.

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho e cidades médias. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 11-17, 2002.

SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.

SILVEIRA, M. L. O território em pedaços. **ComCiência**, Campinas, p. 1-4, 10 nov. 2011.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.

SODRÉ, R. B.; MATTOS JÚNIOR, J. S. O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Porto, v. 10, p. 345-354, 2016.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas:** a reafirmação da teoria social crítica. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, A. R. M. Entre búfalos e homens: os conflitos socioambientais decorrentes da ocupação do búfalo nos campos naturais da baixada maranhense. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 7., São Luís. **Anais** [...]. São Luís, 2015.

SOUZA, J. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 2000.

SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. *PatryTer*, Brasília, n. 2, v. 4, p. 1-17, 2019.

TELLES, V. S. **A cidade entre o legal e o ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010

TROVÃO, J. R. **Transformações Sociais e Econômicas no Espaço Rural da Ilha do Maranhão**. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1994.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VAINER, C. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 9-23, 2007.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

WORMANN, K. Com Parente não se negocia: O Campesinato como ordem moral”. In **ANUARIO ANTROPOLOGICO 87**. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro; Brasília, UnB. 1990